

DM

## **Ação Social**

Promoção para a igualdade de oportunidades,  
da equidade e justiça social dos estudantes no ensino superior

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Celina Manuela de Sena Aguiar Patrício**

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL



UNIVERSIDADE da MADEIRA

*A Nossa Universidade*

[www.uma.pt](http://www.uma.pt)

setembro | 2023

## **Ação Social**

Promoção para a igualdade de oportunidades,  
da equidade e justiça social dos estudantes no ensino superior

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Celina Manuela de Sena Aguiar Patrício**

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

ORIENTAÇÃO

Fernando Luís de Sousa Correia

**Ação Social – Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da  
Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior**

Dissertação de Mestrado

**Celina Manuela de Sena Aguiar Patrício**

Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional

**Orientador**

Fernando Luís de Sousa Correia



**Faculdade de Ciências Sociais**  
**Departamento de Ciências da Educação**  
**Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional**

**Ação Social – Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da  
Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior**

**Setembro 2023**

**Se:**

Se te for possível manter o senso diante  
De um mundo que o perdeu e contra ti se levante;  
Se podes crer em ti entre os que duvidam,  
E cujas próprias dúvidas abrigam;  
Se podes esperar sem desistir,  
Ou recusar a mentira sem transigir,  
Ou suportar o ódio sem retribuir;  
Se te faltarem aparência e sabedoria para prosseguir.

Se podes sonhar, mas o sonho não te domina;  
Se podes pensar, mas do pensamento não fazes tua sina;  
Se te encontras com o triunfo e a tribulação  
E os trataas como os impostores que são;

Se suportas ouvir tua verdade  
Deturpada por patifes em sua veleidade,  
Ou ver destruída a obra da tua dedicação  
E encontras forças para levantá-la de novo do chão.

Se és capaz de juntar o fruto de tua conquista,  
E arriscar-te a perdê-lo de uma só vez  
E, perdendo, recomeçar do início da pista  
Sem lamentar-te pelo que se desfez;  
Se podes tirar do coração, do nervo e de cada tendão  
A força para te servirem quando toda energia se vai  
E continuar em frente quando nada te resta senão  
A Vontade que a eles diz: "Não cessai!"

Se podes manter tua virtude entre a gente comum,  
Ou andar entre reis sem perder esse encanto;  
Se ninguém, amigo ou inimigo, pode te fazer mal algum  
Se todos contam contigo, mas nem tanto;

Se podes preencher teu minuto crucial  
Com sessenta segundos de puro brilho,  
Tua é a terra e tudo que nela há, e afinal  
Terás te tornado um homem, meu filho!

Rudyard Kipling (1865-1936) citado por Maxwell (2014, pp.173-174)

## **Agradecimentos**

À Universidade da Madeira por ter aceitado e proporcionado as condições para a realização da presente Dissertação.

À Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA, Professora Doutora Custódia Drumond bem como aos estudantes bolsiros que aceitaram participar no estudo.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Fernando Luís de Sousa Correia, pela disponibilidade, orientação, pelas sugestões, confiança e pela motivação demonstrada.

Um carinho especial a todos os Docentes do mestrado que sempre foram excepcionais e a quem devo muito o conhecimento obtido.

Aos colegas que realizaram este percurso em conjunto.

À estrelinha que todos os dias me guia.

À minha família de sangue e de coração que foram fundamentais para a realização deste projeto e que compreenderam as ausências.

E por último, mas não menos importantes, o meu marido Luís e a minha filha Margarida sempre presentes e que sempre foram e são uma fonte de motivação.

## **Resumo**

A Ação Social promove a igualdade de oportunidades, a equidade e justiça social aos estudantes do Ensino Superior embora se verifique que alguns aspetos de natureza financeira não sejam os mais adequados.

A qualificação da população a nível superior de um país é de extrema importância pois permite um maior desenvolvimento económico, social bem como cultural. A formação superior possibilita aos indivíduos melhores condições de vida no âmbito pessoal, profissional e melhores rendimentos no futuro de modo que o esforço pessoal e financeiro atual vale a pena.

A bolsa de estudo concedida pela Ação Social permite o acesso e a continuação dos estudos no nível de ensino superior, no entanto em alguns casos torna-se insuficiente pelo que alguns estudantes recorrem ao agregado familiar para apoiar nas restantes despesas bem como a apoios atribuídos por instituições públicas e/ou particulares. O Estado, na nossa opinião, deveria contribuir com mais apoios.

A presente investigação realizou-se através de uma abordagem mista de forma a podermos obter mais detalhes qualitativos e em alguns casos dados quantitativos, com o objetivo de compreender se a Ação Social do Ensino Superior promove a igualdade de oportunidades, a equidade e a justiça social, bem como saber quais as motivações e as influências para frequentar este nível de ensino, bem como identificar as suas dificuldades. Para a recolha de dados realizamos uma entrevista à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa, tal como aplicamos um inquérito aos estudantes bolseiros inscritos na UMa e recorreremos ainda à análise documental. Foi ainda possível elaborar o perfil de liderança da Vice-Reitora bem como dos estudantes bolseiros da DGES.

***Palavras-Chave:*** Ação Social, Ensino Superior, Igualdade de Oportunidades, Equidade, Justiça Social.

## **Abstract**

Social Action promotes equal opportunities, equity and social justice for Higher Education students, although some aspects of a financial nature are not the most appropriate of a financial nature.

Qualifying the population at higher education in a country is extremely important as it allows for greater economic, social and cultural development. Higher education provides individuals with better personal and professional living conditions and better income in the future, so that the current personal and financial effort is worth it.

The scholarship granted by Social Action allows access and continuation of studies at this level of higher education, however, in some cases, it becomes insufficient, and they resort to the household to support the remaining expenses, as well as the designated support. by public and/or private institutions. The State, in our opinion, should contribute more support.

This investigation was carried out using a mixed approach so that we could obtain more qualitative details and, in some cases, quantitative data with the aim of understanding whether Higher Education Social Action promotes equal opportunities, equity and social justice, as well as knowing what are the motivations and influences for attending this level of education, as well as identifying its difficulties. To collect data, we carried out an interview with the Vice-Rector for the Academic Area and Lifelong Training at UMA, as well as applying a survey to scholarship students enrolled at UMA and also using document analysis, and where it was also possible to prepare the profile leadership of the Vice-Rector as well as the DGES scholarship students.

**Keywords:** Social Action, Higher Education, Equal Opportunities, Equity, Social Justice.

## **Resumen**

Acción Social promueve la igualdad de oportunidades, la equidad y la justicia social para los estudiantes de Educación Superior, aunque algunos aspectos de carácter financiero no son los más adecuados.

Calificar a la población en la educación superior de un país es de suma importancia ya que permite un mayor desarrollo económico, social y cultural. La educación superior proporciona a las personas mejores condiciones de vida personales y profesionales y mejores ingresos en el futuro, de modo que el esfuerzo personal y financiero actual vale la pena.

La beca otorgada por Acción Social permite el acceso y continuación de estudios en este nivel de educación superior, sin embargo, en algunos casos se vuelve insuficiente y se recurre al hogar para sufragar los gastos restantes, así como apoyos brindados por instituciones públicas y/o privadas. El Estado, en nuestra opinión, debería aportar más apoyo.

Esta investigación se ha llevado a cabo mediante un enfoque mixto para que podamos obtener más detalles cualitativos y en algunos casos datos cuantitativos, con el objetivo de comprender si la Acción Social en la Educación Superior promueve la igualdad de oportunidades, la equidad y la justicia social, así como conocer las motivaciones y influencias para atender este nivel educativo, así como identificar sus dificultades. Para recolectar datos se realizó una entrevista al Vicerrector del Área Académica y Formación Permanente de la UMa, además de aplicar una encuesta a los estudiantes becados matriculados en la UMa y también recurrir al análisis documental, y donde también se pudo preparar el perfil de liderazgo del Vicerrector, así como de los becarios de la DGES.

***Palabras clave:*** Acción Social, Educación Superior, Igualdad de Oportunidades, Equidad, Justicia Social.

## **Résumé**

L'action sociale promeut l'égalité des chances, l'équité et la justice sociale pour les étudiants de l'enseignement supérieur, même si certains aspects de nature financière ne sont pas les plus appropriés d'un point de vue financier.

Qualifier la population d'un pays dans l'enseignement supérieur est extrêmement important car cela permet un plus grand développement économique, social et culturel. L'enseignement supérieur offre aux individus de meilleures conditions de vie personnelles et professionnelles et de meilleurs revenus futurs, de sorte que l'effort personnel et financier actuel en vaut la peine.

La bourse accordée par l'Action Sociale permet l'accès et la poursuite des études à ce niveau d'enseignement supérieur, cependant dans certains cas elle devient insuffisante et ils recourent au ménage pour supporter les dépenses restantes ainsi qu'au soutien apporté par les institutions publiques et/ou privées. L'État, selon nous, devrait apporter davantage de soutien.

Cette recherche a été réalisée en utilisant une approche mixte afin d'obtenir plus de détails qualitatifs et, dans certains cas, des données quantitatives, dans le but de comprendre si l'action sociale de l'enseignement supérieur promeut l'égalité des chances, l'équité et la justice sociale, ainsi que de connaître les motivations et influences pour fréquenter ce niveau d'enseignement, ainsi que l'identification de ses difficultés. Pour collecter les données, nous avons réalisé un entretien avec le vice-recteur pour le domaine académique et la formation continues de l'UMa, ainsi qu'une enquête auprès des étudiants boursiers inscrits à l'UMa et également une analyse documentaire, où il a également été possible de préparer le leadership profilé du Vice-Recteur ainsi que des étudiants boursiers de la DGES.

**Mots clés :** Action sociale, Enseignement supérieur, Égalité des chances, Équité, Justice sociale.

## Índice

|  |       |
|--|-------|
| Agradecimentos.....  | vii   |
| Resumo.....  | viii  |
| Abstract.....  | ix    |
| Resumen.....   | x     |
| Résumé.....  | xi    |
| Lista de Figuras.....  | xv    |
| Lista de Siglas.....   | xviii |
| Introdução.....  | 1     |
| Capítulo I - A Problemática da Investigação.....   | 4     |
| 1. A Problemática da Investigação.....   | 5     |
| 1.1 Problema da Investigação.....  | 6     |
| 1.2 Delimitação do Campo de Estudo e Público-Alvo.....                                       | 6     |
| 1.3 Questão de Estudo.....   | 7     |
| 1.4 Objetivo Geral.....  | 7     |
| 1.4.1 Objetivos Específicos.....   | 7     |
| Capítulo II - Enquadramento Teórico.....   | 8     |
| 2. Breve Análise Histórica do Ensino Superior e as Políticas de Ação Social em Portugal..... | 9     |
| 3. O Ensino Superior em Portugal.....  | 12    |
| 3.1 Caracterização do Sistema de Ensino Superior em Portugal.....                            | 14    |
| 4. A Ação Social no Ensino Superior.....   | 16    |
| 5. A Universidade da Madeira (UMa).....  | 20    |
| 6. Os Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira.....                                | 22    |
| 6.1 Apoios Diretos.....  | 23    |
| 6.1.1 Bolsas de Estudo da DGES atribuídas através dos SASUMa.....                            | 24    |
| 6.2 Apoios Indiretos.....  | 25    |
| 6.2.1 Alojamento.....  | 25    |
| 6.2.2 Alimentação.....   | 26    |
| 6.3 Outras Bolsas Promovidas pelos SASUMa e Parceiros.....                                   | 26    |
| 6.4 Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na UMa e SASUMa.....                            | 27    |
| 7. Igualdade de Oportunidades, Equidade e Justiça Social no Ensino Superior.....             | 28    |
| 8. Administração Educacional.....  | 32    |
| 8.1 Perspetivas Clássicas da Administração.....  | 33    |
| 8.2 Evolução das Teorias da Administração Educacional.....                                   | 34    |

|   |     |
|---|-----|
| 8.3 Liderança - Enquadramento Teórico .....   | 37  |
| 8.3.1 Liderança.....  | 37  |
| 8.3.2 Estilos de Liderança .....  | 42  |
| 8.3.3 Autocrático, Democrático e Liberal .....  | 43  |
| 8.3.4 Autocrático-Coercivo, Autocrático-Benevolente, Consultivo e Participativo.....  | 45  |
| 8.4 Liderança Transacional e Liderança Transformacional.....  | 46  |
| Capítulo III - Metodologia.....   | 48  |
| 9. Metodologia.....   | 49  |
| 9.1 Estratégia de Investigação.....   | 49  |
| 9.2 Contexto da Recolha de Dados .....  | 49  |
| 9.3 Abordagem Mista .....   | 50  |
| 9.3.1 Abordagem Qualitativa .....   | 50  |
| 9.3.2 Abordagem Quantitativa .....  | 51  |
| 9.4 Estudo de caso .....  | 51  |
| 9.5 Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados.....  | 52  |
| 9.5.1 Entrevista semiestruturada .....  | 52  |
| 9.5.2 Análise Documental .....  | 53  |
| 9.5.3 Inquérito por Questionário .....  | 53  |
| 9.6 Os Sujeitos da Investigação .....   | 55  |
| 9.7 Técnicas de Análise e triangulação de dados.....  | 55  |
| 9.7.1 Análise de Conteúdo .....   | 55  |
| 9.7.2 Triangulação de Dados.....  | 56  |
| Capítulo IV - Exposição e Análise dos Dados .....   | 57  |
| 10. Resultados.....   | 58  |
| 10.1 Entrevista Aplicada à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA.....                                 | 58  |
| 10.2 Perfil de Liderança Transacional/Transformacional da Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA ..... | 70  |
| 10.3 Aplicação do Inquérito aos Estudantes Bolseiros da DGES inscritos na UMA ..  | 73  |
| 10.4 Análise e Triangulação dos dados.....  | 101 |
| Entrevista aplicada à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA .....                                     | 102 |
| Inquérito aplicado aos estudantes bolseiros da DGES inscritos na UMA .....  | 105 |
| 11 Conclusões.....  | 109 |
| 11 Referências .....  | 119 |

|   |     |
|---|-----|
| 11. Lista de Apêndices.....   | 127 |
| Apêndice 1 – Pedido de autorização para realização de investigação científica na<br>UMa .....                           | 128 |
| Apêndice 2 – Declaração de Compromisso de Honra .....   | 130 |
| Apêndice 3 – Consentimento Informado, Esclarecido e Livre para Participação em<br>Estudos de Investigação .....         | 131 |
| Apêndice 5 – Guião da Entrevista – Vice-Reitora para a Área Académica e Formação<br>ao longo da Vida da UMa .....       | 133 |
| Apêndice 6 – Transcrição da Entrevista à Vice-Reitora para a Área Académica e<br>Formação ao longo da Vida da UMa ..... | 136 |
| Apêndice 7 – Inquérito por Questionário Aplicado aos Alunos Bolseiros da UMa.   | 153 |

## Lista de Figuras

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1</b> – Número de Instituições de Ensino Superior e cursos em Portugal .....   | 16 |
| <b>Figura 2</b> – Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis na UMA .....   | 21 |
| <b>Figura 3</b> - Oferta Formativa da UMA .....  | 22 |
| <b>Figura 4</b> - Evolução da taxa de bolsiros face ao n.º de estudantes inscritos na UMA desde 2016 .....   | 24 |
| <b>Figura 5</b> - Evolução da taxa de ocupação na Residência Universitária 2021-22 .....   | 26 |
| <b>Figura 6</b> - Evolução das bolsas promovidas por outras entidades .....  | 27 |
| <b>Figura 7</b> - Estatísticas Bolsas de Estudo 2016 a 2022 da DGES .....  | 29 |
| <b>Figura 8</b> - Principais características de líderes Ambiciosos e Relacionais por Maxwell .....   | 42 |
| <b>Figura 9</b> - Os três estilos de liderança propostos por Lewin, Lippitt e White .....  | 45 |
| <b>Figura 10</b> - Caracterização pessoal, académica e profissional da entrevistada. Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA ..... | 59 |
| <b>Figura 11</b> - Opinião. Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA .....  | 60 |
| <b>Figura 12</b> - Estratégias. Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA .....  | 62 |
| <b>Figura 13</b> - Apoios. Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA .....   | 65 |
| <b>Figura 14</b> - Reflexão. Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA .....   | 68 |
| <b>Figura 15</b> - Elementos característicos do tipo de liderança da Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA .....                 | 72 |
| <b>Figura 16</b> - Caracterização da idade dos inquiridos .....  | 74 |
| <b>Figura 17</b> - Caracterização dos Estudantes por género .....  | 74 |
| <b>Figura 18</b> - Caracterização dos Estudantes por concelho .....  | 75 |

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 19</b> - Caraterização dos Estudantes por ciclo de estudos .....                     | 75 |
| <b>Figura 20</b> - Caraterização dos Estudantes por tipo de inscrição .....                    | 76 |
| <b>Figura 21</b> - Motivos para a escolha da IES .....   | 77 |
| <b>Figura 22</b> - Caraterização dos Estudantes por tipo de agregado familiar .....            | 77 |
| <b>Figura 23</b> - Caraterização das habilitações dos pais dos inquiridos .....                | 78 |
| <b>Figura 24</b> - Caraterização da atividade profissional do pai .....                        | 79 |
| <b>Figura 25</b> - Caraterização da atividade profissional da mãe .....                        | 79 |
| <b>Figura 26</b> - Caraterização do rendimento mensal do agregado familiar .....               | 80 |
| <b>Figura 27</b> - Caraterização das despesas mensais com alojamento em período de aulas ..... | 81 |
| <b>Figura 28</b> - Outras despesas mensais de alojamento em período de aulas .....             | 81 |
| <b>Figura 29</b> - Outras despesas em período de aulas não incluídas na renda mensal .....     | 82 |
| <b>Figura 30</b> - Despesa de transporte em período de aulas .....                             | 83 |
| <b>Figura 31</b> - Despesa de alimentação em período de aulas .....                            | 83 |
| <b>Figura 32</b> - Despesa de material didático em período de aulas .....                      | 84 |
| <b>Figura 33</b> - Outras Despesas em período de aulas .....                                   | 84 |
| <b>Figura 34</b> - Bolsa de estudo anual atribuída em 2022-23 .....                            | 85 |
| <b>Figura 35</b> - Concordância acerca da bolsa de estudo atribuída .....                      | 86 |
| <b>Figura 36</b> - Opinião acerca da bolsa de estudo atribuída .....                           | 87 |
| <b>Figura 37</b> - Apoio acrescido à bolsa de estudo .....                                     | 87 |
| <b>Figura 38</b> - Complementos à bolsa de estudo .....  | 88 |
| <b>Figura 39</b> - Complementos atribuídos .....   | 88 |
| <b>Figura 40</b> - Majoração de 60% à bolsa dos estudantes com NEE .....                       | 89 |
| <b>Figura 41</b> - Auxílios de Emergência .....  | 89 |
| <b>Figura 42</b> - Pedido de residência universitária .....                                    | 90 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 43</b> - Alojamento em período de aulas .....   | 90  |
| <b>Figura 44</b> - Deslocação para a IES em tempo de aulas .....  | 91  |
| <b>Figura 45</b> - Consumo de refeições sociais .....   | 91  |
| <b>Figura 46</b> - Conhecimento da candidatura à bolsa da DGES .....  | 92  |
| <b>Figura 47</b> - Conhecimento do RABEEES .....  | 93  |
| <b>Figura 48</b> - Dúvidas e esclarecimentos acerca dos apoios sociais .....  | 93  |
| <b>Figura 49</b> - Outras bolsas e/ou apoios de outras entidades .....  | 94  |
| <b>Figura 50</b> - Apoios no Ensino Secundário .....  | 94  |
| <b>Figura 51</b> - Gratuidade do Ensino Superior .....  | 95  |
| <b>Figura 52</b> - Avaliação da divulgação da informação pela DGES, IES e escolas .....   | 96  |
| <b>Figura 53</b> - Influência do conhecimento da bolsa de estudo no acesso ao ensino superior .....   | 96  |
| <b>Figura 54</b> - Motivos para ingressar no ensino superior .....  | 97  |
| <b>Figura 55</b> - Qual a importância de frequentar o ensino superior .....   | 97  |
| <b>Figura 56</b> - Ocupação no caso de não ter continuado os estudos no ensino superior ..  | 98  |
| <b>Figura 57</b> - Após a conclusão do curso .....  | 99  |
| <b>Figura 58</b> - Desistência de frequentar o ensino superior .....  | 100 |
| <b>Figura 59</b> - O esforço pessoal e financeiro de frequentar o Ensino Superior no Futuro irá proporcionar mais qualidade de vida no futuro ..... | 101 |
| <b>Figura 60</b> - A Ação Social promove a igualdade de oportunidades, equidade e justiça social .....  | 101 |
| <b>Figura 61</b> - Resumo de despesas com maior incidência .....  | 106 |

## **Lista de Siglas**

**AMI** : Assistência Médica Internacional

**BeOn**: Bolsas de Estudo Online

**DGES**: Direção Geral do Ensino Superior

**FAE**: Fundo de Apoio de Emergência

**FAS**: Fundo de Ação Social

**GAS**: Gabinete de Apoio Social

**IAS**: Indexante dos Apoios Sociais

**IES**: Instituição de Ensino Superior

**INE**: Instituto Nacional de Estatística

**MCTES**: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**MRR**: Mecanismo de Recuperação e Resiliência

**NEE**: Necessidades Educativas Especiais

**OCDE**: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**ODS**: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**PRR**: Plano de Recuperação e Resiliência

**POISE**: Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego

**RABEEES**: Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior

**RAM**: Região Autónoma da Madeira

**RJIES**: Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

**RU**: Residência Universitária (Nossa Senhora das Vitórias)

**SAS**: Serviços de Ação Social

**SASUMa**: Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira

**SICABE**: Suporte Informático ao Concurso de Atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior

**CTeSP**: Cursos Técnico e Superior Profissional

**UMa**: Universidade da Madeira

**UNESCO**: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNICEF**: United Nations International Children's Emergency

## Introdução

A Ação Social pretende ser um mecanismo de acesso e continuidade dos estudos a todos os estudantes oriundos de agregados familiares com baixos rendimentos. Ao longo das últimas décadas verifica-se uma evolução relativamente aos apoios sociais concedidos e com medidas mais adequadas ao contexto socioeconómico em Portugal, contudo estes ainda não são suficientes para fazer face às despesas sendo que cabe às famílias um esforço financeiro para manter os estudantes no ensino superior.

De acordo com Jerónimo (2010) cabe ao estado garantir que nenhum estudante é excluído deste nível de ensino por falta de recursos financeiros. Estes apoios são um investimento na formação dos recursos humanos que conseqüentemente promove o desenvolvimento da nossa sociedade.

A presente investigação teve como objetivo compreender as políticas da Ação Social na promoção do acesso e continuidade do estudante no Ensino Superior na UMa. Ao principal objetivo complementamos ainda com algumas questões designadamente:

- Analisar o conhecimento dos candidatos ao ensino superior sobre os apoios sociais disponíveis.
- Interpretar a adequação dos apoios atribuídos pela Ação Social face às despesas inerentes à frequência no ensino superior.
- Descrever os benefícios dos estudantes sujeitos aos apoios sociais na obtenção de um curso superior.

Deste modo, torna-se fundamental compreender qual a importância de abordar a temática da Ação Social do Ensino Superior. O interesse desta temática consiste na tendência cada vez mais crescente na solicitação de apoios sociais por parte dos estudantes do ensino superior.

Por um lado, notamos um aumento expressivo de estudantes inscritos no ensino superior considerando os benefícios para o futuro a nível pessoal e profissional. Por outro lado, as famílias dão-se conta dos custos associados à frequência deste nível de ensino, pelo que as dificuldades financeiras do agregado familiar pode condicionar o acesso ao ensino superior.

A problemática que se coloca na presente investigação é precisamente compreender se as políticas de Ação Social asseguram o acesso e continuidade do

Estudante no Ensino Superior numa perspetiva de Igualdade de Oportunidades, Equidade e Justiça Social.

A nossa investigação empírica assenta num estudo de caso realizado na Universidade da Madeira onde pretendemos aprofundar os nossos conhecimentos acerca da Ação Social e o seu papel na promoção da igualdade de oportunidades, equidade e justiça social dos estudantes bolsheiros inscritos na UMa.

Segundo o autor Langevels (1956) citado por Bell (1997)

[...] os estudos em educação [...] constituem uma «ciência prática», na medida em que não queremos apenas conhecer factos e compreender as relações em nome do saber, mas também pretendemos conhecer e compreender com o objetivo de sermos capazes de agir e agir «melhor» do que anteriormente. (p. 32)

A presente investigação divide-se em quatro capítulos, designadamente, A Problemática da Investigação, já descrita no ponto anterior, o Enquadramento Teórico, a Metodologia e por fim a Exposição e Análise de Dados.

Para o segundo capítulo, designadamente, o Enquadramento Teórico foi realizado uma breve análise histórica do ensino superior bem como as políticas de Ação Social em Portugal desde a sua implementação até à atualidade. Foi pertinente apresentar os conceitos de autores seminais e a legislação associada à temática para a validade e consolidação do presente estudo.

Apresenta-se ainda uma abordagem à Universidade da Madeira, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis bem como à sua oferta formativa.

Mencionamos ainda os SASUMa e a sua Missão bem como os serviços prestados, tais como os apoios diretos e indiretos concedidos aos estudantes da UMa. Face à falta de alojamento enunciamos o conjunto de medidas previstas pelo PRR para a UMa e SASUMa.

Foi realizada ainda uma abordagem à Igualdade de oportunidades, equidade e justiça tendo em conta a nossa temática.

Para complementar mencionamos ainda a importância do papel da Administração Educacional no passado e na atualidade e os seus contributos para as instituições educacionais. Em seguimento procedemos uma abordagem à liderança e estilos de liderança de modo a elucidar tendo em conta os conceitos e objetivos, em que se apresenta as teorias clássicas bem como a evolução destas até à atualidade. Ainda sobre a liderança,

procedemos à análise do perfil de liderança e à cultura organizacional da Vice-Reitora onde se verificou uma liderança transformacional.

No seguinte capítulo, que se refere à metodologia, exibimos as estratégias de investigação para a realização desta investigação e onde se esclarece o contexto de recolha de dados. O presente estudo foi realizado através de uma abordagem mista tendo em conta que o uso das duas abordagens neste estudo tem a função de se complementarem. Dado que o nosso estudo incidiu sobre um caso único na UMa recorreremos ao estudo de caso. Recorreremos a diversas técnicas de recolha de dados, nomeadamente, a uma entrevista individual semiestruturada aplicada à Vice-Reitora para a área dos Assuntos Académicos e Formação ao Longo da Vida, a análise documental de relatórios e mapas estatísticos e por fim a aplicação de um inquérito por questionário aos estudantes bolsiros da DGES.

No quarto capítulo sendo a Exposição e Análise de Dados centra-se essencialmente na exposição e nos resultados obtidos relativamente ao nosso estudo que se baseou na entrevista à Vice-Reitora e no inquérito realizado aos estudantes bolsiros da DGES na UMa.

Procedemos à análise do perfil de liderança da Vice-Reitora bem como à discussão dos respetivos traços.

Por fim, procedemos à conclusão do estudo, tendo em conta os resultados obtidos, constituindo assim argumentos para a questão e objetivos definidos para a presente investigação. De igual modo foi pertinente colocar as limitações e propostas para investigações futuras.

## **Capítulo I - A Problemática da Investigação**

## **1. A Problemática da Investigação**

O direito à educação está consagrado na Constituição Portuguesa e é considerado um direito fundamental. Portugal tem uma longa história de investimento na educação, que muito tem contribuído para o desenvolvimento do país. Contudo são necessários esforços contínuos para concretizar plenamente o potencial transformador da educação em Portugal. A educação é vista como um meio de capacitar os indivíduos e promover o desenvolvimento social e económico.

Apesar do progresso no acesso e resultados educacionais, os desafios permanecem, incluindo questões de igualdade de oportunidades, equidade e justiça social.

O governo português está empenhado em proporcionar educação a todos os cidadãos, independentemente da sua origem social, económica ou cultural e isso tem se refletido nas políticas e programas do país. Embora o ensino seja gratuito até ao nível secundário tal não acontece no ensino superior.

O custo de frequentar o ensino superior tem sido um tema de preocupação por muitos anos, com as propinas muitas vezes sendo o foco principal. No entanto, o verdadeiro custo vai muito além das propinas envolvendo o alojamento, transporte, alimentação, entre outras despesas, sendo que são as famílias com baixos rendimentos que mais sentem o esforço financeiro necessário para manter os estudantes neste nível de ensino.

O Estado, através da Ação Social, deve proporcionar a todos os estudantes as condições financeiras favoráveis para o acesso, a continuidade e a obtenção do sucesso escolar.

A falta de recursos financeiros não deve ser motivo de exclusão dos indivíduos que pretendem continuar os seus estudos de modo que a presente investigação tem como objetivo explorar as motivações e os fatores que influenciam os estudantes bolsistas da Direção Geral do Ensino Superior (DGES) inscritos na Universidade da Madeira (UMa) a prosseguirem os estudos a um nível superior de educação e compreender se as medidas aplicadas pela Ação Social do Ensino Superior são adequadas face às despesas inerentes à frequência do Ensino Superior.

De acordo com Cattaneo et al. (2020) citado por Education at a Glance (2021) “Approaches to public financial support to tertiary national students Broadening equal

access to higher education has been an objective public policy for decades, but the policy tools used to achieve higher tertiary attainment are quite heterogeneous.” (p.287)

## **1.1 Problema da Investigação**

De acordo com a revisão literária definimos o problema da investigação como:

“As políticas de Ação Social asseguram o acesso e continuidade do Estudante no Ensino Superior numa perspetiva de Igualdade de Oportunidades, Equidade e Justiça Social?”

Segundo Jerónimo (2010)

E não é a igualdade de bem-estar ou de recursos que deve, em si, ser igualizada, mas sim a igualdade de oportunidades para cada um conseguir o bem-estar ou os recursos a que aspira. A oportunidade deve consistir nas possibilidades de cada um dela poder tirar partido. A igualdade de oportunidades prevalece quando os seres humanos gozam de um efetivo domínio sobre as possibilidades. (p. 60)

## **1.2 Delimitação do Campo de Estudo e Público-Alvo**

Com este estudo pretendemos perceber o impacto das políticas de Ação Social no Ensino Superior e identificar as motivações dos estudantes em prosseguir os seus estudos após o nível de escolaridade obrigatória.

Através da Ação Social do Ensino Superior, o Estado promove medidas elementares para garantir que nenhum estudante é excluído deste sistema de ensino perante a sua condição financeira e com uma ação diligenciadora para a frequência e sucesso escolar.

Importa conhecer a opinião dos estudantes da UMa acerca da importância dos apoios sociais concedidos e de que maneira estes contribuem para o seu sucesso académico, profissional, social, económico e cultural.

Pretendemos também identificar outras questões pertinentes que os estudantes possam revelar aquando do estudo.

Comparativamente, iremos analisar as consonâncias e discordâncias dos resultados obtidos do nosso estudo.

### **1.3 Questão de Estudo**

A questão de estudo fundamenta-se numa questão de investigação considerando o fenómeno de estudantes bolseiros da DGES, aproximadamente 45%, face ao número de inscritos na UMa em 2021-22.

A questão de estudo que orienta esta investigação é:

- Como é que as políticas de Ação Social asseguram o acesso e continuidade do estudante no Ensino Superior numa perspetiva de igualdade de oportunidades?

Da questão de estudo surgiu o objetivo geral e objetivos específicos, sendo:

### **1.4 Objetivo Geral**

- Compreender as políticas da Ação Social na promoção do acesso e continuidade do Estudante no Ensino Superior na UMa.

#### **1.4.1 Objetivos Específicos**

- Analisar o conhecimento dos candidatos ao ensino superior sobre os apoios sociais disponíveis.
- Interpretar a adequação dos apoios atribuídos pela Ação Social face às despesas inerentes à frequência no ensino superior.
- Descrever os benefícios dos estudantes sujeitos aos apoios sociais na obtenção de um curso superior.

## **Capítulo II - Enquadramento Teórico**

## **2. Breve Análise Histórica do Ensino Superior e as Políticas de Ação Social em Portugal**

Nos finais do sec. XII foi criada a primeira Instituição de Ensino Superior na Europa, nomeadamente a Universidade de Bolonha, em Itália. Em meados do século XIII, em França surgem as Universidades de Paris e de Montpellier.

O Ensino Superior em Portugal foi estabelecido em Lisboa, pelo Rei D. Dinis, na última década do século XIII. Este Ensino então designado por Estudo Geral, era constituído por três Faculdades, designadamente pelas Artes, Direito e Medicina.

De acordo com o autor Vaz (2009) a Carta Magna *Privilegiorum* define as primeiras medidas de proteção e apoio aos estudantes no Ensino Superior nomeadamente com os valores a pagar relativamente ao alojamento e na isenção de pagamento das portagens aquando da deslocação dos estudantes para a Universidade.

Passadas duas décadas esta é deslocada para Coimbra, devendo-se às desavenças entre os jovens estudantes e os cidadãos lisboetas. Esta mudança também não foi aceite pela população de Coimbra pelo que o rei toma os estudantes sob a sua proteção.

O Estudo Geral manteve-se em Coimbra por trinta anos. Em 1338 D. Afonso IV, sucessor de D. Dinis, transfere a Universidade novamente para Lisboa, alegando a falta de alojamento para os estudantes.

Em 1354, por motivos alheios, o rei determina a mudança da Universidade para Coimbra (Carvalho, 1996).

As Cortes insatisfeitas com o ensino solicitam uma reforma relativamente aos professores, na medida que estes não apresentavam as competências necessárias. Segundo Gomes et al., (1988) citado por Pedro (2008) “A Universidade Portuguesa permanecia inalterável, dispondo de um corpo docente reduzido, promovendo uma produção cultural irrelevante, incapaz de atrair professores ou estudantes estrangeiros e de evitar a saída dos estudantes portugueses para outras universidades europeias.” (p. 22-23).

A oferta formativa em Portugal não era apelativa a estudantes que pretendiam outras áreas do conhecimento, os professores não tinham as competências necessárias e os indivíduos tendencialmente iam para o estrangeiro frequentar o ensino superior em universidades de notoriedade e como refere Pedro (2008) “A saída de estudantes, sobretudo clérigos, mereceu desde cedo o apoio quer da igreja quer dos monarcas, concedendo-lhes bolsas de estudo (...)” (p.13).

Em 1377, o Rei, face a esta posição pretende convidar professores estrangeiros, para lecionarem na universidade com o objetivo de inovar o ensino superior. O facto é que estes não desejavam permanecer em Coimbra e apelam ao rei a mudança da universidade para Lisboa, pelo que aceita.

Só em 1537 a Universidade fixa-se definitivamente em Coimbra por decisão de D. João III, conhecido como o Reformador do Ensino.

O Monarca propôs uma reforma no ensino, nomeadamente novas áreas de conhecimento, a separação entre o ensino de base, o preparatório e o superior. Foram mandados construir novos colégios pertencentes à ordem religiosa da Companhia de Jesus por sugestão do Frade Brás, com destino ao ensino e outros com o propósito de servir de alojamento e estudo aos estudantes.

Em meados do século XVI a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loiola, instala-se em Portugal e acaba por dominar todos os níveis de educação no país. As escolas passaram a ser públicas e desta forma os cidadãos que pretendiam aceder à educação e que tinham poucos rendimentos poderiam ter acesso a este nível de estudos.

Segundo Pedro (2008)

No âmbito da reforma, surgem também os primeiros indícios da rede de ensino primário oficial gratuito em Portugal, procurando que estas escolas cobrissem todo o País, alterando-se, desta forma, a convicção de que o ensino, sobretudo das primeiras letras, competia à família e à Igreja, só supletivamente ao Estado (p.15).

Marquês de Pombal, com o apoio do Rei D. José I, decreta o fim da atuação dos jesuítas no domínio da educação em 1759 por considerar que o ensino era irrelevante e sem abertura a novos conhecimentos.

Assim, o ensino passa a ser da responsabilidade do Estado. Este movimento trouxe instabilidade ao nível do ensino superior (Carvalho, 1996).

O regime liberal, em 1836, aprova uma nova reforma em que define novos níveis de ensino, sendo o primário, secundário liceal, superior e mais tarde em 1852 inclui o ensino técnico profissional, mantendo-se até ao final do Estado Novo. As escolas Politécnicas de Lisboa e do Porto e as escolas Médico-Cirúrgicas são criadas em 1837 por D. Maria I.

Em 1844 surge uma nova reforma, pelas mãos de Costa Cabral, que mantém as principais linhas do anterior reformista, Passos Manuel, relativamente aos dois primeiros ciclos, com tendências para o ensino tradicional e relativamente ao ensino superior,

segundo Carvalho (1996) “(...) não há nada de notável a assinalar.” (p. 580). Foram sucessivas as reformas nas últimas décadas do século XIX e que segundo o autor estas reformas não refletiram relevância no acesso à educação da população portuguesa uma vez que o acesso à educação continuava a ser elitista.

O autor refere ainda que, relativamente aos Censos realizados em 1878 à população portuguesa, a maior percentagem de analfabetos incidia no Funchal (87,97%) e a menor indicava Lisboa (52,29%).

Relativamente ao ensino superior, de acordo com Teodoro (2001) citado por Pedro (2008)

No ano letivo de transição de século (1899-1900), dos cerca de 5.400.000 portugueses residentes, apenas frequentavam o ensino superior 2.736 estudantes, dos quais 1.118 estavam inscritos na Universidade de Coimbra e os restantes 1.618 estudantes frequentavam outros estabelecimentos de ensino superior. (p. 17)

No início do século passado, a Universidade de Coimbra mantinha o monopólio do ensino superior público e sem mudanças significativas, tornava-se um alvo de críticas e como refere Carvalho (1996) “A Universidade de Coimbra permanece inalterável nas suas estruturas, imóvel e inexpugnável, como um produto acabado e eterno.” (p.634).

De acordo com Pedro (2008), com a instauração da República (1910) são fundadas duas universidades, em Lisboa e no Porto. Em 1913 é criado o Ministério da Instrução, constituído como órgão autónomo com o objetivo de agregar serviços distribuídos por outros ministérios. As bases da autonomia universitária são definidas pela Lei n.º 616, de 16 de junho de 1916. É alargada a rede de universidades, em 1930, pelo Decreto n.º 19 081, de 2 de setembro, e é criada a Universidade Técnica de Lisboa.

Em 1930, de acordo com o Decreto 18717, de 2 de agosto, que aprova o Estatuto da Instrução Universitária, são regulamentadas as primeiras medidas de concessão de bolsa de estudo a implementar em todas as Universidades, sendo os estudantes carenciados dispensados do pagamento de propinas mediante prova de carência económica.

No período do Estado Novo (1933-1974), Portugal registava níveis de alfabetização e escolarização muito baixos comparativamente aos países da Europa. Porém, existe uma preocupação política para o alargamento do ensino superior, criando em diversas regiões do país novas universidades e politécnicos por Veiga Simão na década de 70 e estabelece como objetivo principal, segundo Castro et al. (2010) “(...)

expandir e diversificar o sistema de Ensino Superior, procurando responder às necessidades de formação de recursos humanos qualificados adequados ao processo de desenvolvimento em curso.” (p. 43). É de destacar que nesta época a educação não era para todos.

Podemos assim concluir que, desde a implementação da primeira universidade em Portugal este nível de ensino era exclusivo de classes sociais mais abastadas, contudo era dada a oportunidade de continuar os estudos aos estudantes que se destacassem dos demais, provenientes de agregados familiares carenciados. A estes estudantes eram atribuídos apoios, para fazer face às despesas, sob a forma de bolsas de estudo, isenção de propinas, alojamento, alimentação e nas portagens, por parte do Rei, da Igreja e particulares.

### **3. O Ensino Superior em Portugal**

Após a revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal, temos assistido a uma expansão significativa do número de estudantes que acedem ao ensino superior. Este aumento encontra-se associado à criação de novas instituições públicas e privadas, do ensino universitário e politécnico e da diversidade dos cursos. Deve-se também à extensão da escolaridade obrigatória, à valorização da formação académica tal à formação ao longo da vida e a um conjunto de medidas de apoio aplicadas pelo Estado, nomeadamente bolsas de estudo e complementos, às famílias com baixos rendimentos. (Almeida & Vasconcelos, 2008)

A educação em termos gerais contribui significativamente para o desenvolvimento pessoal, profissional e social bem como para o desenvolvimento das sociedades.

De acordo com Ramphel (2000) citado por Reis (2015)

Hoje, mais do que nunca na história humana, a riqueza – ou a pobreza – das nações depende da qualidade do ensino superior. Aqueles que têm um mais lato repertório de perícias e uma maior capacidade de aprendizagem podem olhar em frente para vidas de significado económico sem precedentes. Mas nas décadas que hão de vir os pobremente educados encontrar-se-ão de frente com vidas com perspectivas flagrantes de franco desespero. (p.11)

A educação no Ensino Superior promove competências e habilidades e, por conseguinte, uma maior flexibilidade e preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho atual em constante mudança e uma maior envolvimento nas novas tecnologias. Para além destas competências dota os cidadãos de uma maior consciência e com mais capacidade de intervenção contribuindo assim para uma sociedade mais equitativa, justa e participativa.

Atualmente os jovens são cada vez mais exigentes na escolha da Instituição de Ensino Superior (IES), no curso que vai ao encontro dos seus interesses, considerando que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e global, e na procura de informação acerca dos apoios a que poderão recorrer face à sua situação económica. As IES por sua vez, na sua oferta formativa, pretendem garantir que estão atentas às necessidades dos estudantes, na sua heterogeneidade e aos desafios impostos pela sociedade de carácter social, económico e cultural.

Como refere Ferreira et al. (2009)

São muitos os fatores que estão a alterar a relação dos estudantes com as IES. Ir ao encontro das suas necessidades e expectativas tornou-se uma das preocupações centrais das IES. Os estudantes têm ocupações e interesses que vão para além do contexto dos seus estudos. As suas necessidades são hoje muito diferentes das do típico estudante do passado. Daí que o desafio de atrair, fidelizar, formar, satisfazer e graduar um estudante se tenha tornado um processo complexo que envolve múltiplas dimensões. (p.3)

Os desafios do Ensino Superior vão também para além destes fatores, pois a grande maioria dos estudantes consegue concluir este nível de ensino, no entanto há que ter em conta os grupos considerados de risco, particularmente as situações de abandono, o insucesso escolar tal como a não adaptação ao ambiente académico, ajustamento e inclusão bem como de natureza financeira.

Neste sentido as IES e o Estado devem desenvolver uma parceria com o objetivo de promover medidas para a inclusão destes grupos, analisar os fatores que contribuem para esta tendência a fim de a inverter.

Apesar da extensão e democratização deste nível de ensino a todos os cidadãos, este sistema não é totalmente gratuito, pelo que o Estado e as famílias dos estudantes dividem despesas em alguns casos. A frequência determina o pagamento de propinas por parte dos estudantes, fixada pelo n.º 2, Art.º 16.º da Lei 37/2003, de 22 agosto, Art.º 258 n.º 1 LOE – Lei n.º 75-B/2020 de 2020-12-31. Todavia, importa referir que estes têm

despesas relativamente a deslocações, alojamento, alimentação, material didático, entre outras e que o valor de bolsa atribuído não é suficiente para fazer face às despesas atrás referidas.

Cerdeira (2008) refere que o Estado tem vindo a criar mecanismos de apoio, primeiramente os Serviços Sociais e mais tarde a Ação Social do Ensino Superior, através do Despacho 129/93 de 22 de abril. É através da Ação Social que são atribuídos os apoios sociais aos estudantes com carência económica, devidamente comprovada, contribuindo para a igualdade de oportunidades, proporcionando assim ao indivíduo no futuro uma maior segurança de natureza financeira, social, política e cultural.

São múltiplas as entidades internacionais que apoiam estas medidas aplicadas pelo Estado, nomeadamente o Banco Mundial, as Nações Unidas, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação (ONU), a Ciência e a Cultura (UNESCO), a *United Nations International Children's Emergency* (UNICEF), a Comissão Europeia, a *Eurydice* e *Eurostat*, entre outros, pois defendem a educação no ensino superior com um papel significativo para a promoção da equidade, igualdade e justiça social na atual sociedade do conhecimento. Reafirmam que as instituições de ensino e o estado devem ser parceiras de forma a organizar instrumentos de apoios à frequência e continuidade dos seus estudos, sobretudo os mais carenciados. (Pereira, 2019).

### **3.1 Caraterização do Sistema de Ensino Superior em Portugal**

Em Portugal o Ensino é desenvolvido em três níveis, sendo, o ensino básico, secundário e superior e encontra-se regulamentado pela Lei de Bases do Sistema Educativo de acordo com a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro.

A Lei n.º 62/2007 estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) que tem como objetivo a regulação da sua constituição, as atribuições e organizações, o funcionamento e competência dos seus órgãos e por conseguinte a tutela e fiscalização pública do Estado sobre as mesmas, no quadro da sua autonomia.

O Ensino Superior tem como Missão a qualificação a um nível superior dos portugueses, a produção e divulgação do conhecimento, valorizar a atividade dos docentes, funcionários e investigadores de forma a estimular a formação profissional e intelectual dos estudantes. Promover a mobilidade entre os seus estudantes seja a nível nacional e internacional, nomeadamente no espaço europeu. Direito e dever de participar

em atividades relacionadas com a sociedade, sobretudo órgãos do Estado, associações, instituições, com o propósito da transferência de conhecimento. Contribuir para o entendimento público das humanidades, das artes, da tecnologia e ciência, bem como promover ações para a sua divulgação.

Dispõe-se num sistema binário que se divide em ensino universitário e politécnico. Encontra-se organizado em quatro ciclos, sendo um ciclo de estudos de curta duração o qual não confere grau académico, orientado para a investigação aplicada e criação do saber de natureza profissional, sendo os Cursos Técnico e Superior Profissional (CTeSP) e três ciclos de estudos que conferem os graus académicos de Licenciado, Mestre e Doutor, direcionados para a investigação e criação de saber científico e cultural.

As IES gozam de autonomia no âmbito científico, pedagógico, cultural e disciplinar.

Considerando que Portugal faz parte do círculo europeu, em 2005 procedeu-se à reforma da Lei de Bases do Sistema Educativo com o objetivo de implementar o Processo de Bolonha, de acordo com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, com o objetivo de conferir as qualificações necessárias aos portugueses neste espaço europeu, adotando o sistema europeu de créditos curriculares (ECTS- *European Credit Transfer and Accumulation System*), baseado nos resultados obtidos das aprendizagens e trabalhos, no sentido de uma maior flexibilização de mobilidade num contexto de programas de mobilidade de estudantes entre IES nacionais e internacionais. Segundo o *European Commission* (s. d.) “O ECTS foi adotado pela maioria dos países do Espaço Europeu do Ensino Superior como sistema nacional de créditos e é cada vez mais utilizado em outras zonas.”

As condições especiais de acesso e ingresso no Ensino Superior são regulamentadas pelo Decreto-Lei 64/2006, de 21 de março, respeitante às provas que avaliam a capacidade do candidato à frequência do Ensino Superior para Maiores de 23 anos. Este tem o objetivo de oferecer a oportunidade de o candidato demonstrar as suas capacidades através da valorização do currículo escolar e profissional, aquando da impossibilidade de acesso pelo regime geral de ingresso, promovendo a igualdade de oportunidades.

O ensino superior caracteriza-se por Universidades, Institutos Politécnicos e Público Militar e Policial. Os estabelecimentos de ensino superior encontram-se em maior

número nas regiões do norte, centro e Lisboa. Considerando a reduzida dimensão territorial, este número é reduzido nas regiões autónomas da Madeira e Açores. (DGES, 2022)



Fig. 1 – N.º de Instituições de Ensino Superior e cursos em Portugal. Fonte: Ensino Superior em Números, ano letivo de 2022-23 (DGES, 2022)

#### 4. A Ação Social no Ensino Superior

O termo Ação Social surge pela primeira vez através de Max Weber (1864-1920), sociólogo alemão que nos seus estudos sobre a sociologia desenvolveu o conceito de Ação Social a partir do indivíduo. Definiu a Sociologia como, a ciência da ação social e tinha como objetivo compreender a ação individual em contextos sociais. Weber estruturou a ação em três tipos, sendo a primeira como a ação frente a uma situação concreta, a segunda como a ação prescrita com base em regras determinadas e por último a ação decorrente da compreensão informal das regras. A Ação Social Significativa, desenvolvida por Weber, defende que a ação deve ser realizada pelo estado, organizações e pela sociedade. (Moraes et al., 2003)

A Ação Social, segundo Neves (2001) citado por Pedro (2008),

Num sentido restrito, designa, por vezes também sob a denominação de apoio social ou de inserção social, um conjunto de meios, que visam concretizar objetivos específicos de proteção social em situações de necessidade social de pessoas, famílias ou grupos sociais, que tendem a gerar situações de marginalização e de exclusão social. A ação social concretiza-se fundamentalmente em apoios personalizados através de serviços e de equipamentos sociais, de apoio individual e familiar, bem como de intervenção

comunitária, mas integra também ajudas pecuniárias sob a forma de subsídios eventuais. (p.24)

O enquadramento legal que estabelece as bases do sistema da Ação Social no ensino superior surge através do Decreto-Lei 129/93 de 22 de abril.

Menciona-se que o 129/93 foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 204/2009, de 31 de agosto, sendo esta a terceira alteração, e pela Lei n.º 62/2007 do RJIES tendo em conta a Lei 37/2003 de 22 de agosto.

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 20/2012, de 7 de fevereiro e considerando a reorganização da estrutura na Administração Pública para uma orgânica mais eficiente procurou-se redefinir o modelo organizacional da DGES. Este serviço tem como Missão “(...) assegurar a conceção, a execução e a coordenação das políticas que, no âmbito do ensino superior, cabem ao MEC.” (p.627), bem como gerir o Fundo de Ação Social, compor a proposta de orçamento do ensino superior, no acompanhamento da execução e avaliação da qualidade dos Serviços de Ação Social (SAS) das IES. Importa referir, ao abrigo do mesmo, que o Fundo de Ação Social (FAS), integrado na DGES tem como responsabilidade processar o pagamento da bolsa aos estudantes, administrar, conferir e controlar. As receitas do FAS são provenientes das dotações e transferências do Orçamento de Estado, apoios financeiros e outros subsídios oriundos de entidades públicas, nacionais ou europeias e/ou outras receitas que lhe sejam atribuídas.

A atribuição de bolsa de estudo rege-se pelo Despacho n.º 9619-A/2022, na atual redação, designadamente Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (RABEEES). Tem como objetivo garantir que os apoios sejam atribuídos de forma justa, a todos os estudantes, estabelecendo um conjunto de princípios fundamentais, especialmente àqueles que em condições de carência económica, devidamente comprovada, possam assegurar um nível mínimo de recursos financeiros para suprir as necessidades associadas à frequência do ensino superior.

De acordo com a al) a do artigo n.º 3 do RABEEES

“Bolsa de estudo” uma prestação pecuniária anual para participação nos encargos com a frequência de um curso ou com a realização de um estágio profissional de carácter obrigatório, atribuída pelo Estado, a fundo perdido, sempre que o agregado familiar em que o estudante se integra não disponha de um nível mínimo adequado de recursos financeiros. (p.394)

Este documento define as regras relativamente ao processo de atribuição de bolsas de estudo no quadro do sistema dos apoios sociais aos estudantes do ensino superior inscritos em cursos técnicos superiores profissionais e em ciclos de estudo conducentes ao grau de licenciado e de mestre bem como na realização de estágio profissional nos termos do artigo 46.º -B do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março.

O RABEEES fundamenta-se em 4 princípios:

**O princípio da garantia de recursos** com o objetivo de garantir minimamente recursos financeiros, principalmente aos que apresentem carência económica para o acesso e frequência dos estudantes no ensino superior;

**O princípio da confiança** mútua entre o Estado, os estudantes e as IES;

**O princípio da boa aplicação de recursos** públicos aos estudantes que comprovadamente apresentem uma situação economicamente carenciada;

**O princípio de “uma só vez”** em que é dispensada a apresentação de documentação desde que essa informação se encontre na posse da Administração Pública.

Este sistema de atribuição de bolsas de estudo apresenta como principais linhas orientadoras:

**Contratualização** desde que cumpram as condições de elegibilidade previstas no presente regulamento;

**Linearidade** em que os apoios são adequados ao rendimento *per capita* do agregado;

**Adição de Apoios** a que se refere aos apoios complementares atribuídos aos estudantes com NEE e deslocados;

**Simplificação** administrativa em que pretende diminuir a burocracia relativamente à documentação entregue e na base da confiança pelas declarações prestadas;

**Atribuição Automática** do pagamento de bolsa no início do ano letivo, considerando os valores recebidos no ano anterior a título provisório, até à decisão final;

**Qualidade** nos serviços prestados e com garantia de controlo e auditoria interna e

**Responsabilização** pelas informações prestadas por parte dos requerentes onde se estabelece medidas adequadas em caso de fraude.

Face a alterações económicas graves e ou excecionais que possam ocorrer durante o ano letivo podem ser atribuídos auxílios de emergência aos estudantes bolseiros.

Relativamente aos complementos, já anteriormente enunciados, começo por referir o complemento mensal de alojamento atribuído aos estudantes bolseiros alojados na Residência Universitária, até ao limite de 17.5% do IAS, de acordo com o art.º 19 do RABEEES. Nos casos em que não existam vagas ou Residência Universitária é atribuído

um complemento até ao limite de 65% nos termos do art.º 20 do RABEEES, dependendo do concelho, conforme Anexo II do mesmo regulamento.

Está previsto a atribuição de um complemento anual de transporte (uma passagem de ida e volta seja aérea ou marítima) desde que o curso não seja lecionado na região onde residem.

Aos estudantes que se encontrem a realizar um período em mobilidade é atribuído um complemento mensal.

De forma a promover a inclusão dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais no acesso e na sua continuidade do ensino superior é atribuído uma majoração de 60% ao valor da bolsa. Face às despesas e às especificidades que este estudante apresente, pode ser atribuído um valor até ao limite do valor da bolsa de referência anual (5.572,20€ em 2022-23), desde que comprovada a respetiva situação.

Neste sistema são abrangidos os estudantes que reúnam os critérios de elegibilidade cumulativamente na Secção II do RABEEES.

Na execução destas medidas e no sentido de uniformizar, a nível nacional, todo o processo, as candidaturas são realizadas numa plataforma, sendo Bolsas de Estudo Online (BeOn) e a análise realiza-se no Suporte Informático ao Concurso de Atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior (SICABE) pelos técnicos dos Serviços de Ação Social, ambas disponibilizadas pela DGES com o objetivo de proporcionar uma maior eficiência e rapidez na atribuição de benefícios sociais.

Como referido no ponto anterior tem havido uma evolução na introdução de medidas mais adequadas às necessidades dos estudantes, pelo que nomeio aqui algumas das medidas implementadas e revistas ainda para o ano letivo de 2022-2023:

- Aumento da bolsa de estudo aos estudantes inscritos no 2.º ciclo de estudos até ao limite do valor do subsídio de propina atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para a obtenção do grau de doutor em Portugal (até ao limite de 2750,00€);
- O aumento do limiar de elegibilidade de 18 para 19 vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS);
- Complemento de deslocação, num máximo de 250,00€, aos alunos residentes na Residência Universitária.

No decorrer da revisão literária foram ainda publicados dois despachos, sendo o Despacho n.º 14161/2022, de 9 de dezembro, que determina qual o novo procedimento a adotar relativamente aos apoios sociais a atribuir aos estudantes do ensino superior

beneficiários de proteção temporária, tendo em conta a guerra na Ucrânia, o Despacho n.º 14162/2022, de 9 de dezembro, que determina o reforço extraordinário das bolsas de ação social e complementos que contempla um apoio adicional de 10% do valor da bolsa base anual atribuída e também um aumento de 50% do complemento de mobilidade atribuído no início do ano letivo e ainda a majoração de 5% no complemento de alojamento para estudantes que não obtiveram vaga nas residências universitárias para o ano letivo de 2022/2023.

E ainda no decorrer do presente ano letivo foi publicado novo Despacho pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que promove outra medida no âmbito do apoio ao alojamento para estudantes não bolseiros. De acordo com o Despacho 3163/2023, de 9 de março, o alojamento é uma das despesas mais elevadas que está relacionada com a frequência do Ensino Superior pelo que pela primeira vez o Estado atribuí apoios aos estudantes nesta condição de não bolseiro. Acentua-se que a medida não se aplica a todos os estudantes, estes deverão enquadrar-se no Escalão 3 do abono familiar.

Podemos assim observar que as medidas implementadas pelo Estado apresentam uma tendência para uma adaptação ao contexto e à realidade económica dos estudantes e agregado familiares. O RABEEES tem sofrido sucessivas alterações com o objetivo de colmatar e promover o direito de acesso, a frequência e sucesso escolar no sentido de ultrapassar as desigualdades sejam económicas, culturais e/ou sociais.

Como refere Jerónimo (2010)

(...) o Estado português se compromete a garantir a existência de um sistema de Ação Social de Ensino Superior de modo a permitir a frequência do Ensino Superior por todos os estudantes, competindo à Ação Social promover o direito à igualdade de oportunidades de acesso, frequência e sucesso escolar. (p. 149)

## **5. A Universidade da Madeira (UMa)**

A UMa situa-se no arquipélago da Região Autónoma da Madeira (RAM), constituído por quatro ilhas, no oceano Atlântico a cerca de 900km de Portugal Continental, com uma área aproximadamente de 740 km<sup>2</sup>, no distrito do Funchal, concelho do Funchal, freguesia de São Roque. A Reitoria e respetivos órgãos de governo

encontram-se estabelecidos no Colégio dos Jesuítas. Este concelho encontra-se a sul da Ilha.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) estima-se que a população da RAM seja de 250.769 habitantes (de acordo com os censos de 2021).

A Instituição de Ensino Superior, adiante designada Universidade da Madeira, surge da vontade de uniformizar e agregar o Ensino Superior na RAM tendo sido criada a 13 de setembro de 1988 através do Dec. Lei n.º 319-A/88, de 13 de setembro, com homologação do Conselho de Ministros, Presidente da República, à data, Mário Soares e Primeiro-Ministro Aníbal António Cavaco Silva, após a revogação do Decreto-Lei n.º 664/76, de 4 de agosto, que teve como objetivo a criação do Instituto Universitário da Madeira. Atualmente a UMa, rege-se de acordo com o Regulamento Orgânico n.º 819/2021 de 1 de setembro.

A UMa, tendo em conta o seu caráter e inserção regional, tem como Missão assegurar aos seus estudantes a transmissão de conhecimento científico, competências técnicas e formação ao longo da vida, para uma melhor inserção no mercado de trabalho e na sociedade.

No enquadramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) a UMa encontra-se alinhada, essencialmente, com os objetivos 4, 8, 10 e 16.

#### A UMa e os ODS

|   |   |
|---|---|
| <b>4 – Educação de qualidade</b>                  | Garantir o acesso à Educação Inclusiva, de Qualidade e Equitativa, e Promover Oportunidades de Aprendizagem ao Longo da Vida para Todos.  |
| <b>8 – Trabalho digno e crescimento económico</b> | Promover o Crescimento Económico Inclusivo e Sustentável, o Emprego Pleno e Produtivo e o Trabalho Digno para Todos.  |
| <b>10 – Reduzir as desigualdades</b>              | Reduzir as Desigualdades no Interior dos Países e entre Países.   |
| <b>16 – Paz, justiça e instituições eficazes</b>  | Promover Sociedades Pacíficas e Inclusivas para o Desenvolvimento Sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para Todos e Construir Instituições Eficazes, Responsáveis e Inclusivas a Todos os Níveis. |

*Fig. 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis na UMa. Fonte: Adaptado de Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.*

De forma a dar resposta à formação superior na RAM a Universidade da Madeira dispõe de uma oferta académica variada, nomeadamente:

### Oferta Formativa da UMa 2022-23

|  |   |
|--|---|
| <b>Faculdade Artes e Humanidades</b>                 | 6 Cursos de Licenciatura<br>8 Cursos de Mestrado<br>2 Cursos de Doutoramento  |
| <b>Faculdade das Ciências Exatas e da Engenharia</b> | 6 Cursos de Licenciatura<br>8 Cursos de Mestrado<br>4 Cursos de Doutoramento  |
| <b>Faculdade das Ciências Sociais</b>                | 5 Cursos de Licenciatura<br>7 Cursos de Mestrados<br>1 Curso de Doutoramento<br>1 Curso de Pós-Graduação            |
| <b>Faculdade das Ciências da Vida</b>                | 1 Curso de Licenciatura<br>1 Curso de Mestrado<br>1 Curso de Doutoramento   |
| <b>Escola Superior de Tecnologias e Gestão</b>       | 1 Curso de licenciatura<br>1 Curso de Mestrado<br>15 Cursos Técnicos Superiores Profissionais                       |
| <b>Escola Superior de Saúde</b>                      | 1 Curso de Licenciatura<br>1 Curso de Mestrado<br>1 Curso de Pós-Graduação<br>1 Curso Técnico Superior Profissional |

Fig. 3 – Oferta Formativa da UMa. Fonte: UMa, 2022.

## 6. Os Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira

Os Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira (SASUMa) foram criados a 20 de dezembro de 1995, de acordo com o Decreto-Lei 129/93, de 22 de abril, com a publicação dos Estatutos Provisórios em Diário da República por deliberação da então Comissão Instaladora da Universidade da Madeira.

Os SASUMa, tendo em conta o Regulamento n.º 371/2011, de 6 de junho, têm como Missão oferecer apoios e prestação de serviços de qualidade com o propósito de promover a integração e o sucesso escolar junto da comunidade académica de forma a garantir a igualdade de oportunidades. A Visão da Instituição pretende estabelecer um conjunto de normas consignadas à qualidade e reconhecimento de forma a promover a continuidade dos estudos no ensino superior aos estudantes com dificuldades económicas.

Estes Serviços têm o objetivo de proceder à execução das políticas de ação social no âmbito do Ensino Superior de forma a garantir a todos os estudantes com carência económica, devidamente comprovada, aceder e frequentar este nível de ensino.

É da competência dos SASUMa a atribuição dos apoios ao abrigo do art.º 20 da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, designadamente:

- Apoios Diretos - Atribuição de Bolsas de Estudo e Auxílios de Emergência;
- Apoios Indiretos – Alimentação através de cantinas, alojamento, acesso a serviços de saúde, apoios a atividades culturais e desportivas e o acesso a outros apoios educativos.

As bolsas atribuídas são cofinanciadas pelo Fundo Social Europeu no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) e pelo Estado Português.

Em 2009 os SASUMa fixaram-se definitivamente, em edifício próprio, no concelho do Funchal, freguesia de Santa Maria Maior, sito à Rua de Santa Maria Maior n.º 253.

A estrutura organizacional é composta pela Administração, Gabinete de Apoio Social, Gabinete Administrativo e Financeiro, Gabinete Alimentar, Gabinete Técnico e Secretariado.

Estes serviços são dotados de autonomia Administrativa e Financeira.

Compete ao Reitor da UMA presidir os SASUMa, exercendo os poderes resultantes do RJIES e dos Estatutos da UMA.

## **6.1 Apoios Diretos**

Os apoios sociais diretos refere-se à concessão direta de bolsas de estudo e auxílios de emergência aos estudantes do ensino superior.

### 6.1.1 Bolsas de Estudo da DGES atribuídas através dos SASUMa

Apresenta-se abaixo tabela com a evolução do número de estudantes inscritos na UMA e apoiados pela bolsa de estudo da DGES entre 2016-17 e 2021-22, de acordo com Relatório de Atividades e Contas de 2021 dos SASUMa.

Podemos observar que o número de estudantes inscritos na UMA e candidatos à bolsa da DGES, ao longo destes últimos seis anos, apresenta uma tendência progressiva, particularmente 2020-21 e 2021-22 em que se verifica um aumento exponencial do número de estudantes inscritos, tal como o número de candidatos à bolsa, bem como o número de estudantes bolseiros. Constatamos ainda que o número de bolseiros, apesar de algumas oscilações nos primeiros anos, tem aumentado significativamente.

| Ano Letivo | N.º de Estudantes | N.º de candidaturas | Bolseiros | % de Bolseiros sobre o n.º de Estudantes |
|------------|-------------------|---------------------|-----------|--|
| 2016-17    | 2719              | 1363                | 1142      | 42,00%                                   |
| 2017-18    | 2575              | 1291                | 1082      | 42,02%                                   |
| 2018-19    | 2592              | 1342                | 1091      | 42,09%                                   |
| 2019-20    | 2712              | 1405                | 1142      | 42,11%                                   |
| 2020-21    | 3106              | 1649                | 1387      | 44,66%                                   |
| 2021-22    | 3388              | 1802                | 1509      | 44,54%                                   |

Fig. 4 – Evolução da taxa de bolseiros face ao n.º de estudantes inscritos na UMA desde 2016. Fonte: Adaptado do Relatório de Atividades e Contas de 2021 dos SASUMa (p. 24) (SASUMa, 2022).

Do Relatório de Atividades e Contas de 2021 dos SASUMa constatamos ainda que dos 1509 bolseiros 734 estudantes receberam bolsa mínima, ou seja, sensivelmente metade dos estudantes bolseiros da UMA receberam o valor mensal de 87,20€.

Podemos ainda observar que o valor total de bolsas e complementos transferidos pela DGES, a fundo perdido, aos estudantes bolseiros em 2021-22 foi de 2.384,993€.

Do mesmo documento podemos ainda destacar que o principal motivo de indeferimento de candidaturas à bolsa refere-se a estudantes cujos rendimentos são superiores ao rendimento *per capita* determinado pela DGES e em segundo lugar os estudantes sem aproveitamento curricular.

## **6.2 Apoios Indiretos**

Os apoios sociais indiretos podem ser prestados através do acesso ao alojamento e alimentação, apoios às atividades académicas de natureza desportiva ou cultural, acesso a serviços de saúde entre outros apoios educativos.

### **6.2.1 Alojamento**

A Residência Universitária Nossa Senhora das Vitórias (RU) abriu portas em janeiro de 2009, sita à Rua de Santa Maria n.º 253, alocada aos SASUMa, e situa-se a 4,8 Km do Campus Universitário da UMa.

Neste espaço o estudante poderá usufruir de alojamento desde setembro a junho, podendo prolongar a estadia, após este período, desde que fundamentada e autorizada superiormente.

Apresenta uma capacidade de alojamento para 209 estudantes divididos por 82 quartos, com quarto de banho privado. Destes 82 quartos a RU dispõem de quartos adaptados aos estudantes com Necessidades Especiais (NE) de acordo com a Lei.

Dispõe de serviços de apoio, nomeadamente de lavandaria, cozinha, sala de estar, espaço de venda automática de bebidas e snacks, serviço de cópias e estacionamento.

Este espaço é fundamental aos estudantes que por via da ausência de transporte entre a IES e a residência do agregado e oferece a oportunidade a estes estudantes de poderem permanecer e frequentar o ensino.

Aos estudantes bolsiros é atribuído um complemento de alojamento e de deslocação, nos termos do art.º 19 do RABEEES.

Contudo a procura de alojamento não é exclusiva aos estudantes bolsiros, sendo que é possível, mediante requerimento, alojar estudantes, desde que haja disponibilidade, em mobilidade, internacionais, outros membros que façam parte da comunidade académica e ou utentes devidamente autorizados. (SASUMa, 2023)

Abaixo apresenta-se uma tabela onde se indica a evolução da taxa de ocupação desde janeiro de 2021 a março de 2022, em que a ocupação nos meses de julho e agosto é a mais baixa em relação aos meses em que decorrem as aulas, particularmente entre setembro e junho em que a afluência é maior.

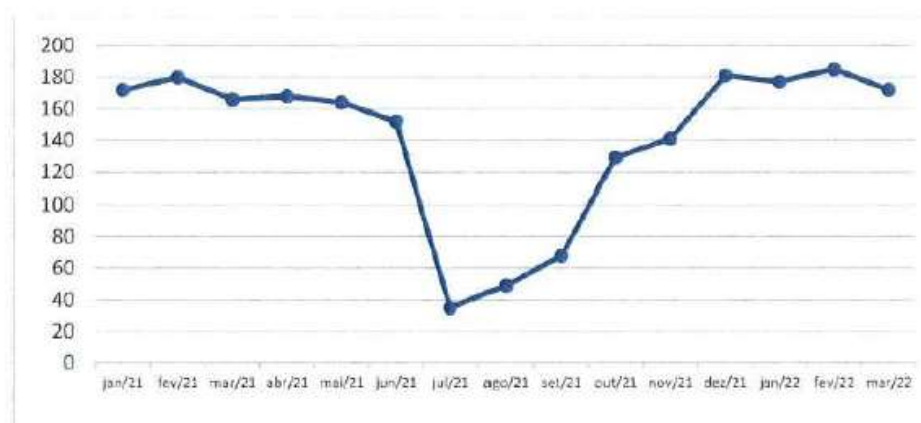


Gráfico 5.2.1- Evolução da taxa de ocupação da RU – Nº de alunos

*Fig. 5 – Evolução da taxa de ocupação na Residência Universitária 2021-22. Fonte: Relatório de Atividades e Contas de 2021 dos SASUMa (p.30) (SASUMa, 2023).*

### 6.2.2 Alimentação

Cabe aos SASUMa proporcionar serviços de apoio adequados às necessidades dos estudantes, pelo que oferece espaços alimentares, nomeadamente bares e cantina, distribuídos pelo Campus Universitário, Reitoria e SASUMa.

É fundamental garantir que todos os estudantes possam ter o acesso à alimentação a preços mais acessíveis, pelo que os serviços, nos termos da Lei 71/2017 de 16 de agosto, fixam preços máximos para as principais refeições a todos os estudantes do ensino superior sem distinção.

### 6.3 Outras Bolsas Promovidas pelos SASUMa e Parceiros

Contudo verifica-se que as medidas aplicadas pela tutela da ação social do ensino superior, através do RABEEES, não são abrangentes a todos os estudantes que apresentam determinadas especificidades de natureza familiar, económica e/ou de sucesso escolar. Assim os SASUMa em parceria com entidades públicas e privadas, unem esforços na criação de programas/protocolos com o objetivo de promover a frequência e o sucesso escolar e em paralelo prevenir a deserção escolar.

Neste âmbito são promovidas as seguintes Bolsas:

- Fundo de Apoio de Emergência;

- Bolsa Blandy Educação;
- Bolsa Santander Futuro;
- Bolsa Grupo AFA;
- Bolsa Cruz Vermelha;
- Bolsa Castanheiro Boutique Hotel.

Estes apoios são diretos e têm como objetivo o de subsidiar o pagamento de propinas e alojamento (SASUMa, 2022).

Apresenta-se abaixo uma tabela com os principais dados referente às bolsas concedidas desde 2016-17 até 2021-22, de acordo com Relatório de Atividades e Contas de 2021 dos SASUMa. Podemos observar que o número de estudantes beneficiários relativamente ao FAE e Santander ao longo dos últimos anos apresenta uma tendência crescente.

Da análise podemos aferir que há uma tendência crescente no número de estudantes apoiados, através de parcerias com a UMa/SASUMa.

|                              | 2016-17 | 2017-18 | 2018-19 | 2019-20 | 2020-21 | 2021-22 |
|------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <b>Bolsas Atribuídas</b>     |         |         |         |         |         |         |
| <b>FAE</b>                   | 55      | 53      | 40      | 76      | 74      | 79      |
| <b>Bolsa Blandy Educação</b> | 15      | 15      | 15      | 15      | 15      | *       |
| <b>Bolsa AFA</b>             | 3       | 3       | 3       | 3       | 3       | 3       |
| <b>Bolsa Cruz Vermelha</b>   | 3       | 3       | 3       | 3       | 3       | 3       |
| <b>Bolsa Santander</b>       |         |         |         | 12      | 41      | 0       |

*Fig. 6 – Evolução das bolsas promovidas por outras entidades. Fonte: Adaptado do Relatório de Atividades e Contas de 2021 (p. 28). \* Dados não disponíveis pelo facto do concurso não se encontrar concluído à data. (SASUMa, 2022).*

#### 6.4 Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na UMa e SASUMa

O Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, estabelece o modelo referente aos fundos europeus atribuídos a Portugal através do PRR. Após um período de Pandemia

devido à COVID-19 em que se verificou uma grave emergência de saúde pública e consequentemente provocando um forte impacto negativo a nível económico e social tanto em Portugal quer na União Europeia, pelo que desencadearam um programa com vista a apoiar os países membros na recuperação e resiliência no sentido de uma estabilização a médio e longo prazo.

O presente decreto refere ainda que

O MRR determina que os planos de recuperação e resiliência dos Estados-Membros se traduzam em medidas para a implementação de reformas e investimentos, alinhados com os objetivos do Semestre Europeu e as Recomendações Específicas por país que de ali decorrem. (p. 11)

Neste âmbito, a UMa e os SASUMa apresentaram em conjunto sete projetos, no valor total de 12 milhões de euros, dos quais três referem-se primeiramente à realização de obras de manutenção na Residência Nossa Senhora das Vitórias no valor de 2.1 milhões de euros, seguidamente ao financiamento de 816.4 mil euros para adaptação de um imóvel para os fins de alojamento com capacidade de 25 camas e por último a construção de um novo edifício para alojamento de estudantes na Quinta de São Roque no valor de 6. 5 milhões de euros. Estes projetos são fundamentais para fazer face às necessidades de alojamento que se faz notar em Portugal e particularmente na nossa região. (Beneficiário PRR, 2023)

## **7. Igualdade de Oportunidades, Equidade e Justiça Social no Ensino Superior**

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) menciona que todos os indivíduos têm direito à dignidade, à sua valorização como pessoa, à igualdade de oportunidades, a contribuir para o progresso social e indagar por melhores condições de vida. A fim de que estes direitos se preservem é essencial que os órgãos de soberania desenvolvam medidas para garantir que sejam respeitados os direitos e liberdades sugerindo que o caminho começa pelo investimento na formação e na educação.

Neste seguimento a Constituição Portuguesa, (1976), de 4 de outubro, nos termos do n.º 1 do art.º 74, também refere que “todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.”

Menciona ainda no n.º 2 do mesmo artigo, garantir o ensino básico universal, obrigatório e gratuito, eliminar o analfabetismo, assegurar a todos os cidadãos o acesso

aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística, promover progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino, referindo que as escolas devem criar relações com as comunidades em que se inserem, influenciar e apoiar os cidadãos portadores de deficiência implementando medidas de apoio necessárias para o acesso ao ensino bem como a valorização da língua gestual portuguesa, tal como garantir o ensino da língua portuguesa e o conhecimento da nossa cultura aos cidadãos com intenção de se estabelecerem no nosso país.

Embora se verifique uma evolução na aplicação das medidas referidas anteriormente no campo da educação, importa referir que o ensino superior ainda não é gratuito em Portugal. Para frequentar este nível de ensino são cada vez mais os estudantes, que recorrem à Ação Social do Ensino Superior para requerer apoios.

Apresentam-se abaixo os dados publicados relativamente à evolução do número de requerimentos à bolsa da DGES bem como o total de bolsas deferidas e indeferidas dos últimos seis anos, em Portugal. Podemos constatar que no geral verifica-se uma tendência crescente em quase todos os indicadores, embora no ano de 2019-20 notemos uma ligeira descida. É de salientar no ano de 2021-22 foram apoiados um total de 79 111 estudantes do ensino superior com bolsa de estudo, sendo este o maior número registado nos últimos seis anos.

Podemos assim observar uma evolução positiva na atribuição de bolsas de estudo a estudantes, com carência económica devidamente comprovada, pela Ação Social.

| <b>Instituições de Ensino Superior Público e Privado</b> | <b>Requerimentos Submetidos</b> | <b>Requerimentos Deferidos</b> | <b>Requerimentos Indeferidos</b> |
|--|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| 2016-17  | 94 532                          | 71 879                         | 22 020                           |
| 2017-18  | 96 998                          | 73 210                         | 22 158                           |
| 2018-19  | 97 607                          | 73 759                         | 23 197                           |
| 2019-20  | 97 210                          | 72 195                         | 24 315                           |
| 2020-21  | 102 388                         | 78 999                         | 22 629                           |
| 2021-22  | 103 389                         | 79 111                         | 23 862                           |

*Fig. 7 – Estatísticas Bolsas de Estudo 2016 a 2022 da DGES. Fonte: Adaptado dos Mapas Síntese Geral (DGES, 2023).*

Portugal e o mundo, nas duas primeiras décadas do século XXI, têm sido alvo de crises de natureza financeira, pela Pandemia da COVID-19 e atualmente pela guerra na Ucrânia bem como uma crise inflacionista. Estas circunstâncias influenciam a economia nacional e mundial e que, por conseguinte, conduz a dificuldades financeiras das famílias e, de acordo com a fig. 7, podemos observar que a tendência do número de estudantes que requerem e usufruem de apoios da Ação Social do Ensino Superior é progressiva.

Ainda que Cerdeira (2008) mencione que apesar dos apoios concedidos verifica-se uma tendência crescente da comparticipação das despesas pelas famílias em parceria com o Estado para a frequência do ensino superior e como tal põe em causa a igualdade de oportunidades, equidade e justiça social considerando que os apoios atribuídos nem sempre são suficientes para fazer face às despesas.

A Ação Social, igualdade de oportunidades, equidade, justiça social, ensino superior são conceitos inter-relacionados que têm um impacto significativo nos indivíduos e na sociedade como um todo.

De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2023)

**Ação** “Ato ou efeito de agir”

**Social** “O que diz respeito ao bem-estar de todos”

**Igualdade** “Organização social em que não há privilégios de classes”

**Oportunidades** “Conjunto de circunstâncias propícias a algo, num determinado momento”

**Equidade** “Reconhecimento dos direitos de cada um”

**Justiça** “Prática e exercício do que é de direito”

**Ensino** “Educação”

**Superior** “De graduação elevada”

Gielis (2009), citado por Jerónimo (2010) refere que a Ação Social no âmbito do ensino superior é associada à promoção da igualdade de oportunidades e à equidade social. Estes dois conceitos, defendidos pelo autor, apresentam ideias diferentes em que a igualdade de oportunidades num estado de democracia é a ausência de discriminação, a distribuição justa dos encargos e benefícios por toda a população e segundo o mesmo autor “a equidade é uma componente da justiça social que tem como objetivo o reconhecimento e a correção da discriminação recorrendo, nomeadamente, ao mecanismo de ação afirmativa.” (p. 61)

Segundo Temkin (2005) citado por Jerónimo (2010)

(...) são princípios da igualdade: a sua universalidade, na medida em que reflete a perspetiva de que todos os motivos e todos os princípios deverão ser universais no que respeita à sua aplicação; a sua imparcialidade, uma vez que todos os seres humanos devem ser tratados de acordo com uma equidade desinteressada; e a sua comparabilidade – princípio cuja preocupação fundamental assenta na forma como cada um reage perante a vida, em comparação com os seus semelhantes. (p.57)

E ainda sobre a equidade, a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior desencadeia um processo de análise, de acordo com o RABEEES, pelos Serviços de Ação Social. Nesta análise a concessão do valor dos apoios a atribuir a cada estudante tende a variar de acordo com os rendimentos do agregado familiar, norteando assim pelo princípio da justiça social.

De forma a garantir o princípio da equidade, a bolsa de estudo é calculada aplicando a seguinte fórmula:

$(11 \times \text{IAS} + \text{PE}) - C$  em que:

O IAS corresponde ao valor do Indexante dos Apoios Sociais no início do ano letivo;

PE refere-se à propina efetivamente paga pelo estudante de acordo com as al) a) e b) do n.º 1 do Anexo I do RABEEES e

C é o valor do rendimento *per capita* do rendimento do agregado familiar do estudante, calculado nos termos do art.º 45 do RABEEES.

Apresentamos abaixo alguns exemplos de bolsa.

No caso em que um estudante se encontre institucionalizado, de acordo com a al) a do n.º 1 do art.º 4, e não apresente rendimentos é aplicada a fórmula da seguinte forma:

$$\begin{aligned} & (11 \times \text{IAS} + \text{PE}) - C \\ & (11 \times 438,81 + 697) - 0 = \\ & (4826,91 + 697) - 0 = \\ & 5523,91 - 0 = 5523,91 \end{aligned}$$

Bolsa anual a atribuir = 5523,91€ que corresponde ao valor máximo de bolsa a atribuir, ou seja, a Bolsa de Referência.

No caso dos estudantes que apresentem um rendimento *per capita* superior a zero, o valor de bolsa apresenta uma tendência decrescente.

A pertinência nesta abordagem recai nos estudantes com bolsa mínima, ou seja, um estudante com um rendimento *per capita* => a 4826,91€ e até ao limite de 8962,05€

(2021-22) recebe de bolsa 872€, de acordo com o 1.1 do n.º 1 do Anexo I do RABEEES. Neste caso aplica-se o mesmo valor de bolsa a estudantes com um rendimento *per capita* de 4826,91€ e de igual modo a um estudante com um rendimento de 8962,05€. A DGES na elaboração destas normas coloca estudantes com uma grande diferença de rendimentos no mesmo patamar, que se questiona a equidade nos valores concedidos em que se põe em causa a justiça social.

Como mencionam os autores Dias et al (2014) “(...) o conceito de equidade surge na maior parte das vezes associado à justiça, a situações no âmbito social – justiça social - que tem como objetivo o reconhecimento e a correção da discriminação: género, racial, étnico, religiosos, culturais ou económicos.” (p.3)

A Ação Social pretende ser um instrumento para a promoção da igualdade de oportunidades, tendo como princípio a equidade a fim de alcançar a justiça social de todos os indivíduos que aspiram prosseguir os seus estudos académicos independentemente da sua origem e condição financeira. É reconhecida a importância que o ensino superior representa para a valorização e participação dos indivíduos na sociedade.

## **8. Administração Educacional**

A Administração Educacional envolve a gestão de uma variedade de estabelecimentos de ensino, nomeadamente escolas, universidades, centros de formação e outras instituições de educação. Os administradores educacionais são responsáveis pela supervisão geral de todos os aspetos da instituição, incluindo a gestão financeira, definição de metas educacionais, planeamento estratégico, recrutamento, gestão de pessoas bem como o desenvolvimento de programas académicos e garantir que as instalações e equipamentos sejam seguros e adequados.

Têm responsabilidades na definição de políticas e regulamentos que regem a instituição, garantir que as políticas estejam alinhadas com as necessidades dos estudantes e que sejam implementadas de maneira justa e equitativa.

A Administração Educacional desempenha um papel fundamental para garantir que os estudantes recebem uma educação de qualidade e preparação para o futuro.

Zung (1984) refere que a Administração Educacional teve a sua génese nas teorias clássicas da Administração, por John Franklin Bobbit (1876-1956) em que este autor publica um artigo em 1913 onde esclarece quais as funções e tarefas do diretor.

Seguidamente apresenta-se uma resenha das três principais Perspetivas Clássicas da Administração e logo depois a evolução das Teorias da Administração Educacional segundo o autor Barroso (1995).

## **8.1 Perspetivas Clássicas da Administração**

As organizações muito têm evoluído desde o século passado a fim de se adaptarem às mudanças da sociedade. As perspetivas clássicas desempenharam um papel significativo na formação de práticas da administração moderna. Os três principais pilares foram a Perspetiva da Administração Científica, a Perspetiva Clássica da Administração e a Perspetiva Burocrática.

A Administração Científica foi desenvolvida por Frederick W. Taylor (1856-1915). De acordo com Zung (1984) esta perspetiva enfatiza a eficiência e a padronização por meio do uso de estudos de tempo e execução das tarefas em que envolvia a observação dos trabalhadores enquanto realizavam as suas tarefas e identificavam formas de melhorar o seu desempenho. A abordagem visava eliminar o desperdício e as ineficiências, o que acabaria levando ao aumento da produtividade. O principal objetivo da administração científica é melhorar a eficiência organizacional maximizando a produtividade.

Segundo Costa (1996) Henri Fayol (1841-1925) foi o responsável pela Perspetiva Clássica da Administração. Nesta perspetiva o autor concentra-se na estrutura da organização, mais precisamente no processo de separação entre as funções administrativas e pelas tarefas a realizar pelos colaboradores. Toda a ação e/ou decisão seria decidida a partir do administrador. A organização baseava-se na hierarquia e respetivas competências de cada indivíduo na organização. Tinha como objetivo obter mais eficiência e eficácia no sistema organizacional.

E por fim a Perspetiva Burocrática desenvolvida por Max Weber (1864-1920), que de acordo com Chiavenato (2004), enfatiza regras e procedimentos claros para garantir consistência e justiça na tomada de decisões, bem como prevenir a corrupção.

Nesta perspetiva o autor identificou seis características, que são: a divisão do trabalho, a hierarquia de autoridade, regras e procedimentos formais, impessoalidade, progressão na carreira com base no mérito e separação de ativos pessoais e organizacionais. Weber acreditava que era através da burocracia a forma mais eficiente de organização.

## 8.2 Evolução das Teorias da Administração Educacional

Barroso (1995) refere que a evolução das Teorias da Administração Educacional se inicia no século XX em três períodos, sendo o primeiro com início do século XX até aos anos 50, o segundo até década de 70 e o terceiro até à atualidade.

O autor menciona que o primeiro período teve início com John Franklin Bobbit (1876-1956) um proeminente filósofo educacional e investigador, que desenvolveu um modelo de administração educacional assente no modelo de administração de Taylor (1856-1915). Este acreditava que a educação deveria ser baseada nas necessidades da sociedade e que o *design* do currículo deveria ser elaborado para atingir esses objetivos.

Bobbit defendia uma abordagem científica para a administração educacional, usando dados e pesquisas para a tomada de decisões nas instituições de ensino tal como em qualquer outra organização. Na sua opinião, a educação deve ser baseada em dados objetivos e empíricos, ao invés de opiniões subjetivas ou preferências pessoais. Os administradores deveriam usar uma abordagem científica para resolver problemas e tomar decisões. Essa abordagem envolvia analisar dados, avaliar alternativas e selecionar o melhor curso de ação com base em evidências.

O modelo de Bobbit compreende quatro etapas: formulação de objetivos, organização de atividades, seleção de pessoal e avaliação de resultados.

Argumentou que a educação deve ser prática e deve preparar os alunos para as demandas do local de trabalho. O propósito da educação era fornecer aos alunos o conhecimento e as habilidades de que precisam para serem membros produtivos da sociedade. As ideias de Bobbit sobre objetivos educacionais influenciaram o desenvolvimento de programas de educação vocacional e educação técnica.

No uso de uma abordagem científica para a administração educacional, os educadores podem garantir que os alunos recebem a educação mais eficaz possível. As contribuições de Bobbit para a filosofia e prática educacional continuam a ter impacto, no campo da educação, nos dias de hoje.

Contudo John Dewey (1859-1952), na década de 30, opõe-se a este modelo concebido por Bobbit em que transfere o modelo de administração das organizações de Taylor para as escolas. Para Dewey, baseado na Teoria das Relações Humanas de Elton Mayo (1880-1949), o elemento das relações humanas é parte integrante na gestão de pessoas nas empresas e nas escolas. Defendia a educação para a democracia, nas instituições educacionais. Segundo Dewey citado por Costa (1996) “Devemos criar nas

escolas uma projeção do tipo de sociedade que desejaríamos realizar; e formando espíritos de acordo com esse tipo, modificar gradualmente os principais e mais recalcitrantes aspetos da vida adulta.” (p.62)

Num segundo período, surge o *New Movement* sendo o maior impulsionador deste movimento Andrew Halpin em 1967. Esta abordagem enfatiza a colaboração e a tomada de decisão compartilhadas entre as partes interessadas, em oposição aos modelos hierárquicos tradicionais de administração que priorizam a tomada de decisão desde o topo da hierarquia. As principais características deste movimento da administração educacional seria promover processos mais democráticos e participativos na liderança educacional e na tomada de decisões.

Halpin coloca grande ênfase na colaboração e na tomada de decisão compartilhadas entre as partes interessadas pois reconhece que a educação é um processo complexo e multifacetado que requer o envolvimento de diferentes atores, desde educadores a pais, alunos e membros da comunidade a fim de garantir que a voz de todos seja ouvida e que as decisões sejam tomadas no melhor interesse de todos.

Ao promover a liderança compartilhada procura distribuir o poder de decisão de forma mais equilibrada entre as partes interessadas, criando assim um estilo de liderança mais democrático e participativo, contrariamente ao modelo anterior em que as decisões eram tomadas por um único líder ou grupo do topo da hierarquia e com pouca contribuição ou envolvimento de outras partes interessadas.

A tomada de decisão é baseada em dados. Envolve o uso de dados e evidências em vez de confiar em opiniões ou preconceitos pessoais. Portanto, as partes interessadas podem tomar decisões mais informadas e eficazes, levando a melhores resultados para todos.

Outro aspeto importante desta abordagem é o uso da solução colaborativa de problemas. Isso envolve reunir partes interessadas de diferentes origens e perspectivas para trabalhar em conjunto em direção a um objetivo comum.

O movimento de Halpin na administração educacional representa um afastamento significativo dos modelos hierárquicos tradicionais de administração. Ao enfatizar a colaboração e a tomada de decisão compartilhada entre as partes interessadas, esta abordagem procura assim promover processos mais democráticos e participativos na liderança educacional e na tomada de decisões. Embora ainda haja desafios a serem superados, o novo movimento representou um passo importante para a criação de um sistema educacional mais inclusivo e igualitário para todos.

E por último, o terceiro período denominado de *The Greenfield Revolution*, por Thomas Barr Greenfield (1930–1992), em meados dos anos 70, que conduziu a uma mudança significativa na forma como as escolas eram administradas. A abordagem tradicional de hierarquia foi substituída por um modelo descentralizado que deu mais poder às escolas.

A primeira característica foi a ênfase na descentralização da gestão escolar. No modelo tradicional, as autoridades centrais tomavam a maior parte das decisões relativas à educação. No entanto, o modelo de Greenfield visava deslocar o poder de decisão das autoridades centrais para as escolas. Essa abordagem permitiu que as escolas respondessem melhor às necessidades de seus alunos e comunidades. As escolas detiveram mais autonomia para tomar decisões sobre o currículo, pessoal e orçamentos. Essa mudança de abordagem visava aumentar a eficiência e eficácia na educação ao capacitar os educadores.

A segunda característica foi a ampliação da autonomia dada às escolas. Essa autonomia permitiu que as escolas experimentassem novos métodos e programas de ensino, que visavam promover a inovação na educação. As escolas foram incentivadas a colaborar e compartilhar ideias, levando à criação de novas e inovadoras práticas educacionais. Essa abordagem foi vista como uma forma de quebrar as barreiras burocráticas que anteriormente sufocavam a inovação na educação.

A terceira e última característica foi o foco na promoção da eficiência e eficácia na educação. O modelo Greenfield visava alcançar estes objetivos capacitando os educadores e dando-lhes as ferramentas necessárias para o sucesso. Isso incluía oferecer aos professores mais oportunidades de desenvolvimento profissional, bem como dar-lhes oportunidades na partilha da opinião acerca da administração das escolas. Este modelo também incentivou o uso de dados para informar a tomada de decisões, permitindo que as escolas identificassem áreas de fraqueza e direcionassem os recursos para onde eram mais necessários. Esta abordagem foi vista como uma forma de melhorar os resultados educacionais para todos os alunos. Em suma, tinha como principais características a descentralização do poder de decisão, o aumento da autonomia das escolas e o foco na eficiência e eficácia contribuindo assim para o sucesso deste modelo. *The Greenfield Revolution* ficou conhecido como o modelo de capacitação dos educadores que promoveu a inovação na educação. Embora possa ter suas limitações, continua sendo uma parte importante da história da administração educacional.

### **8.3 Liderança - Enquadramento Teórico**

A nossa sociedade é composta por pequenas, médias e grandes organizações públicas e privadas. Estas podem estar orientadas para o lucro, educação, religião, entretenimento, cultura, desporto, organizações sociais e sem fins lucrativos.

O êxito não depende apenas da sua natureza institucional, mas também da sua capacidade de transformar o sistema corporativo, a organização só será capaz de progredir com responsabilidade perante as necessidades da sociedade. Acentua-se a mobilização desta massa corporativa para as constantes mudanças de padrões a nível social. Neste contexto a liderança tem um papel elementar como gestora de uma equipa voltada para a satisfação da comunidade.

Internamente, o líder é o responsável máximo pelo cumprimento dos objetivos, no entanto este necessita dos colaboradores e de todos os agentes envolvidos neste processo, nomeadamente os *stakeholders* e seus parceiros.

O trabalho em equipa de toda a hierarquia institucional procede que o líder influencia e motiva adequadamente todos os agentes envolvidos na execução das suas funções. Esta união entre a liderança, liderados e pelas partes interessadas pode assim conduzir a resultados positivos em todos os âmbitos.

#### **8.3.1 Liderança**

A Liderança tem sido motivo de estudo por muitos autores em todas as áreas do conhecimento. Esta necessidade de compreender e caracterizar este conceito emerge dos avanços científicos, tecnológicos e de uma sociedade mais exigente nos seus deveres e direitos que se tem verificado principalmente desde o século passado.

Taylor (1856-1915) e Fayol (1841-1925) foram pioneiros nos estudos sobre esta temática. Taylor é considerado o “pai” da Escola da Administração Científica que definiu a organização de tarefas e as funções dos operários. Já Fayol apresenta a primeira abordagem da estrutura organizacional em que defende a organização como um todo.

Chiavenato (1985) menciona que “(...) boa parte dos problemas se deve às engenhosas soluções cunhadas, no início do século, por dois ilustres americanos, Frederick Taylor e Henry Ford - e que garantiram o sucesso da produção industrial massificada.” (p.41)

Para os autores McNeil e Clemmer (1988) “A liderança se reflete na habilidade de iniciar uma ação e levar outros a perseguir um objetivo comum. A isso chama-se persuasão e não posição de poder. O seu resultado é a vontade de vencer, o desejo de participar.” (p. 49) Os autores referem ainda que o engenho empresarial bem estruturado e orientado obriga a que haja um firme e persistente equilíbrio entre a liderança, a gestão e a tecnologia. A organização que consegue um estado harmonioso entre estes três componentes irá obter melhores resultados.

Segundo Chiavenato (2003), “liderança é a influência interpessoal exercida em uma situação e dirigida por meio do processo da comunicação humana para a consecução de um determinado objetivo”. (p.144)

Para Bennis & Slater, citado por Bennis et al. (2007)

A liderança é arte e ciência ao mesmo tempo. Os métodos analíticos podem ser úteis nas ciências, mas o instrumento principal do líder como artista é o *próprio* líder e a criatividade que possa inserir na sua própria personalidade (...) Se o líder não compreende os seus próprios atos (...) pode converter-se no portador de problemas e não alguém que deve resolvê-los. (p.115)

Carapeto e Fonseca (2006) referem que a “liderança envolve um processo de influência social, sobre um determinado grupo de pessoas, representada pela coragem de inovar e pela capacidade de estimular os outros, mobilizando-os para projetos partilhados”. (p. 81)

Para Teixeira (1998),

(...) liderança é o processo de influenciar outros de modo a conseguir que eles façam o que o líder quer que seja feito, ou ainda, a capacidade para influenciar um grupo, a atuar no sentido da prossecução dos objetivos do grupo (p. 139)

E ainda Bento & Ribeiro (2013) referem que

Durante centenas de anos a liderança foi entendida como um traço de personalidade inerente e congénito ao próprio indivíduo. Na atualidade, a perceção de liderança deriva de uma atitude e de um contexto e depende (...) da aprendizagem social do indivíduo. (p. 11)

Face aos diversos conceitos acima enunciados a liderança é a capacidade de inspirar e influenciar positivamente as ações, decisões e comportamentos dos indivíduos ou do coletivo. O líder deve ser capaz de conduzir, ser flexível, aberto à comunicação, abraçar novos desafios, disponível, mais informal e emocional, com capacidades de adaptação a novos contextos e realidades e ser um exemplo na visão dos colaboradores.

Não podemos falar de liderança sem abordar o papel do líder, ou seja, os dois estão unidos intrinsecamente, pelo que Bento (2008) menciona que o líder deve possuir um perfil com determinadas características sendo inatas ou adquiridas, apresentar enorme capacidade de adaptação às circunstâncias e aos diversos contextos da organização que lidera e aptidão para gerir desacordos e ainda influenciar pessoas em ambientes difíceis e problemáticos a desempenharem os objetivos.

Segundo Katz citado por Chiavenato (2000), o líder apresenta 3 tipos de habilidades, sendo estas “(...) as habilidades técnicas, humanas e conceituais.” (p.18) As técnicas referem-se ao conhecimento especializado, as humanas dizem respeito às relações das pessoas e de grupo e por último as conceituais sendo estas a capacidade de trabalhar com ideias e conceitos, teorias e abstrações.

Contudo Drucker (2008) defende que liderança eficaz não é uma questão de qualidades ou de carisma, refere sim que a liderança tem como essência o desempenho. Para o autor a liderança é trabalho implicando uma reflexão clara sobre a missão da organização definindo e fortalecendo os objetivos e as prioridades. O líder deve ter um forte compromisso com as limitações da realidade e deve ser consciente de que não controla tudo à sua volta. Reforça que o cargo de líder requer uma visão de responsabilidade e não um posto com privilégios. O líder deve ser confiante perante os seus seguidores, as suas ações devem ser coerentes relativamente às suas convicções. Refere ainda “A liderança eficaz (...) não se baseia em ser inteligente; baseia-se principalmente em ser consistente.” (p.294)

Para Avólio (2004) são vários os fatores que influenciam a liderança, nomeadamente, a cultura, o modelo de sociedade e as experiências vividas, refere ainda que a visão do mundo está relacionada com o modo de vida, os padrões e o autoconceito. Estas condições afetam o desenvolvimento do potencial de liderança e com o foco particular em como os indivíduos se veem ao longo do tempo de acordo com um modelo ou estrutura que orienta o seu desenvolvimento incorporando o indivíduo no presente, no futuro e nos comportamentos a evitar.

O autor menciona que a liderança não é apenas sobre quem somos, mas fundamentalmente sobre o relacionamento com os outros e vice-versa. A forma como nos relacionamos com os outros é amplamente determinada tendo em conta a forma como pensamos sobre nós mesmos e depois sobre os outros.

Refere ainda que a dinâmica da liderança organizacional é complexa e multifacetada, podendo ser compreendida por diferentes lentes, designadamente, *The*

*Four Lenses*, ou seja, as quatro lentes, sendo a Lente de Controle, a Lente *Quid Pro Quo* (algo por algo), a Lente das Partes Interessadas e por fim a Lente Transformacional.

A **Lente do Controle** enfatiza a necessidade de um controle rígido sobre os recursos e na tomada de decisões. A hierarquia e a tomada de decisão é centralizada, o que pode garantir consistência e clareza. No entanto, pode limitar a inovação e a criatividade. Em alguns casos, o controle demasiado rígido pode levar à falta de autonomia e motivação dos funcionários, o que pode afetar negativamente o desempenho da organização.

A **Lente *Quid Pro Quo*** (algo por algo) é vista como transacional em que as interações assentam nos interesses individuais sobre os objetivos coletivos o que pode levar à falta de confiança e cooperação entre ambas as partes. No entanto, também pode promover uma competição saudável e criar uma cultura de meritocracia. A partilha de recursos e favores pode levar a benefícios mútuos e motivar os funcionários a trabalhar mais.

Já a **Lente das Partes Interessadas** descreve a importância de considerar os interesses de todas as partes interessadas. Nesta lente é dada importância à colaboração e à comunicação, o que pode levar a uma tomada de decisão mais inclusiva e sustentável. No entanto, o processo pode ser demorado e complexo pelo facto de incorporar as perspectivas das várias partes interessadas.

Por fim, a **Lente Transformacional**, contrariamente às anteriores perspectivas, envolve uma mudança de foco para fomentar o crescimento e desenvolvimento dos outros, sendo esta uma responsabilidade principal do líder. Os colaboradores são conhecidos pelos seus princípios éticos e altruístas. São incentivados não só pelas recompensas e objetivos, mas também recebem orientação para se aperfeiçoarem e se esforçarem continuamente para atingirem um estado de crescimento pessoal e profissional. A ênfase está na maximização do potencial de desenvolvimento das pessoas, capacitando-as para que assumam as suas próprias vidas e alcancem um estado de autonomia na realização das tarefas. O desafio desta perspectiva é persuadir os líderes a reconhecer as vantagens de investir nos outros para obter o máximo de resultados a longo prazo. Segundo o autor “The development of your perspective and capacity to understand other perspectives is one of the central facets in leadership development.” (p.65) e refere ainda “We are all products of life’s leadership training program. Perspective-taking capacity and its development are the more critical areas that can enhance your full leadership potential.” (p.65)

Assim, de acordo com o autor, cada lente identifica uma perspectiva e ênfase única relativamente à forma como olhamos as organizações bem como ao seu funcionamento. Embora cada abordagem apresente pontos fortes e pontos fracos o autor refere que é essencial o equilíbrio entre as quatro perspectivas e não focar apenas uma e desta forma irá ajudar a atingir os objetivos planeados ou afixados pelas organizações.

Para Maxwell (2014) liderança não é de fácil aprendizagem, contudo refere que vale a pena ser um líder pois tem benefícios, no entanto é necessário um grande esforço considerando que é rigorosa e complicada. No seu entender a liderança é estar disposto a assumir riscos, fazer a diferença, insatisfação com a realidade, capacidade de assumir responsabilidades enquanto outros se justificam, visão para as possibilidades onde os outros apenas vêm dificuldades, destaca-se em relação aos outros, deve ter mente aberta assim como o coração, a capacidade de sob valorizar o seu ego em relação ao que é mais adequado, capacidade de inspiração dos seus colaboradores a serem melhores, admiração, estar em harmonia com a alma, coração e mente, empatia e acima de tudo o autor refere que é necessário muita coragem.

O autor alude ainda que os bons líderes levam consigo os outros e têm iniciativa para apoiar e ajudá-los a obterem sucesso também, pois refere que é mais gratificante chegar ao topo acompanhado do que sozinho. De acordo com este, “Um é pouco para alcançar a grandeza.” Não há realização de genuíno valor que tenha sido alcançada por trabalho solitário.” (pp. 20-21) menciona ainda “Trabalhar em equipe dentro de uma visão comum pode se revelar uma experiência formidável.” (p. 21)

Maxwell (2014) refere que a maioria dos líderes se enquadram em dois grupos, os que são ambiciosos e os que escolhem estabelecer relacionamentos. Menciona que podem apresentar comportamentos hierárquicos ou relacionais. Apresenta-se abaixo tabela síntese com as principais características.

| <b>Ambiciosos</b>  | <b>Relacionais</b>   |
|--|--|
| <b>Pensam na vertical</b> – Muito atentos a quem está acima e abaixo relativamente à sua reputação e hierarquia. | <b>Pensam na horizontal</b> – O importante são as pessoas que caminham ao seu lado e como podem continuar o percurso juntos mantendo uma relação de entreaajuda. |
| <b>Se centralizam no cargo</b> – o principal foco é a escalada hierárquica.                                      | <b>Se concentram mais nos relacionamentos</b> – Prioridade em criar pontes.  |

|  |   |
|--|---|
| <b>Valorizam a competição</b> – para este tipo de líder veem tudo e todos como concorrência e em alguns casos vale tudo e para outros significa apenas um jogo de concorrência, porém em ambas as situações o objetivo principal é chegar ao topo da hierarquia. | <b>Valorizam os relacionamentos que conquistaram</b> – No futuro estas parcerias darão bons frutos para uma cooperação de trabalho em equipa. |
| <b>Poder</b> – o único objetivo é vencer sempre e o mais rápido possível sem olhar a meios, porém ascende sozinho e sem uma equipa de base de apoio.   | <b>Parcerias</b> – pretende criar parcerias com equipas mais qualificadas.  |
| <b>Trabalham para a Imagem</b> – Tem em conta as opiniões de desempenho de outros para a ascensão ou declínio pelo que trabalha única e exclusivamente para a sua imagem.  | <b>Trabalham para o consenso</b> – Preocupam-se com a sua equipa para que todos possam usufruir de benefícios e entreajuda.                   |
| <b>Isolam-se</b> – Pretende se distinguir em relação aos outros, portanto afasta-se dos restantes elementos  | <b>Aproximação</b> – pretendem se aproximar das pessoas e descobrir a melhor forma de interação em grupo.                                     |

*Fig. 8 – Principais características de líderes Ambiciosos e Relacionais por Maxwell (2014, pp. 190-191)*

O autor também refere, “Mas o sucesso na liderança chega para aqueles que adotam o melhor de ambas as características. Muitos ambiciosos estão sempre sendo desafiados em termos de relacionamentos.” (p. 192)

Menciona ainda que ultimamente tem se verificado um retorno aos princípios básicos dos antepassados para cultivar uma boa relação entre líderes e liderados, tal como demonstrar apreço, desenvolver uma relação de confiança, reconhecimento e visão, capacidade de escutar, empatia e coragem para agir de acordo com as circunstâncias.

Verifica-se uma diversidade extensa de literatura com perspectivas e conceitos, nem sempre consensuais, relativamente a uma análise dos comportamentos, capacidades, traços, relações de poder e outras características situacionais no sentido de determinarem a capacidade do líder de influenciar os seus seguidores para superar os objetivos comuns do grupo, pelo que Chiavenato (2000) defende que “A conclusão é que não existe ainda uma abordagem ampla e universalmente aceita a respeito.” (p. 554)

### 8.3.2 Estilos de Liderança

Difícilmente as organizações poderão atingir os melhores objetivos sem liderança. A Liderança é um conjunto de ações preconizadas pelo líder valorizando e desenvolvendo o potencial de uma equipa de trabalho e relacionando a motivação para a produtividade.

O bom líder é aquele que de acordo com a situação tem a capacidade de adotar o comportamento ou estilo que mais se adequa às exigências no que diz respeito à instituição, ao grupo de trabalho e aos seus parceiros.

Como refere Fraga (2014)

(...) crucial para o impacto positivo de um líder é a capacidade de escolher, de entre um leque de estilos disponíveis, aquele que melhor se aplica à situação em concreto, e não recorrer apenas a um ou dois estilos para lidar com todo o tipo de situações (p. 163).

E ainda Chiavenato (2005) propõe que “O líder utiliza os três estilos de acordo com a situação, com as pessoas e com a tarefa a ser executada” (p. 188).

Logo abaixo iremos abordar os estilos de liderança primeiramente propostos por Lewin, Lippitt e White e logo depois por Likert.

### 8.3.3 Autocrático, Democrático e Liberal

Kurt Lewin (1890-1947), foi vanguardista dos primeiros estudos acerca dos comportamentos de liderança, trabalho este continuado pelos seus colaboradores Ronald Lippitt e Ralph White. Estes autores definiram três estilos de liderança: autocrática, democrática e liberal (Jesuino, 2014)

Em primeiro o **estilo autocrático**, alude que a autoridade e as decisões centram-se em absoluto no líder. É dominante, ordena e exige submissão total e cega dos subordinados. O método de trabalho é definido pelo líder sem ter em conta a opinião dos colaboradores, há um excesso de trabalho, os trabalhadores sentem-se insatisfeitos e permanece um ambiente de hostilidade.

Seguidamente, no **estilo democrático**, o líder é cuidadoso com o trabalho e com o grupo, extraordinariamente comunicativo e estimula a participação de todos. Este é um facilitador na orientação, coordena atividades, ajuda na resolução e solução de problemas individuais ou de grupo e sempre sugere ideias para a obtenção de melhores resultados. Nesta liderança alcançam mais quantidade e qualidade de resultados. O ambiente de trabalho é mais envolvente, onde todos se sentem parte do grupo com responsabilidades, satisfeitos e comprometidos.

E por último, o líder com um **estilo liberal** permite que o indivíduo ou grupo tome decisões, apenas participa quando solicitado. O seu comportamento é ambíguo e sem

persistência. Neste tipo de liderança normalmente os resultados nunca apresentam qualidade. É difícil trabalhar em grupo, sinais de competição com agressividade e o líder é ignorado por todos. (Chiavenato, 2005)

Apresenta-se abaixo tabela representativa dos três estilos de liderança propostos por Lewin, Lippitt e White com as principais características do líder.

|                               | <b>Liderança Autocrática</b>  | <b>Liderança Democrática</b>   | <b>Liderança Liberal</b>  |
|-------------------------------|---|--|---|
| <b>Decisões</b>               | As decisões centram-se em absoluto no líder sem ter em conta a opinião dos colaboradores. | A tomada de decisão é feita em grupo e estimula a participação de todos.   | O líder dá liberdade ao grupo ou ao indivíduo para tomar decisões, só em caso de solicitação é que participa.                               |
| <b>Planeamento de Tarefas</b> | O líder determina qual o método para a execução das tarefas                               | Planeia as tarefas em grupo, é facilitador na orientação e coordena atividades.  | A sua participação é limitada e só contribui para o planeamento se lhe pedirem, cabendo ao grupo o planeamento das tarefas.                 |
| <b>Divisão de Tarefas</b>     | O líder é que decide quem vai executar e qual o colaborador que o irá acompanhar.         | A divisão de tarefas fica ao critério do grupo com a opção colaborador decidir com quem pretende trabalhar promovendo um ambiente mais envolvente. | Tanto na divisão como na execução, na escolha das tarefas e grupos cabe ao grupo a responsabilidade. O líder não tem qualquer participação. |

|  |  |   |  |
|--|--|---|--|
| <b>Participação e<br/>Comportamento<br/>do Líder</b> | É dominante, ordena e exige submissão total e cega dos subordinados. | Sente-se parte da equipa. Apoia na resolução e solução dos problemas, é comunicativo e objetivo nos elogios e críticas. | O seu comportamento é ambíguo e sem persistência. Não tem interesse em avaliar o processo no intuito de obter melhores resultados. |
|--|--|---|--|

*Fig. 9 – Os três estilos de liderança propostos por Lewin, Lippitt e White. Fonte: Adaptado de Chiavenato (2005, p. 187)*

### 8.3.4 Autocrático-Coercivo, Autocrático-Benevolente, Consultivo e Participativo

Entretanto Rensis Likert (1903-1981) conjuntamente com um grupo de investigadores da Universidade Michigan, nos Estados Unidos da América, realizaram um estudo acerca do comportamento do líder, concluindo que os líderes se centravam principalmente nas tarefas e nas relações pessoais.

Após o estudo referido no ponto anterior, Likert continuou a aprofundar os seus conhecimentos relativamente aos comportamentos e características do líder e propôs quatro tipos de liderança:

**Autocrático-coercivo** - O líder é que decide as tarefas, quem faz, como e quando. O poder de decisão está centrado no topo da hierarquia;

**Autocrático-benevolente** - O líder toma as decisões, apesar de ser já visível a delegação de autoridade, principalmente nas tarefas diárias, os colaboradores têm alguma autonomia e flexibilidade na execução das tarefas;

**Consultivo** – O líder antes de tomar decisões e criar os objetivos faz uma auscultação aos seus colaboradores;

**Participativo** – O líder e colaboradores participam em conjunto na definição dos objetivos e na preparação de tomadas de decisão. (Teixeira, 1998)

Neste estudo, Likert em comparação ao estudo desenvolvido por Lewin, Lippitt e White, destaca quatro tipos de líder. Likert identifica dois tipos de líder autocrático, nomeadamente, o líder autocrático-coercivo sendo que este é quem decide e determina todos os estádios quanto à organização, por outro lado, identifica o líder autocrático-benevolente em que apesar deste ser o responsável máximo na tomada de decisões delega

aos seus colaboradores alguma autonomia e flexibilidade na execução das tarefas. Relativamente ao líder consultivo, o autor define como um líder que antes de tomar decisões tem em conta a opinião dos seus colaboradores. E por último o líder participativo é aquele que em conjunto com os seus colaboradores definem objetivos e quais as decisões a tomar.

Importa referir que neste conjunto de estilos de líder, propostos por Likert, não se verifica um tipo de líder liberal constatando-se que todos os líderes são participativos na tomada de decisão, comparativamente ao conjunto de estilos desenvolvidos por Lewin, Lippitt e White.

#### **8.4 Liderança Transacional e Liderança Transformacional**

Até meados do século passado o estudo sobre liderança tratava-se principalmente em compreender se a liderança poderia ser inata ou ser aprendida e desenvolvida pela formação e experiência ao longo do tempo, se era democrática, autocrática ou liberal, se as decisões eram diretivas ou participativas, se as tarefas seriam mais importantes ou seriam as pessoas, bem como na análise de comportamentos, baseado numa liderança transacional.

A partir da década de setenta do mesmo século surge um novo conceito, sendo a liderança transformacional. Este novo conceito de liderança define os comportamentos do líder ideal em que preconiza o trabalho em equipa baseado na capacidade de influenciar, motivar, inspirar e dar o exemplo.

A diferença entre liderança transacional e transformacional está diretamente relacionada à satisfação dos funcionários e à eficácia das abordagens utilizadas pelos respetivos dirigentes.

No tipo de liderança transacional o líder atua como chefe em que o seu foco incide principalmente sobre a obediência às regras e ao cumprimento dos objetivos definidos.

Neste modelo não se desenvolve um relacionamento, sendo este apenas profissional, entre o líder e liderados bem como não se verifica um canal aberto à comunicação subaproveitando assim o conhecimento e criatividade dos colaboradores que poderia ser vantajoso para a melhoria do grupo e da empresa.

Enquanto na liderança transformacional, o líder adota um estilo de interesse, de orientação, preocupação, prioriza o bem-estar das pessoas e avalia a satisfação das funções desempenhadas pelo grupo de trabalho. Promove uma relação mútua para que

deste modo possa conhecer profundamente os seus colaboradores e partindo desse conhecimento possa entender como orientar e motivar. Ao contrário do que acontece na liderança transacional em que não se institui um canal aberto de comunicação, o líder transformacional promove a abertura à comunicação entre este e os seus colaboradores. Aproveita este canal para beneficiar das ideias assim como as sugestões de melhoria e proporcionando ambientes mais interessantes e motivadores para ambas as partes.

Bass (1985) e Avolio (1999) citados por Bento & Ribeiro (2013) referem que a liderança transacional é determinada pelo líder, rege-se por uma hierarquia, por regras e tradições e objetivos próprios já a liderança transformacional motiva os indivíduos para realizarem mais do que estava previsto, superando os interesses pessoais, do grupo e organização.

Para Teixeira (1998) o líder transacional “(...) conduz ou motiva os seus subordinados na direção dos objetivos definidos, clarificando a sua função e os requisitos das tarefas.” (p.155) No entanto refere que o líder transformacional “(...) através da sua visão pessoal e da sua energia inspira os seus seguidores e tem um impacto significativo nas suas organizações.” (p.155) Objetiva mais ainda propondo que este tipo de líder se transforma num agente de mudança com capacidades de ajustamento às situações de risco. Define-os como líderes carismáticos com competências excecionais de liderança.

Contudo, de acordo com o Livro Verde (2021) atualmente as organizações e empresas apontam para uma tendência de mudança de paradigma relativamente aos modelos tradicionais de liderança, baseados em hierarquia, organização estrutural rígida assim como em ambientes de trabalho hostis e não adequados à inovação, para um modelo de liderança em que estimula uma estrutura organizacional mais próxima das pessoas, fomentando a empatia, compromisso, empoderamento e autonomia bem como a preocupação de oferecer espaços adequados às novas formas de trabalho, presencial ou em teletrabalho e aposta nas qualificações e em novas competências nomeadamente digitais, transversais e emocionais como vantagem perante a concorrência.

A liderança é a espinha dorsal de um bom empreendimento. Um bom líder conduz a sua empresa, apoia os vários departamentos a alcançar o máximo crescimento e efetivo juntos.

O papel do líder é essencial, pois além de influenciar os colaboradores, tem a responsabilidade de administrar a empresa e fazê-la operar corretamente.

## **Capítulo III - Metodología**

## 9. Metodologia

Neste capítulo pretendemos apresentar os procedimentos metodológicos e os critérios utilizados de modo a garantir a qualidade da nossa investigação científica relativamente ao estudo.

Para Tuckman (2000), o processo de investigação deve apresentar as seguintes características: sistemático, lógico, empírico redutível e por fim replicável e transmissível.

Deve ser sistemático porque deve cumprir uma metodologia organizada e disciplinada. É lógico considerando que deve haver coerência e conformidade na análise da experiência. Empírico visto que tem em conta os factos, nomeadamente, a experiência do investigador ou de um indivíduo com conhecimento sobre o assunto e a recolha de dados que irá conduzir a um procedimento empírico. Redutível porque após a recolha de dados o investigador deve analisar os dados e factos obtidos e descartar a informação que não contribuí para a análise do tema que pretende abordar. Replicável e transmissível, ou seja, no caso de o estudo ser realizado novamente, deve ser possível obter aos mesmos resultados.

### 9.1 Estratégia de Investigação

Face à questão do estudo e objetivos referidos no primeiro capítulo, o método que mais se adequa à realização desta investigação é o estudo de caso. De acordo com Flick (2009), “(...) o objeto em estudo é o fator determinante para a escolha de um método, e não o contrário (...)” (p. 24).

O estudo de caso, como refere Yin (2009) tem como objetivo investigar um fenómeno atual em contexto real recorrendo a variadas fontes de evidência.

De acordo com Stake (2012) “espera-se que um estudo de caso consiga captar a complexidade de um caso único. (...) é o estudo da particularidade e complexidade (...) conseguindo compreender a sua atividade no âmbito de circunstâncias importantes.” (p. 11)

### 9.2 Contexto da Recolha de Dados

A recolha de dados para o presente estudo realizou-se entre os meses de março e maio, na Universidade da Madeira durante o ano letivo 2022-23.

### 9.3 Abordagem Mista

Considerando a natureza do tema a abordar optamos por uma abordagem mista. A dualidade de paradigmas vem reforçar uma recolha de dados mais abrangente e rica em detalhes. O uso das duas abordagens neste estudo tem a função de se complementarem. Enquanto a investigação quantitativa permite a medição de dados obtidos referente a estudos de amostras, estatísticas, etc., com dados fiáveis e replicáveis, por outro lado a investigação qualitativa complementa com dados, pormenores e detalhes que não são quantificáveis dos fenómenos sociais, com o propósito de uma investigação mais completa bem como para obter mais qualidade nos resultados do estudo.

Esteves (2006), menciona que “(...) a pluralidade de paradigmas de investigação para tratar os problemas educativos é defensável face à complexidade dos fenómenos que temos pela frente: tanto importa descrevê-los, compreendê-los e investigá-los.” (pp. 105-106)

Shaffer e Serlin (2004) referem que, pode-se inferir que o objetivo final no uso em simultâneo dos métodos qualitativos e quantitativos é garantir que uma amostra mais adequada seja apresentada. Ambas as abordagens contribuem para extrapolar um conjunto limitado de informações individualmente. Na pesquisa quantitativa típica, a população compreende indivíduos, enquanto na análise qualitativa, é uma coleção de observações. Em qualquer análise, o objetivo é garantir que o método utilizado esteja alinhado com a conclusão que se procura e as evidências apresentadas.

#### 9.3.1 Abordagem Qualitativa

A abordagem qualitativa enquadra um tipo de pesquisa que visa prover uma compreensão aprofundada acerca de um fenómeno. É uma abordagem que envolve a recolha e análise de dados não numéricos, como entrevistas, observações e análise documental. Enquanto alguns argumentam que a pesquisa qualitativa é subjetiva, limitada em escopo e demorada, outros sustentam que ela pode fornecer *insights* valiosos, gerar novas hipóteses, políticas e práticas.

Segundo os autores Denzin e Lincoln (1994), “(...) a palavra qualitativa implica uma ênfase em processos e significados que não são examinados nem medidos (se chegarem a ser medidos) rigorosamente, em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência.” (p.4)

Wilson (1977) citado por Tuckman (2000) refere “1) os acontecimentos devem estudar-se em situações naturais, ou seja, integrados no terreno. 2) os acontecimentos só podem compreender-se se compreendermos a percepção e a interpretação feita pelas pessoas que neles participam.” (p.508)

### **9.3.2 Abordagem Quantitativa**

Nesta abordagem os dados podem ser medidos e analisados objetivamente sem a influência de preconceitos ou opiniões pessoais. Além disso, os dados quantitativos podem ser replicados e verificados, garantindo que os resultados sejam precisos.

Os dados quantitativos podem ser coletados de forma rápida e eficiente bem como serem analisados e interpretados rapidamente. Podem ser usados para identificar relações de causa e efeito tal como identificar tendências e padrões.

E finalmente, os dados quantitativos podem ser usados para tomar decisões informadas com base em evidências concretas.

As autoras Sousa & Baptista (2011) mencionam que o método quantitativo está conexo a um paradigma mais positivista que pressupõe a apresentação e identificação de dados, tendências e indicadores analisáveis. Este tipo de pesquisa costuma ser mais apropriado quando são possíveis medições quantitativas da variável em estudo.

### **9.4 Estudo de caso**

Stake (2012) menciona que

(...) o verdadeiro objetivo do estudo de caso é a particularização, não a generalização. Pegamos num caso particular e ficamos a conhecê-lo bem, numa primeira fase não por aquilo em que difere dos outros, mas pelo que é, pelo que faz. A ênfase é colocada na singularidade (...) (p. 24).

Para Yin (2015) o estudo de caso tem o objetivo de compreender os fenómenos sociais complexos possibilitando uma análise mais aprofundada de uma situação particular. Refere ainda as limitações do estudo de caso, considerando que a investigação foca apenas num caso particular e os resultados podem não ser aplicáveis em outros contextos, bem como os investigadores poderem ter já uma ideia pré-concebida

influenciando a análise e os resultados, tal como a descoberta de fatores únicos específicos daquele caso em estudo.

Dooley (2002) menciona ainda que investigadores de várias áreas científicas utilizam o método de investigação do estudo de caso para produzir e desenvolver novas teorias, refutar ou verificar teorias, bem como explicar uma situação, tal como descrever um objeto ou fenómeno. Refere ainda que este método tem como vantagem a aplicação em contexto reais e a situações de natureza humana.

Assim, tendo em conta os autores Stake (2012), Yin (2015) e Dooley (2002) fundamentamos a nossa escolha pelo estudo de caso e por se tratar de um estudo em contexto único.

## **9.5 Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados**

Para a recolha dos dados, do presente estudo, recorreremos a diversas técnicas nomeadamente a uma entrevista individual semiestruturada aplicada à Vice-Reitora para a área dos Assuntos Académicos e Formação ao Longo da Vida (apêndice 5), a análise documental de relatórios e mapas estatísticos e por fim a aplicação de um inquérito por questionário aos estudantes bolsheiros da DGES (apêndice 7).

### **9.5.1 Entrevista semiestruturada**

Stake (2012) refere que a entrevista semiestruturada constitui uma técnica essencial para a recolha de dados num estudo de caso, permitindo que se recolha as descrições e opiniões do entrevistado.

Também Singer (1990) menciona que apesar de se apresentar um guião com questões em contexto do estudo previamente realizadas no desenvolvimento da entrevista podemos fazer alterações de forma a inserir novas questões de modo que seja possível aprofundar conhecimentos ou obter ainda mais informação de uma forma mais clara.

No nosso caso a entrevista realizada teve como base uma série de questões, antecipadamente formuladas, num guião de entrevista, em que constam questões primeiramente com a caracterização pessoal da entrevistada e seguidamente questões relacionadas com os assuntos tratados no enquadramento teórico da presente investigação, sendo o Ensino Superior e a Ação Social.

Para a realização da entrevista à Vice-Reitora para a área dos Assuntos Académicos e Formação ao Longo da Vida foi solicitado autorização ao Magnífico Reitor da UMa (apêndices 1 e 4). Esta realizou-se presencialmente no Edifício da Reitoria-Colégio dos Jesuítas a 29-03-2023 às 18 horas e com término às 20 horas, em que inicialmente foi entregue declaração de consentimento do participante (apêndice 4). Bogdan e Biklen (1994) sugerem na realização de entrevistas deve-se proceder à gravação através de áudio pelo que agimos em conformidade e seguidamente realizamos a transcrição integral. (apêndice 6).

### **9.5.2 Análise Documental**

Para o presente estudo recorreremos à análise documental, sendo esta uma outra fonte de recolha de dados essencial para se proceder à análise de relatórios e mapas das organizações em estudo, nomeadamente o *site* da DGES, UMa e SASUMa, pois estes forneceram elementos e informações muito úteis complementando assim os dados adquiridos pelas restantes técnicas de recolha de dados, bem como para a consolidação de informações durante a revisão literária.

Segundo Tuckman (2000) as fontes de dados a aplicar devem ter o objetivo de recolher e ou estudar os fenómenos no seu contexto natural. O autor refere ainda que podemos utilizar três fontes de pesquisa “(1) Entrevistas a diversas pessoas ou participantes na situação, que estão envolvidas no fenómeno em estudo. (2) Documentos tais como atas de encontros, relatos de jornais, autobiografias ou testemunhos. (3) Observação dos fenómenos em ação.” (p.516)

A análise documental, no nosso caso, forneceu informações legítimas e essenciais para a validade deste estudo.

### **9.5.3 Inquérito por Questionário**

Bell (1997) refere “(...) um inquérito propõe-se obter informações a partir de uma seleção representativa da população e, a partir da amostra tirar conclusões consideradas representativas da população como um todo.” (p. 26) Menciona ainda que as questões devem ser iguais e esclarecedoras, no mesmo contexto bem como o método de aplicação

do inquérito deverá ser igual para todos, de modo que o investigador mais rapidamente possa descrever, comparar e relacionar as respostas obtidas.

Também Dias (1994) indica que “O Inquérito por Questionário é uma técnica de investigação que, através de um conjunto de perguntas, visa suscitar uma série de discursos individuais, interpretá-los e depois generalizá-los a conjuntos mais vastos.” (p. 5) e menciona ainda que “(...) ao colocarmos um elevado número de questões, podemos obter informações mais ricas sobre os indivíduos e estabelecer relações entre eles.” (p.6)

A relevância de aplicar o inquérito aos estudantes bolsheiros da UMA vai ao encontro dos objetivos específicos delineados no presente projeto de investigação, sendo 1) Analisar o conhecimento dos candidatos ao ensino superior sobre os apoios sociais disponíveis; 2) Interpretar a adequação dos apoios atribuídos pela Ação Social face às despesas inerentes à frequência no ensino superior; 3) Descrever os benefícios dos estudantes sujeitos aos apoios sociais na obtenção de um curso superior.

Na organização da estrutura do inquérito optámos por dividir em sete secções, em que as três primeiras referem-se aos dados pessoais, académicos e do agregado familiar do estudante, logo depois abordámos os apoios sociais, seguidamente aferimos os conhecimentos dos estudantes acerca dos mesmos e por último quais os benefícios de frequentar o ensino superior.

No presente estudo utilizámos o inquérito por questionário com questões fechadas, para melhor podermos organizar os dados recolhidos. Grande parte das perguntas são no âmbito qualitativo em que se propõe várias respostas e outras quantitativas de forma a medir as variáveis. Segundo Dias (1994) “Geralmente, este tipo de questões incide sobre aspetos factuais, sendo também utilizadas para aferir a aprovação ou desaprovação sobre uma determinada situação, acontecimentos, etc.” (p. 17)

Optámos por realizar o inquérito *online* na plataforma *Google Forms* garantindo a confidencialidade e anonimato da recolha dos dados. Através desta plataforma foi possível acompanhar os resultados em tempo real conforme as respostas iam sendo submetidas. O inquérito decorreu entre o mês de abril e maio, havendo uma insistência junto dos estudantes para o preenchimento do respetivo inquérito.

Para podermos aplicar o questionário foi necessário solicitar o email institucional dos estudantes ao Responsável pela Proteção de Dados da UMA, após parecer positivo da Comissão de Ética da UMA (apêndice 4 e 5).

Do inquérito aplicado a 1365 estudantes bolsheiros da DGES obtivemos 91 respostas.

## 9.6 Os Sujeitos da Investigação

O contexto para a recolha de dados, tendo em conta a temática do nosso estudo, realizou-se na UMa.

O público-alvo do nosso estudo foram os estudantes bolsheiros da DGEJ num total de 1365, que autorizaram a participação em estudos de acordo com a informação dada pelo Responsável pela proteção de dados da UMa.

Efetuamos também uma entrevista à Vice-Reitora para a Área dos Assuntos Académicos e Formação ao Longo da Vida.

A escolha da população para o estudo corresponde ao grupo relativamente ao qual a investigadora pretende recolher dados e informações de forma a obter conclusões.

## 9.7 Técnicas de Análise e triangulação de dados

Fragoso (2004) refere que durante a pesquisa, o investigador deverá assegurar que os métodos e técnicas de recolha de dados a aplicar são os mais adequados para a obtenção de informação necessária e significativa. Para tal Dooley (2002) refere que o investigador deve recolher e organizar os dados de diversas fontes e de forma metódica. Para Yin (2015) o uso de diversas fontes de evidência, nos estudos de caso, é muito relevante.

Embora Dooley (2002) refere que “Case studies are complex because they generally involve multiplesources of data, may include multiple cases within a study, and produce large amounts of data for analysis.” (p.343)

### 9.7.1 Análise de Conteúdo

Conforme a definição de Bardin (2008), o processo de análise de conteúdo consiste na identificação de indicadores que possam ser utilizados para obter conclusões sobre o tema em estudo, por meio da análise do conteúdo das mensagens.

A autora destaca ainda que a análise de conteúdo é composta por cinco etapas distintas. Refere que a primeira etapa envolve a organização da análise, o que implica a verificação e leitura dos documentos e posteriormente selecionar os documentos específicos que irão compor o *corpus*. Para esta análise em particular, refere-se à entrevista realizada com a Vice-Reitora para a Área dos Assuntos Académicos e Formação ao Longo da Vida. A segunda etapa alude à codificação da análise, que consiste

em extrair o conteúdo fundamental para a análise. Na terceira etapa, ocorre o processo de categorização onde os elementos textuais são diferenciados entre si e agrupados em categorias distintas, de acordo com tabela proposta pela autora. O próximo passo é a inferência, que envolve o estudo dos efeitos e suas causas subjacentes. Na etapa final, os resultados do inquérito são exibidos por meio de frequências absolutas e relativas, categorizadas de acordo e representadas por figuras.

### **9.7.2 Triangulação de Dados**

A triangulação de dados surge como um conceito importante nos estudos de caso.

De acordo com os autores Yin (1993) Stake (1999) e Flick (2004) a triangulação de dados surge como uma estratégia para a legitimação de informação que o investigador obteve a partir de várias fontes de evidência, para uma maior fiabilidade.

De acordo com Stake (1999), a triangulação é o processo de usar múltiplas perspetivas para melhor elucidar o significado, considerando que as observações adicionais podem ajudar a escrutinar a interpretação do investigador.

Para Yin (1993), “(...) uma pista importante é formular a mesma questão na análise de dados de diferentes fontes; se todas as fontes indicarem as mesmas respostas, os dados foram triangulados com sucesso.” (p. 69).

Na elaboração do presente estudo utilizamos a triangulação de dados em que se inclui a recolha de variadas fontes, nomeadamente a revisão de literatura, entrevista e inquérito e de acordo com Sousa (2005) a triangulação de dados é o método mais adequado para o estudo de caso.

## **Capítulo IV - Exposição e Análise dos Dados**

## **10 Resultados**

Neste capítulo é nossa intenção proceder à apresentação e análise dos dados recolhidos ao longo do presente estudo. Estes dados referem-se à entrevista realizada à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa e ao inquérito aplicado aos estudantes bolseiros da DGES inscritos na UMa.

Assim, relativamente ao tratamento da entrevista realizada à Vice-Reitora que se encontra nos apêndices desta dissertação – Apêndice 6, recorreremos à análise de conteúdo enquanto para a análise do inquérito por questionário aplicado aos estudantes procedemos à análise estatística, ou seja, frequência absoluta e relativa representado por figuras.

### **10.1 Entrevista Aplicada à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa**

No presente estudo, na nossa opinião, foi de extrema importância realizar uma entrevista à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa com o intuito de conhecer a visão da Universidade da Madeira relativamente à importância do Ensino Superior e o impacto das suas políticas de Ação Social relativamente aos estudantes carenciados.

A entrevista encontra-se dividida em cinco subcategorias: Caraterização Pessoal, Académica e Profissional; Opinião; Estratégias; Apoios e Reflexão.

#### **Caraterização Pessoal, Académica e Profissional**

A entrevistada, neste caso é a Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa.

No que diz respeito às habilitações literárias é detentora de Doutoramento, já se encontra na UMa há 34 anos e faz parte da Unidade Orgânica da Faculdade das Ciências Exatas e da Engenharia. Atualmente desempenha funções como Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida há 6 anos.

| <b>Entrevista à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA</b>  |   |
|--|---|
| <b>Categoria 1-</b> Ação Social - Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior |   |
| <b>Subcategoria 1– Caracterização Pessoal, Académica e Profissional</b>  |   |
| <b>Subcategoria de análise</b>   | <b>Unidades de Contexto</b>   |
| Nome   | “Custódia Mercês Drumond”   |
| Habilitações Literárias  | “Doutoramento”  |
| Antiguidade no Instituto   | “34 anos”   |
| Unidade Orgânica   | “Faculdade Ciências Exatas e da Engenharia”                             |
| Cargo Dirigente  | “Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA” |
| Antiguidade no Cargo   | “6 anos”  |

*Fig. 10 – Caracterização pessoal, académica e profissional da entrevistada. Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA. Tabela baseada em Bardin (2008).*

## **Opinião**

A entrevistada refere que o Ensino Superior desempenha um papel crucial na formação dos indivíduos de uma sociedade para que se tornem responsáveis e produtivos, através do conhecimento científico obtido. Além de fornecer conhecimentos e habilidades académicas, a Universidade da Madeira tem a responsabilidade de preparar os estudantes para a cidadania ativa e o empreendedorismo através de projetos promovidos pela IES.

A cidadania ativa promove o envolvimento com a comunidade e contribui para a melhoria da vivência em sociedade, enquanto o empreendedorismo envolve a criação e gestão de negócios promovendo a inovação, criatividade e crescimento económico na RAM.

A UMA desempenha também um papel fundamental para o desenvolvimento da nossa região, contribuindo para o turismo e fomentando a nossa economia, bem como é essencial para que muitos indivíduos possam frequentar o ensino superior que de outra forma não poderiam se deslocar para outras regiões do país.

A Vice-Reitora, na sua opinião, refere que o estudante aquando da escolha da universidade tem em conta em primeiro lugar o contingente local, o curso que pretende bem como tem em conta as dificuldades financeiras, uma vez que os apoios não serão suficientes para que o estudante frequente o ensino superior em outra região do país e menciona ainda a falta de maturidade do estudante, sendo este menor de idade também é um fator a ter em conta.

| <i>Entrevista à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA</i>   |  |
|---|--|
| <p><b>Categoria 1-</b> Ação Social - Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior</p> |  |
| <p><b>Subcategoria 2 – Opinião</b></p>  |  |
| Subcategoria de análise   | Unidades de Contexto   |
| <p><i>Importância do Ensino Superior</i></p>  | <p>“<b>O ensino superior</b> permite <b>aceder ao conhecimento</b> existente, mas também à <b>inovação</b> e ao <b>empreendedorismo</b>, e proporciona ferramentas que incentivam a que o estudante seja atento, autónomo, <b>saiba viver em sociedade e nela participe.</b>”</p> <p>“(…) <b>formação superior</b> não é só aquela que está associada aos conteúdos curriculares de um curso, mas <b>envolve toda a participação do estudante no curso e noutras múltiplas funções, nomeadamente a participação em órgãos, discussões, palestras (…)</b>”</p> <p>“(…) que faz com que se forme <b>cidadão consciente, interventivo e atuante.</b>”</p> |
| <p><i>Importância da UMA na RAM</i></p>   | <p>“A região não se desenvolve só com a universidade, mas a <b>Universidade da Madeira tem um papel fundamental no desenvolvimento da região.</b>”</p> <p>“(…) a Universidade da Madeira <b>permite uma interação e dinamização</b> de atividades no âmbito da <b>formação</b>, que <b>desenvolve o conhecimento, a economia</b>, divulga a região e atrai diversos tipos de visitantes que incrementam o turismo.”</p>  |

|  |   |
|--|---|
|  | “Muitas pessoas <b>sem a Universidade da Madeira</b> poderiam não ter a sua <b>formação superior.</b> ”   |
| <b>Candidaturas ao Ensino Superior pela área de residência</b> | <p>“Há um <b>contingente local</b> (...) de cinquenta por cento das vagas para os estudantes locais. (...) dar uma <b>oportunidade aos jovens</b> que vivem naquela <b>região</b> para <b>prosseguirem os estudos.</b>”</p> <p>“(…) eu penso que eles se <b>candidatam para a sua área de residência</b> muitos deles por <b>questões financeiras</b> e à conta disso concorrem para cursos que não são de primeira escolha (...) até porque os <b>valores das bolsas</b> em muitas situações <b>não são suficientes</b> para apoiar um aluno carenciado que se <b>desloque para outra cidade</b> para estudar.”</p> <p>“Em alguns casos <b>os pais ou a família prefere a zona de residência</b> por serem muito <b>novinhos.</b>”</p> |

Fig. 11 – Opinião. Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA. Tabela baseada em Bardin (2008).

## Estratégias

De acordo com a Vice-Reitora é necessário promover junto dos estudantes a relevância de frequentar o ensino superior, deste modo, a UMA promove encontros com escolas, realiza visitas aos laboratórios e aos espaços da Instituição. A divulgação é diversa, nomeadamente através de informações partilhadas *on-line*, participação em feiras em todo o país bem como divulgação nas Embaixadas para os estudantes internacionais.

Mais refere que a UMA tem um papel fundamental na motivação e incentivo dos estudantes para o sucesso escolar. A obtenção de uma formação superior é sempre uma mais-valia para alcançar um trabalho com mais segurança e rendimento.

A entrada dos estudantes por si só não é garantia de continuidade e sucesso escolar, de acordo com a entrevistada, é necessário criar uma série de mecanismos para que o estudante, no caso de necessitar de apoio, possa recorrer a esses serviços. A UMA dispõe de vários apoios, nomeadamente apoios financeiros através do Fundo de Apoio de Emergência, bolsas de mérito, apoio aos estudantes com necessidades especiais, consultas de psicologia grátis aos estudantes, bem como apoio para o desenvolvimento de competências pessoais através do Serviço Psicológico e ainda os Serviços de Ação Social da UMA.

Destaca que a formação superior é essencial para alcançar uma carreira de sucesso, porém a formação integral do estudante é deveras importante para uma melhor integração no mercado de trabalho. É fundamental que os estudantes participem nos

eventos que a UMa proporciona com o objetivo de desenvolver competências e habilidades através de grupos que são abertos a todos os estudantes de forma gratuita. Indica também as atividades enriquecedoras desenvolvidas pela Associação de Estudantes, tal como, o voluntariado que a Pastoral promove.

Menciona também a importância do Polo de Emprego que tem como objetivo capacitar os estudantes na elaboração do currículo, na preparação de entrevistas e diversas informações acerca de ofertas de trabalho. E ainda neste âmbito, o Observatório de Emprego organiza eventos com vários parceiros a fim de promover ofertas de trabalho aos estudantes.

| <i>Entrevista à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa</i>   |  |
|---|--|
| <p><b>Categoria 1-</b> Ação Social - Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior</p> |  |
| <p><b>Subcategoria 3 – Estratégias</b></p>  |  |
| Subcategoria de análise   | Unidades de Contexto   |
| <p><i>Estratégias de Promoção para a frequência do Ensino Superior</i></p>  | <p>“Sim, nós temos <b>diversas iniciativas</b>. (...) grupos de escolas, turmas ou mesmo organizamos visitas na universidade aos espaços e laboratórios (...)</p> <p>“(...) <b>divulgações on-line, participamos em feiras</b> (...) divulgação fora da região informa-se que os estudantes ao frequentar a Universidade da Madeira usufruem do subsídio de mobilidade (...)”</p> <p>“(...) informação da Universidade da Madeira em alguns sites, o <i>Inspiring Future</i>, mandamos <b>informação através de flyers para escolas no continente</b> e também na forma digital.”</p> <p>“Presidentes dos Conselhos Pedagógicos Universitário e Politécnico <b>participaram na Futurália</b> e falaram com diversos jovens (...)”</p> <p>“(...) <b>divulgação nos diversos portais</b>, na nossa página institucional publicamos diversas informações que vamos atualizando, nas redes sociais, através de notas de imprensa e respondemos a <b>questões colocadas pela imprensa.</b>”</p> <p>“Temos o <b>Gabinete de Apoio ao Estudante</b> e os <b>Serviços de Ação Social</b> que prestam esclarecimentos durante todo o ano. (...) feito quer seja por correio eletrónico, quer seja por telefone ou presencialmente.”</p> |

|   |   |
|---|---|
|   | <p>“(…) aos <b>estudantes internacionais</b>, foram feitas <b>divulgações</b> no <b>Eduportugal.eu</b> bem como são enviadas informações para as <b>Embaixadas</b> na tentativa de recrutar alunos internacionais.”</p>   |
| <p><i>Papel da UMa para a motivação e continuidade dos estudos dos estudantes</i></p> | <p>“<b>Incentivamos os alunos a estudarem</b> e tentamos fazer-lhes ver que é uma <b>mais valia prosseguir os estudos</b>, que é muito <b>mais fácil ter um emprego com uma formação superior</b> do que não a tendo. (...) com poucas habilitações em princípio terá um emprego mais precário e menos remunerado.”</p> <p>“<b>Informa-se que existem apoios financeiros para quem tem dificuldades.</b>”</p> <p>“(…) consciencializá-los que <b>num primeiro ano às vezes é mais difícil a adaptação</b>, mas que ainda assim <b>eles são capazes</b> e que se devem esforçar porque virão as recompensas.”</p> <p>“<b>Sensibilizar</b>, mas também ao mesmo tempo <b>incutir autoestima</b> para os alunos acreditarem que <b>são importantes</b> e que <b>têm capacidades para o fazer.</b>”</p> <p>“A Universidade da Madeira <b>proporciona o pagamento das propinas em dez prestações</b>, de acordo com a lei.”</p> <p>“Temos também um <b>Fundo de Apoio de Emergência</b> que é importante que os alunos tenham conhecimento e <b>que tem ajudado os estudantes mais carenciados.</b>”</p> <p>“(…) apoio aos <b>estudantes com Necessidades Especiais</b> (...) temos a <b>Comissão de Acompanhamento</b>, em cada curso, que tem na sua constituição o Diretor de Curso, o Assistente Social e um Psicólogo.”</p> <p>“(…) o <b>Serviço de Psicologia</b> que também <b>organiza workshops de desenvolvimento de competências pessoais</b> e outro tipo de apoio e <b>consultas de apoio psicológico gratuitas aos estudantes.</b>”</p> <p>“E ainda os <b>Serviços de Ação Social</b> que <b>dão esclarecimentos</b> e prestam igualmente apoio aos estudantes, o <b>Diretor de Curso</b> que pode receber o estudante e dar-lhe algumas <b>orientações.</b>”</p> <p>“(…) <b>bolsas de mérito da Direção-Geral do Ensino Superior</b>, de prémios de mérito dados <b>por empresas nalgumas áreas</b>, são também ferramentas de motivação para o prosseguimento de estudos.”</p> |
| <p><i>Função da UMa no desenvolvimento de competências</i></p>                        | <p>“Um estudante do ensino superior deve estar atento e participar na vida académica, para <b>além de participar no seu curso</b> (...) <b>interagir</b> com os seus <b>colegas e professores</b> e de interagir com colegas de outras áreas.”</p>  |

|  |  |
|--|--|
| <p><i>para o mercado de trabalho</i></p> | <p>“É importante que o estudante <b>cultive a socialização</b> (...) esteja <b>atento às informações que circulam</b> (...) eventos que ocorrem, que muitas vezes <b>são multidisciplinares ou que são transversais e que contribuem para a boa formação integral.</b>”</p> <p>“(...) <b>participar nos eventos organizados por alguns grupos</b>, nomeadamente <i>Wellbeing</i>, o grupo coral, de teatro, de zumba, o grupo da leitura, o grupo das artes, o grupo de desporto, todos eles abertos, e de forma gratuita, aos estudantes.”</p> <p>“<b>A Associação de Estudantes também tem muitas atividades enriquecedoras</b> que ajudam o estudante a se desenvolver e a se organizar. <b>A Pastoral</b> do ensino superior também <b>desenvolve voluntariado</b> (...)”</p> <p>“(...) na <b>inserção no mercado de trabalho</b>, refiro também o <b>Polo de Emprego</b> que mesmo antes do estudante terminar o curso recebe-o, <b>dá indicações de como se elabora um currículo, ajuda a preparar para uma entrevista, para além de facultar informações sobre ofertas de emprego.</b>”</p> <p>“Tem o <b>Observatório de Emprego</b> que <b>organiza a semana da empregabilidade</b> e que produz um relatório anual com informações sobre a empregabilidade dos nossos graduados.”</p> |
|--|--|

Fig. 12 – Estratégias. Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa. Tabela baseada em Bardin (2008)

## Apoios

A Vice-Reitora refere que a Ação Social desempenha um papel fundamental para as famílias mais carenciadas proporcionando a possibilidade de continuar os estudos no ensino superior, oferecendo oportunidades de educação e formação para uma sociedade mais equitativa e de igual modo a possibilidade de melhores condições de trabalho com mais segurança, e reforça que de outro modo não seria possível o acesso a muitos estudantes.

Concorda que o RABEEES tem vindo a se adaptar aos novos contextos económicos e sociais do país, contudo refere que os apoios em algumas situações não são adequados e suficientes face à conjuntura atual, nomeadamente o valor da bolsa mínima (872,00€). Propõe a gratuitidade dos transportes e um apoio à alimentação. No seu entender pressupõe que a falta de apoios pode levar a que as famílias não incentivem os filhos a continuar os seus estudos.

Na sua opinião não é a gratuidade deste nível de ensino que irá assegurar a continuidade dos estudos.

Realça a importância da responsabilidade social da UMA e dos seus parceiros privados na promoção do ensino superior concedendo bolsas de estudo a estudantes que não reúnam as condições de elegibilidade do RABEEES.

Refere a celeridade na análise e conclusão das candidaturas à bolsa da DGES, que são um ponto forte na UMA e por este motivo os estudantes recebem bolsa com uma maior antecipação em relação às restantes IES do país. Importa referir a boa dinamização em relação aos apoios, realizada pela UMA e SASUMA nas instituições educacionais.

| <i>Entrevista à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA</i>   |   |
|---|---|
| <p><b>Categoria 1-</b> Ação Social - Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior</p> |   |
| <p><b>Subcategoria 4 – Apoios</b></p>   |   |
| Subcategoria de análise   | Unidades de Contexto  |
| <p><i>O papel da Ação social junto dos estudantes</i></p>   | <p>“(…) é uma ferramenta fundamental para os estudantes, sobretudo permite que os mais carenciados possam ter acesso à sua formação superior.”</p> <p>“É esse apoio que vai permitir que esses estudantes possam estar em condições de ter a sua formação superior em igualdade de circunstâncias com os outros estudantes.”</p>  |
| <p><i>Adaptação do RABEEES ao contexto socioeconómico em Portugal</i></p>   | <p>“O regulamento tem sido adaptado, o número de estudantes e de bolsas tem aumentado, mas o valor unitário de bolsa atribuído tem reduzido.”</p> <p>“(…) o governo aprovou medidas de apoio que são sempre bem-vindas, mas, é importante ter presente que aumentaram os alojamentos, o preço dos bens consumíveis, a alimentação em geral (…)”</p> <p>“(…) os pais têm de ter possibilidades para ajudar no passe, cobrir a alimentação, o vestuário e ajudar na compra de material.”</p> <p>“(…) esta conjuntura que se está a viver e que tem incrementado muito o custo de vida (…)</p> |

|   |  |
|---|--|
|   | <p><b>contribuir com rendimentos para o sustento familiar e não sejam incentivados pela família a estudar.”</b></p>  |
| <p><i>Outros apoios / medidas a aplicar</i></p>   | <p>“(…) <b>os estudantes deveriam ter acesso gratuito aos transportes públicos</b> até ao final do 1º ciclo do ensino superior A meu ver poderia ser visto como <b>um investimento na educação e um incentivo ao prosseguimento de estudos.</b>”</p> <p>“(…) <b>apoio</b> para os alunos mais carenciados nomeadamente para a <b>alimentação.</b>”</p>   |
| <p><i>Adequação dos apoios da Ação Social</i></p> | <p>“(…) <b>parece-me que não nalgumas situações.</b>”</p> <p>“<b>As famílias</b> estão cada vez <b>com mais dificuldades</b> e o governo está consciente disso, daí os apoios que o mesmo tem concedido.”</p> <p>“(…) instituições públicas e privadas que atribuem <b>bolsas de estudos</b> ou que transferem verba para o <b>Fundo de Apoio de Emergência da UMa</b>, ao abrigo do <b>mecenato</b> e cada ano <b>procuramos ampliar este número de parceiros</b>, tarefa que não é simples.”</p>   |
| <p><i>Experiência do tema</i></p>                 | <p>“Tenho acompanhado a seriação das candidaturas em termos estatísticos na <b>Universidade da Madeira</b>. (...) tem tido a <b>maior percentagem de análise e conclusão de candidaturas comparativamente às restantes IES do país</b> (...) nossos <b>estudantes consiga começar a receber a bolsa num relativo curto espaço de tempo.</b>”</p> <p>“Recebo também <b>diversos pedidos de audiência</b>, quer sejam de estudantes ou de pais com <b>testemunhos de algumas dificuldades que enfrentam, situações de pobreza</b>, mas também por <b>razões de saúde do próprio ou de familiares</b> (...)”</p> <p>“(…) importância de termos o <b>Fundo de Apoio de Emergência</b>, que tem ajudado alguns estudantes a <b>poderem manter os seus estudos.</b>”</p> <p>“Também temos a <b>bolsa de alimentação</b> que foi criada pela Associação de Estudantes e que a Reitoria apoia financeiramente. <b>A Pastoral</b> do Ensino Superior também tem ajudado em situações em que já não é possível recorrer à DGES (...)”</p> <p>“<b>A AMI e a Delegação Regional da Liga Contra o Cancro também têm apoiado alguns estudantes.</b>”</p> <p>“Também acompanho estatisticamente as Comissões de Acompanhamento dos <b>estudantes com Necessidades Especiais</b>. Alunos com necessidades especiais (...) sessenta por cento de incapacidade (...) têm acesso a bolsa (...) podem ter uma <b>majoração ajustada à sua situação, sendo esta uma medida importante do governo</b>. Mas há situações em que <b>os apoios são insuficientes</b> (...)”</p> |

|   |   |
|---|---|
|   | <p>“A universidade não tem capacidade, não tem recursos para dar esse tipo de apoio.”</p>   |
| <p><i>Bolsa mínima de 872,00€</i></p>   | <p>“Eu creio que não é suficiente.”</p> <p>“Se o aluno tem dificuldades financeiras este valor é muito pouco para aplicar na alimentação, nos transportes, no vestuário, material didático pelo que provavelmente esta situação também conduz a abandonos do ensino superior.”</p>  |
| <p><i>Importância da Ação Social para estudantes oriundos de famílias carenciadas</i></p>                         | <p>“Os alunos de famílias muito carenciadas não tinham outra forma de estudar, é a única oportunidade que têm para prosseguir estudos e temos estudantes que frequentam o ensino superior porque têm estes apoios.”</p> <p>“A Ação Social para muitas famílias é dar-lhes a oportunidade da educação e de formação, é ajudar a sociedade a ter menos pessoas no desemprego e situações precárias, de situações de vícios e comportamentos desviantes.”</p> <p>“É imprescindível o acesso à formação e à equidade.”</p> <p>“A Ação Social dá a oportunidade aos estudantes de famílias carenciadas, de estarem em pé de igualdade com os demais ao acesso ao saber, à cultura e à informação.”</p> |
| <p><i>Definição de Ação Social comparativamente ao nível socioeconómico das famílias e a função do Estado</i></p> | <p>“A Ação Social tem um papel regulador e de apoio no sentido de permitir que todos tenham acesso à educação e à formação e que deste modo possam ter possibilidades de contribuir para o desenvolvimento da sociedade como cidadãos de pleno direito.”</p>  |
| <p><i>Gratuidade do Ensino Superior</i></p>   | <p>“Não sei se é bom ou mau. É errado pensar que a supressão da propina cria igualdade de oportunidades. Não é verdade porque não basta tirar as propinas para afirmar que os alunos estão em igualdade de circunstâncias.”</p> <p>“O ensino ser gratuito não resolve os problemas, mas defendo que a propina não deve ser muito alta, a propina deve ser de certo modo simbólica (...).”</p> <p>“O valor não deve ser muito elevado porque há famílias que não sendo excessivamente carenciadas, não deixam de ser carenciadas.”</p>   |
| <p><i>Dinamização dos apoios</i></p>  | <p>“Eu penso que os alunos da Universidade da Madeira estão informados porque fazemos essa divulgação de diversas formas.”</p>  |

|   |   |
|---|---|
| <b>Como a UMa promove a informação dos apoios</b> | <b>“A divulgação faz-se nas escolas, na UMa, na página, por email, os próprios Serviços de Ação Social contactam os estudantes por email (...)”</b> |
|---|---|

Fig. 13 – Apoios. Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa. Tabela baseada em Bardin (2008)

## Reflexão

Para finalizar, a entrevistada refere que a Ação Social é essencial para o acesso e continuidade de grande parte dos estudantes do ensino superior, todavia, refere que é necessário repensar algumas medidas que não se adequam a algumas situações, nomeadamente, apoios insuficientes face às despesas, a circunstância dos estudantes que entram na terceira fase do concurso de acesso ao ensino superior afeta o aproveitamento que o estudante bolsheiro precisa obter para continuar a ser bolsheiro no ano seguinte em comparação aos colegas que frequentam as aulas desde o início do ano letivo, bem como conceder a oportunidade aos estudantes que concorreram a um determinado curso, porém não se identificam e não conseguem obter o aproveitamento, ser dada a oportunidade a estes de poderem mudar de curso e continuarem com bolsa de estudo.

Na presente entrevista é sugerido que seja realizada uma sessão pública à academia de modo que se apresente os resultados obtidos, tendo em conta que é um estudo de interesse para a Universidade da Madeira, com o objetivo de sensibilizar toda a comunidade académica para as dificuldades dos estudantes bolsheiros.

|  |   |
|--|---|
| <b>Entrevista à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa</b>  |   |
| <b>Categoria 1- Ação Social - Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior</b> |   |
| <b>Subcategoria 5 – Reflexão</b>   |   |
| <b>Subcategoria de análise</b>   | <b>Unidades de Contexto</b>   |
| <b>As políticas de Ação social</b>   | <p><b>“Sinceramente acho que não, em muitas situações. Em alguns casos o apoio poderá ser suficiente, mas talvez para a maioria não seja, como já atrás referi.”</b></p> <p><b>“No geral, a Ação Social assegura um apoio, fundamental e imprescindível para o acesso a muitos estudantes à formação superior.”</b></p> |

|  |  |
|--|--|
| <p><i>asseguram o acesso e a continuidade numa perspectiva de igualdade de oportunidades</i></p> | <p>“Mas <b>há casos excepcionais</b> que no meu ponto de vista (...) <b>os estudantes</b> que ficam colocados apenas numa <b>3ª fase e não conseguem o aproveitamento mínimo para renovar a bolsa no ano seguinte.</b>”</p> <p>“Outra situação que ocorre em número muito significativo está ligada à <b>insatisfação com a frequência de um curso.</b> (...) investir nestes estudantes, <b>concedendo-lhes mais uma oportunidade, permitindo-lhes o acesso novamente à bolsa</b> de estudo não seria compensador?”</p>   |
| <p><i>Sugestão</i></p>   | <p>“(...) <b>apresentar os resultados da sua dissertação numa sessão pública</b> especialmente dirigida à academia, nomeadamente os relativos às respostas dos estudantes aos questionários.”</p> <p>“(...) dissertação <b>tem muito interesse para a Universidade da Madeira</b>, para os nossos estudantes, mas também para o sistema de ensino em geral.”</p> <p>“(...) serviria para <b>sensibilizar os docentes, os diretores de curso e toda a comunidade para as dificuldades que os estudantes enfrentam</b> e contribuir para dar a conhecer melhor a realidade.”</p> |

Fig. 14 – Reflexão. Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa. Tabela baseada em Bardin (2008)

Assim, numa breve síntese abordamos neste ponto as principais ideias obtidas da entrevista realizada à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa.

Na sua opinião o ensino superior desempenha um papel essencial na formação integral e na preparação do estudante, através do conhecimento científico obtido bem como as atividades promovidas pela instituição, tal como menciona a importância e a responsabilidade da Universidade da Madeira em preparar o indivíduo para a cidadania ativa tal como para o empreendedorismo e na sua integração na sociedade e no mercado de trabalho.

Menciona ainda que acompanhar o estudante durante o seu percurso académico é fundamental, nomeadamente motivar para o estudo, sensibilizar para as dificuldades pessoais ou financeiras, bem como proporcionar serviços de apoio ao estudante, são estratégias elementares.

Afirma ainda que compete à universidade incentivar o estudante para o sucesso escolar sendo que é através deste que no futuro irão obter e desenvolver mais

competências profissionais e conseqüentemente se sentirão mais seguros, alcançar mais rendimento bem como garantir uma melhor integração no mercado de trabalho.

Contudo, sublinhou a necessidade de criar outros mecanismos de apoio ao estudante que não se enquadram no sistema de ação social devido às suas especificidades, em que refere, no caso da UMa, existirem outros apoios de entidades particulares e públicas para fazer face a estas situações e evitar o abandono escolar, no entanto menciona a importância de alargar o número de parceiros.

No que diz respeito às políticas da Ação Social indica que embora em muitos casos os apoios atribuídos sejam suficientes e que asseguram o acesso e a continuidade dos estudos no ensino superior já em outros não o são, apontando para os estudantes com bolsa mínima atribuída, considerando este valor insuficiente para fazer face a outras despesas para além da propina. Destaca a importância de concessão de mais apoios para a alimentação, material didático, etc. e menciona também que os transportes deveriam ser gratuitos.

## **10.2 Perfil de Liderança Transacional/Transformacional da Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa**

Nesta análise ao perfil de liderança da Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa iremos considerar alguns elementos nomeadamente Relação com os estudantes, a Motivação, Ideais e Valores, Flexibilidade, Inspiração/orientação, Comunicação, Inovação/Criatividade, Necessidades dos Estudantes, Metas e Trabalho em equipa/parceiros.

Em relação ao primeiro elemento, podemos constatar a preocupação e a responsabilidade de preparar os estudantes para a cidadania ativa e participativa bem como para o empreendedorismo através de projetos implementados pela IES, podemos assim observar indicadores de uma liderança transformacional. Neste aspeto Jardim & Rodrigues (2022) referem “Educar para o empreendedorismo hoje é criar futuro” (p. 7). Bento (2008) evidencia que o líder transformacional tem a capacidade de motivar e inspirar com o propósito de proporcionar aos liderados, neste caso particular os estudantes, melhores desempenhos no futuro.

Nos segundo e terceiro elementos refere a importância de motivar os estudantes para a continuidade dos estudos no ensino superior, embora não seja fácil a adaptação a

este nível de ensino, mas que devem ser resilientes e confiantes e no caso de necessitarem de ajuda que a devem solicitar. Transmite de forma objetiva que a formação integral do estudante, o desenvolvimento das capacidades individuais e sociais, é deveras importante para uma melhor integração no mercado de trabalho evidenciando características transacionais bem como transformacionais. Habitualmente um líder transacional avalia e observa os seus liderados de forma a entender se estes estão a cumprir os requisitos definidos e os resultados previstos bem como apelam aos mesmos para o interesse pessoal para os manter focados nos objetivos. Para Bass (1985) o desempenho esperado de um indivíduo está diretamente ligado ao esforço que ele está disposto a exercer. Esse nível de esforço, por sua vez, depende da confiança do indivíduo na capacidade de alcançar o resultado desejado e da sua capacidade de executar as ações necessárias.

Carapeto e Fonseca (2006) mencionam a importância da capacidade de comunicar como uma característica fundamental no líder transformacional. Também Castanheira e Costa (2007) destacam a motivação como um elemento integrante do líder transformacional, são providos de argumentos e iniciativas para apoiar e promover junto dos que os rodeia para a obtenção dos melhores resultados possíveis.

Quanto aos quarto, quinto e sexto elementos a Vice-Reitora menciona que é necessário apoiar os estudantes tanto ao nível financeiro, através de apoios sociais, tal como indica a importância que os docentes têm no apoio pedagógico aos estudantes. Proporcionar as visitas de estudo à IES, as sessões de esclarecimento realizadas nas escolas, a participação em feiras, promover uma comunicação mais aberta, e por vários profissionais de várias áreas científicas, é uma forma de promover o ensino superior nas camadas mais jovens. A preocupação de ir ao encontro dos indivíduos e estudantes e em diversos contextos indica uma perspetiva de liderança transformacional. Para Bolívar (2012) é essencial que o líder seja capaz de criar “(...) relações de confiança mútua entre os dirigentes, professores, pais e alunos (...)” (p. 72). Bento e Ribeiro (2013) defendem que o líder transformacional tem a capacidade de união e identificação com os seus colaboradores de forma que todos trabalhem em prol de causas e processos em conjunto.

Relativamente aos sétimo e oitavo elementos, a entrevistada refere que é necessário mais apoios, e que em algumas situações não são suficientes, nomeadamente para alimentação, material didático, entre outros e menciona a importância de transportes gratuitos. Recebe pedidos de ajuda relativamente a estudantes carenciados que não se enquadram na bolsa da DGES, e refere que o FAE, a Liga contra o Cancro, a Pastoral, a AMI, entre outros, são essenciais, sendo este um produto de apoios de parcerias entre a

UMA e organizações particulares, com o objetivo de apoiar os estudantes. Neste âmbito a Vice-Reitora pretende uma mudança no alcance de mais apoios da DGES e de particulares, demonstrando assim aspetos de uma liderança transformacional. Neste contexto Castanheira e Costa (2007) mencionam que a liderança transformacional apresenta uma possante componente pessoal, ou seja, é particularmente importante focar-se nas pessoas e nas suas necessidades, pelo que Bento e Ribeiro (2013) defendem que “(...) as pessoas colaboram não por obrigação, mas por motivação e sentido de pertença (...)” (p. 16).

E por fim os nono e décimo elementos, a entrevistada refere que a IES dispõe de vários serviços para apoiar na formação integral dos estudantes, existindo alternativas nas propostas da instituição, nomeadamente o Pólo de Emprego, Observatório de Emprego que promove junto de várias instituições a semana da empregabilidade e outros projetos abertos a todos os estudantes de forma gratuita. Refere ainda as mudanças que devem acontecer nomeadamente em relação aos estudantes de terceira fase, que no seu entender já acedem mais tarde sendo prejudicados a nível de assiduidade e de aproveitamento.

As metas ou objetivos são características de uma liderança transacional pelo que quando a entrevistada refere que é necessário haver mudanças mais adequadas às necessidades e dificuldades dos estudantes está a fixar objetivos para uma melhoria da comunidade em que se apresenta também um reflexo de aspetos de uma liderança transformacional.

De acordo com Bass (1985) um líder pode utilizar os dois tipos de liderança em simultâneo ou pode adequar o tipo de liderança à situação especificamente.

| <b>Elementos de Análise</b>       | <b>Liderança Transacional</b> | <b>Liderança Transformacional</b> |
|-----------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|
| 1 - Relação com os estudantes     |                               | ✓                                 |
| 2 - Motivação                     |                               | ✓                                 |
| 3 - Ideais e Valores              | ✓                             | ✓                                 |
| 4 - Flexibilidade                 |                               | ✓                                 |
| 5 - Inspiração/orientação         |                               | ✓                                 |
| 6 - Comunicação                   |                               | ✓                                 |
| 7 - Inovação/Criatividade         |                               | ✓                                 |
| 8 - Necessidades dos Estudantes   |                               | ✓                                 |
| 9 - Metas                         | ✓                             | ✓                                 |
| 10 - Trabalho em equipa/parceiros |                               | ✓                                 |

*Fig. 15 - Elementos característicos do tipo de liderança da Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMA.*

Dos elementos de análise acima presentes na tabela podemos verificar algumas características transacionais, porém a componente de liderança que mais se destaca é a liderança transformacional pelo que podemos evidenciar que a Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa apresenta um perfil de líder transformacional. Bento (2008) defende que o líder é “(...) alguém que possui determinadas características inatas ou adquiridas, alguém que se adapta às circunstâncias e ao contexto em que a organização se insere e alguém que gere conflitos e exerce influência em ambientes ambíguos, complexos e incertos (...)” (p. 1).

### **10.3 Aplicação do Inquérito aos Estudantes Bolseiros da DGES inscritos na UMa**

A aplicação do inquérito vem de encontro à pertinência de obter a opinião dos estudantes bolseiros relativamente à Ação Social dos Estudantes do Ensino Superior.

Para a realização do presente estudo foram enviados 1365 inquéritos por email aos estudantes bolseiros da DGES inscritos na UMa, contudo apenas 91 estudantes responderam ao inquérito.

#### **Caraterização da idade dos inquiridos**

Da população inquirida apuramos 51 indivíduos com idade compreendida entre os 18 e os 21 anos, seguidamente 27 encontram-se entre os 22 e os 29 anos, em terceiro 9 inquiridos bolseiros apresentam idades entre os 40 e os 49 anos e por fim entre os 30 e até 39 anos responderam 4. Não se verificou respostas no intervalo de idades entre 50 e 59 anos nem superior a 60 anos. Observamos ainda que os estudantes que se encontram na faixa etária entre os 18 e os 21 anos são estudantes que concluíram o ensino secundário e continuaram os estudos no ensino superior logo de seguida, enquanto os estudantes que se encontram nas restantes faixas acederam mais tarde ao ensino superior.

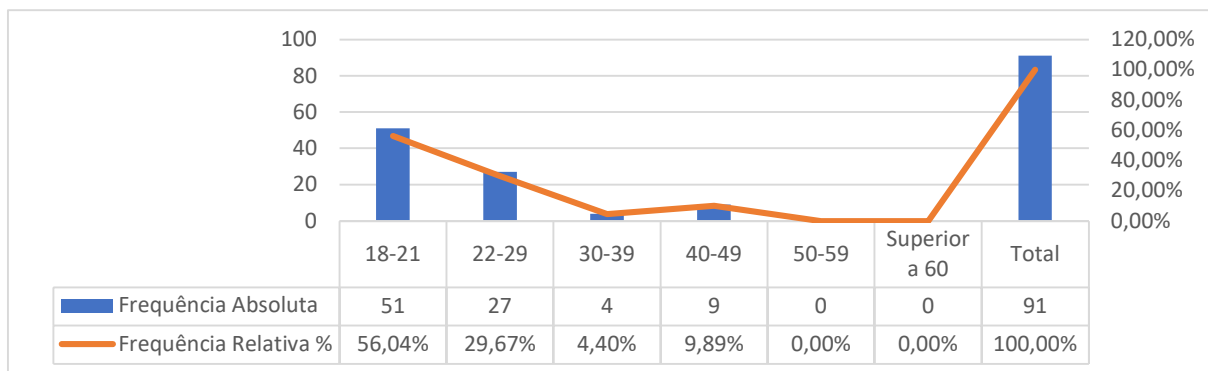


Fig. 16 - Caracterização da idade dos inquiridos.

### Caraterização por sexo

A população inquirida é principalmente constituída por estudantes do sexo feminino num total de 61 estudantes representando uma percentagem de 67% e logo depois pelo sexo masculino num total de 30 estudantes com uma taxa percentual de 33%. Observamos assim, que existe um maior número de bolseiros da DGES do sexo feminino em relação ao masculino.

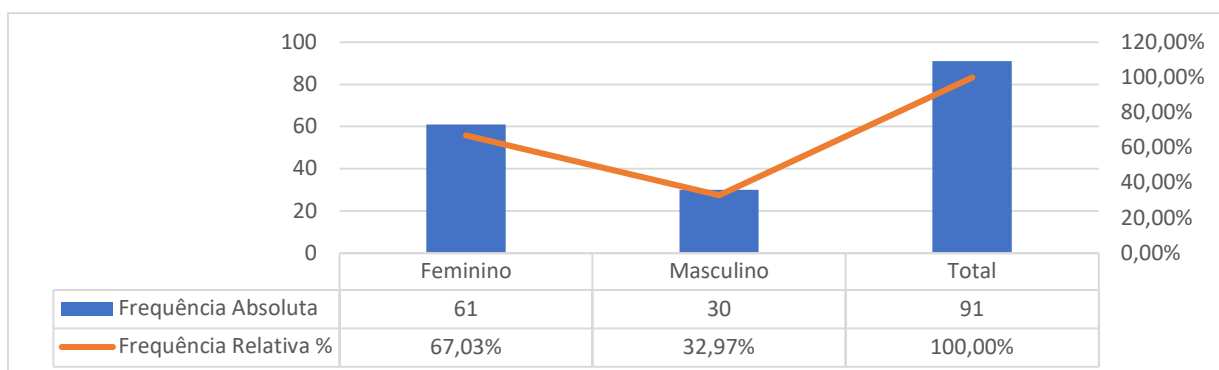


Fig. 17 - Caracterização dos Estudantes por género.

### Concelho de Residência do Agregado Familiar dos Estudantes

Na figura abaixo representa-se a distribuição dos estudantes inquiridos por 8 dos 11 concelhos da RAM, bem como residentes dos Açores e Portugal Continental.

Como podemos verificar o concelho de residência dos inquiridos com maior incidência é o Funchal (29,67%), em seguida por Santa Cruz (20,88%) e em terceiro Câmara de Lobos (15,38%) sendo estes os concelhos com maior número de habitantes na nossa região. Com menor incidência verifica-se em quarto lugar Machico (14,29%), em quinto e sexto com a mesma percentagem (5,49%) encontram-se os concelhos da Ponta

do Sol e Ribeira Brava, em sétimo e oitavo também com a mesma percentagem (3,30%) o concelho da Calheta e da Região Autónoma dos Açores e por último Portugal Continental (1,10%).

Na resposta a este inquérito não participaram estudantes do concelho do Porto Moniz, Santana e São Vicente, sendo estes os concelhos com menor incidência populacional.

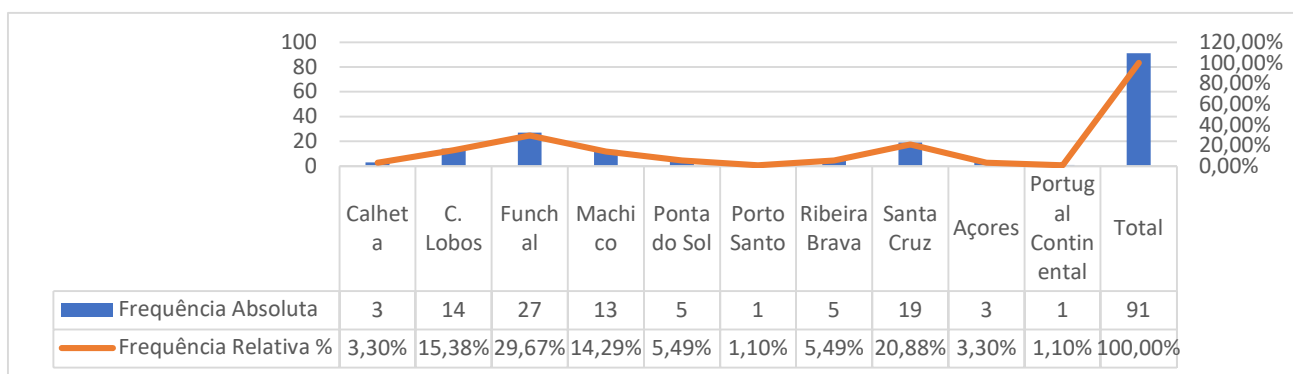


Fig. 18 - Caracterização dos Estudantes por concelho.

### Ciclo de Estudos frequentado pelos Estudantes

Quanto ao ciclo de estudos, dos estudantes bolsеiros que responderam ao inquérito verifica-se que a maioria estão inscritos em licenciatura com uma percentagem de 73,6%, logo depois com 16,5% referente a mestrado e por último 9,9% respeitante aos CTeSP.

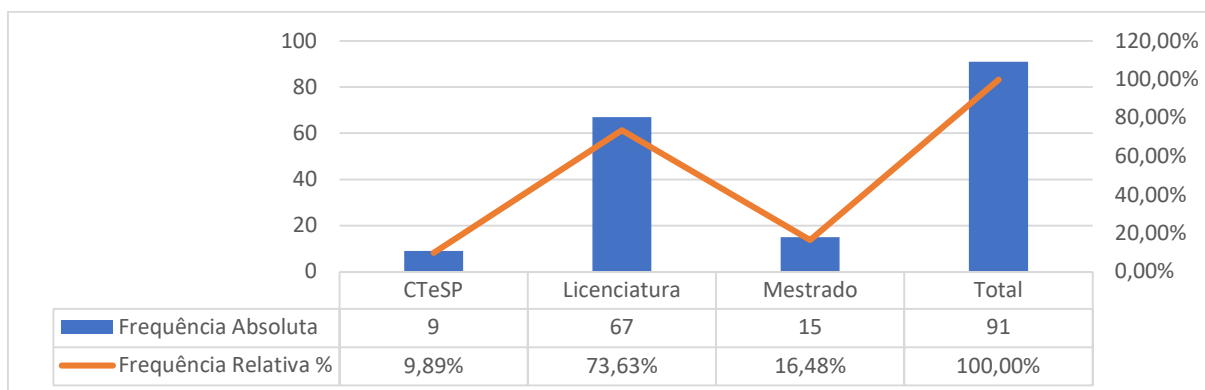


Fig. 19 - Caracterização dos Estudantes por ciclo de estudos.

### Tipo de Inscrição

No que diz respeito ao tipo de inscrição dos estudantes bolsеiros inquiridos verifica-se uma percentagem superior, nomeadamente 94,5%, referente aos estudantes

inscritos a tempo integral em relação aos estudantes inscritos a tempo parcial, sendo respetivamente 5,5%.

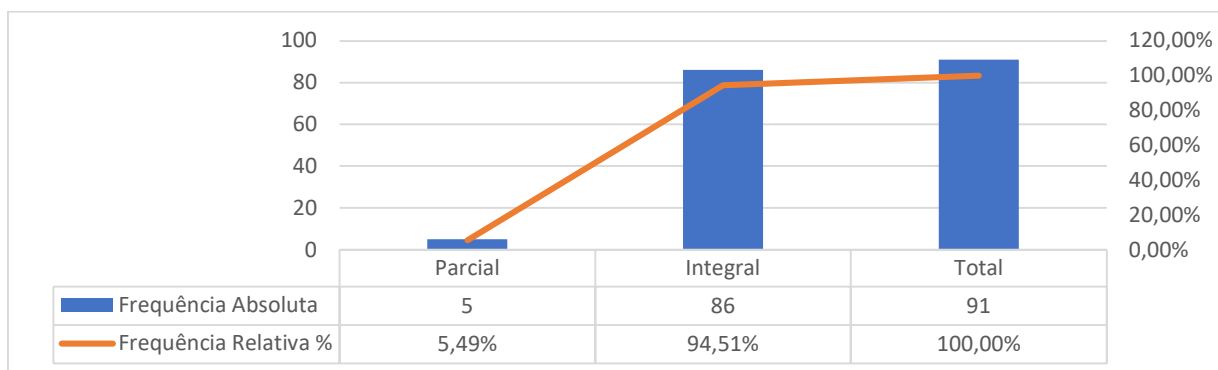


Fig. 20 - Caracterização dos Estudantes por tipo de inscrição.

### Motivo de escolha da IES

No que se refere aos motivos que levaram os estudantes bolsеiros inquiridos a optarem pela IES verifica-se com uma maior taxa percentual (39,56%) o facto da IES estar localizada na RAM evitando custos acrescidos, seguidamente também com um valor significativo (26,37%) apontaram a condição financeira do agregado, logo depois com taxas muito aproximadas verifica-se a opção de que o curso pretendido é lecionado na IES (15,38%) bem como a opção de que o curso que se encontram a frequentar não foi a sua primeira escolha (14,29%) e por fim a opinião de outros sendo relevante na escolha da IES (4,40%).

Na análise notámos que os estudantes inquiridos aquando da opção pela IES indicam que a sua escolha foi sobretudo baseada maioritariamente nos custos adicionais e no peso financeiro para as suas famílias bem como o fator da IES estar localizada na região de residência e o curso ser lecionado na região da Madeira. Os fatores atrás enunciados contribuem para uma relação positiva e significativa para os estudantes bolsеiros da DGES.

| Motivo de escolha IES                      | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|--|---------------------|---------------------|
| A condição financeira do agregado familiar | 24                  | 26,37%              |
| A opinião de familiares ou amigos          | 4                   | 4,40%               |

|  |    |         |
|--|----|---------|
| A IES estar localizada na região da residência do agregado familiar evitando assim custos acrescidos com alojamento e transporte | 36 | 39,56%  |
| O curso que pretendia é lecionado na IES   | 14 | 15,38%  |
| Não foi a minha primeira escolha   | 13 | 14,29%  |
| Total  | 91 | 100,00% |

Fig. 21 - Motivos para a escolha da IES.

### Tipologia do agregado familiar do Estudante

Relativamente à tipologia do agregado familiar dos estudantes inquiridos, a maioria, sendo 30, são oriundos de famílias do tipo nuclear, constituídas pelos pais e irmãos. Em segundo encontram-se 25 estudantes provenientes de agregados monoparentais com um valor ainda significativo em que se constitui um agregado com apenas um dos pais e irmãos, em terceiro verifica-se 13 estudantes que habitam sozinhos. No inquérito colocamos a opção “outro” que foi assinalada por 10 inquiridos. Aqui pretendíamos dar aos inquiridos a possibilidade de se identificarem com tipos de família menos comuns que não estão contempladas nas outras opções.

Obtivemos 8 respostas relativamente aos agregados do tipo alargada onde o inquirido vive em comunhão de bens, para além dos pais e irmãos, com outros familiares com quem detêm laços de sangue e por fim apuramos 5 inquiridos que indicam a opção do tipo de família reconstruída, considerando que um dos pais construiu uma nova relação.

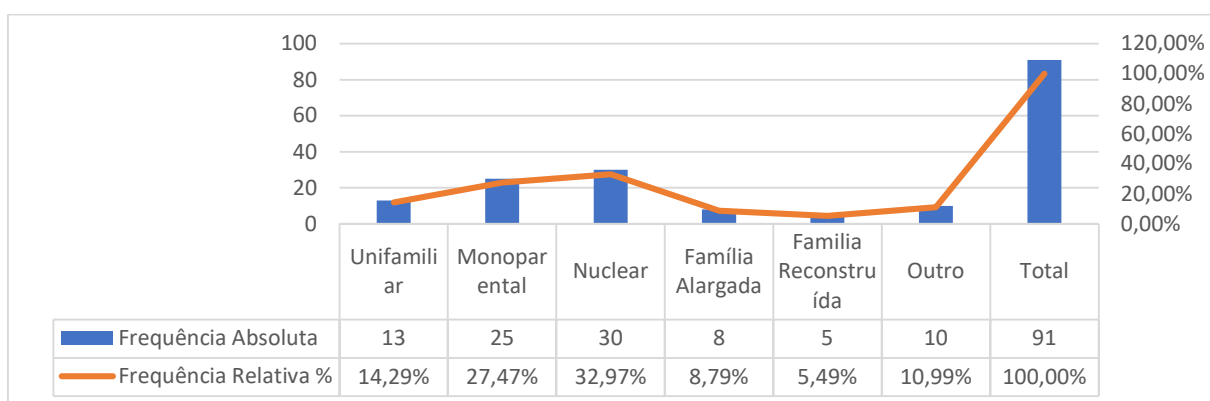


Fig. 22 - Caracterização dos Estudantes por tipo de agregado familiar.

### Habilitações dos pais

Da nossa análise destaca-se o nível de escolaridade dos pais que se situa no nível básico e secundário.

Relativamente aos níveis de escolaridade, os valores mais significantes referem-se ao pai em que a larga maioria apresenta o nível de escolaridade mais baixo, com 78,02%, sendo o ensino básico, ou seja, até ao 9.º ano de escolaridade, e 19,78% possuem o ensino secundário.

No caso da mãe, o nível com maior incidência continua a ser o ensino básico, com uma taxa de 57,14% e cerca de 34,07% relativamente ao ensino secundário.

Refere-se ainda que 2% dos pais e 8,79% das mães detêm o nível de ensino superior.

Neste caso a mãe é o elemento que apresenta um grau de escolaridade superior em relação ao pai.

|                   | Frequência Absoluta | Frequência Relativa % | Frequência Absoluta | Frequência Relativa % |
|-------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
|                   | <b>Pai</b>          |                       | <b>Mãe</b>          |                       |
| Ensino Básico     | 71                  | 78,02%                | 52                  | 57,14%                |
| Ensino Secundário | 18                  | 19,78%                | 31                  | 34,07%                |
| Ensino Superior   | 2                   | 2,20%                 | 8                   | 8,79%                 |
| Total             | 91                  | 100,00%               | 91                  | 100,00%               |

Fig. 23 - Caracterização das habilitações dos pais dos inquiridos.

### Atividade Profissional do Pai

No que diz respeito à situação profissional do pai dos inquiridos, a maioria encontra-se no setor terciário com 42,86% que se refere ao comércio e prestação de serviços. Seguidamente apresenta-se o nível secundário com 18,68% que diz respeito à indústria e ramos produtivos diversos e em terceiro o setor primário referente à pesca, agricultura e extração com cerca de 12,09%. Importa referir que 10,99% dos inquiridos

são órfãos de pai, cerca de 8,78% dos pais estão desempregados e ainda 6,59% já se encontra, em situação de pensionista.

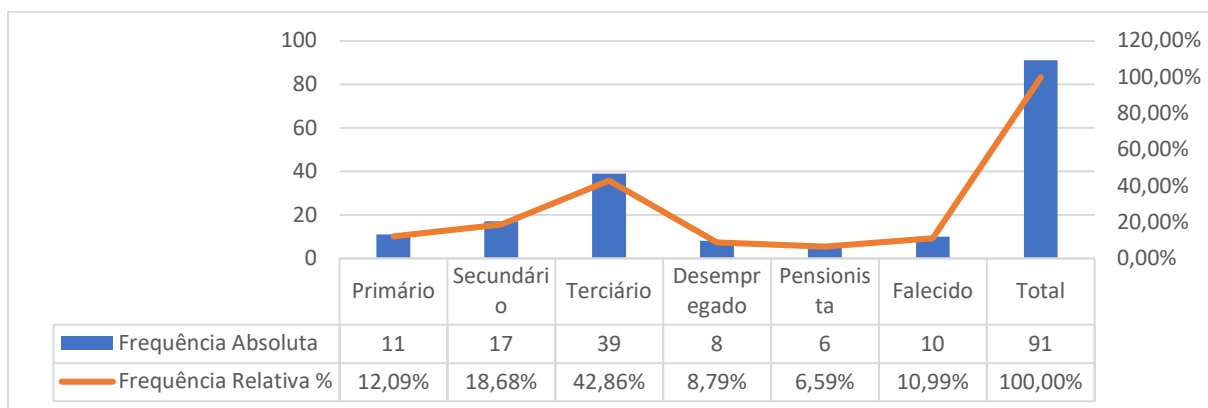


Fig. 24 - Caracterização da atividade profissional do pai.

### Atividade Profissional da Mãe

Quanto à atividade profissional da mãe dos inquiridos é mais incidente no setor terciário com 42,86%, que se refere ao comércio e prestação de serviços, logo depois com um registo menos acentuado com 7,69% o setor secundário respeitante à indústria e ramos produtivos diversos e ainda com 6,59% relativamente ao setor primário respeitante à pesca, agricultura e extração.

Neste género a taxa de desemprego é mais elevada comparativamente ao género masculino com uma taxa de 20,88%, embora na figura anterior se verifique que as mães possuam mais habilitações.

Quanto à proporção da percentagem das mães em situação de pensionista regista-se o valor de 10,99% bem como 4,40% dos inquiridos referem que as mães já faleceram.

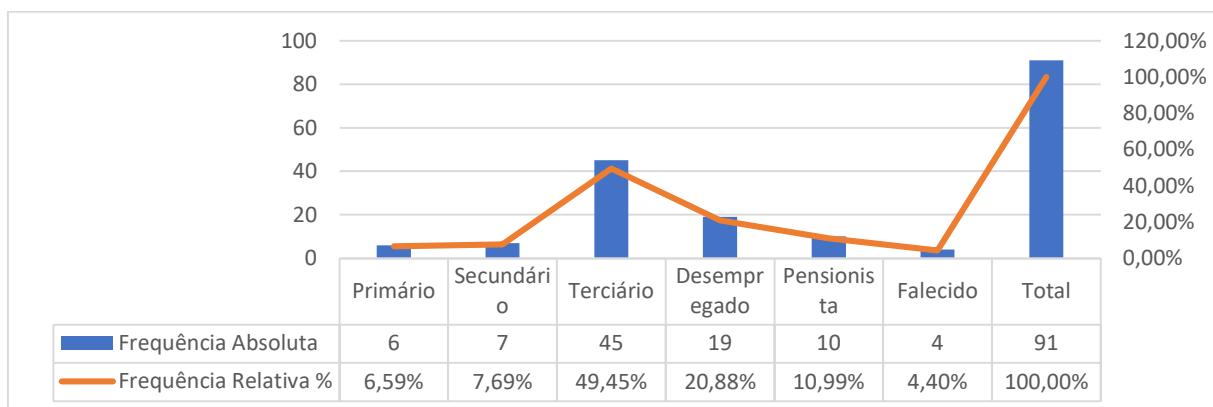


Fig. 25 - Caracterização da atividade profissional da mãe.

## Rendimento Mensal do Agregado Familiar do Estudante

A figura abaixo representa os rendimentos mensais auferidos pelo agregado familiar dos estudantes inquiridos.

Quanto à distribuição dos rendimentos aferimos que 6 estudantes indicaram um rendimento mensal inferior a 500€, 54 inquiridos responderam que o seu rendimento mensal é superior a 500€ e até 1000€, outros 24 afirmam o patamar de rendimento superior a 1000€ e até 2000€ e por fim 7 estudantes indicaram que o rendimento do agregado mensal é superior a 2000€.

Neste caso o foco encontra-se nos agregados familiares com rendimentos que vivem mensalmente com um valor compreendido ente 500€ até aos 1000€.

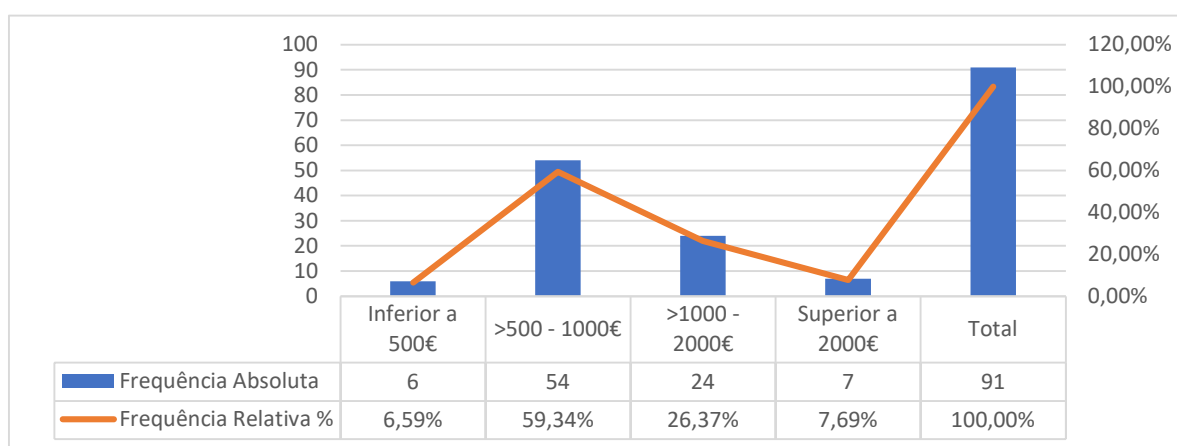


Fig. 26 - Caracterização do rendimento mensal do agregado familiar.

## Alojamento em período de aulas

Relativamente ao alojamento 79 inquiridos responderam que não tinham despesas de alojamento em período de aulas, tendo em conta a residência do agregado estar localizada no mesmo concelho da IES, 4 estudantes mencionaram que têm um custo mensal inferior a 100€, 1 refere um custo mensal compreendido entre 100€ a 150€, 3 indicam uma despesa compreendida entre 150€ a 200€, 2 estudantes indicam os valores de 200€ a 300€ e por fim 2 inquiridos referem despesas com alojamento superiores a 300€.

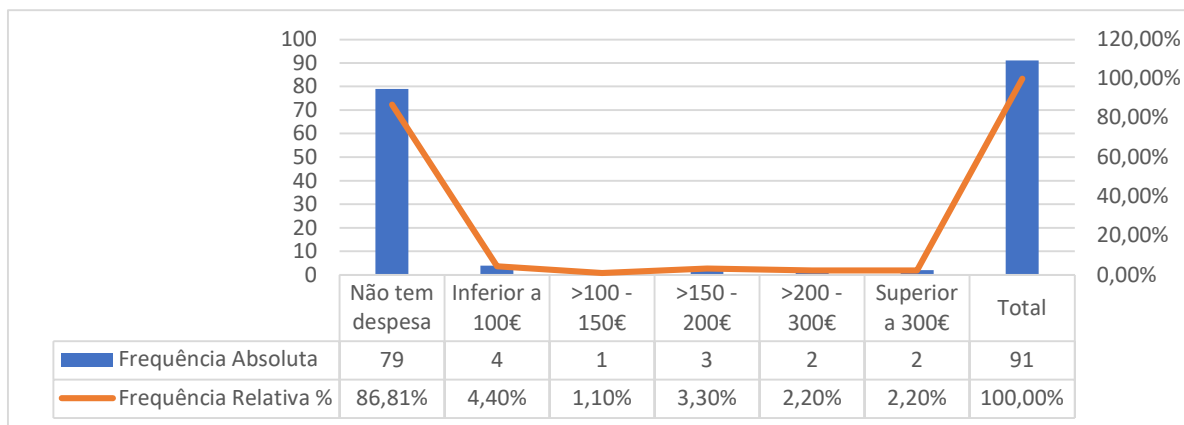


Fig. 27 - Caracterização das despesas mensais com alojamento em período de aulas.

### Outras Despesas de alojamento em período de aulas

Em continuidade à temática do alojamento foi pertinente perceber se nos valores da renda paga pelos inquiridos já estão incluídas as despesas de água, eletricidade, internet, gás, etc.

Apuramos que 6 inquiridos responderam sim, que as despesas estavam incluídas no valor da renda, enquanto 19 indicaram que não, ou seja, as despesas não estavam incluídas e os restantes 66 referem não aplicável tendo em conta que não têm despesas de alojamento.

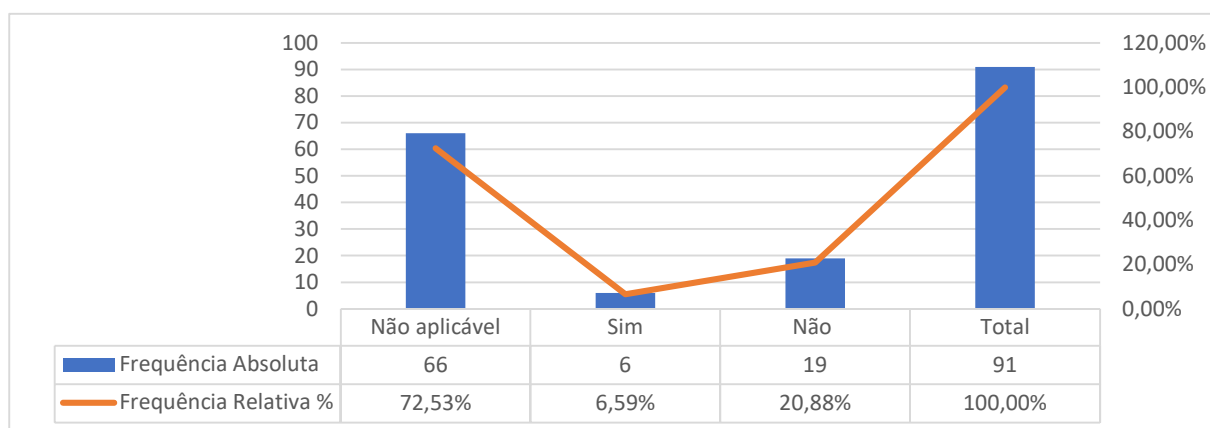


Fig. 28 - Outras despesas mensais de alojamento em período de aulas.

### Outras despesas em período de aulas não incluídas na renda de alojamento

Aos estudantes que indicaram o pagamento de despesas não incluídas no pagamento da renda foi solicitado que indicassem o valor mensal, posto isto verifica-se que 10 inquiridos indicaram uma despesa mensal superior a 120€, sendo este o valor com

maior incidência, 7 apontaram uma despesa mensal superior aos 40€ e até aos 80€ e igualmente 7 inquiridos assinalaram o valor superior a 80€ e até 120€. Do total dos inquiridos apenas 3 responderam que detêm despesas inferiores a 40€ e 64 responderam que esta despesa não se aplica.

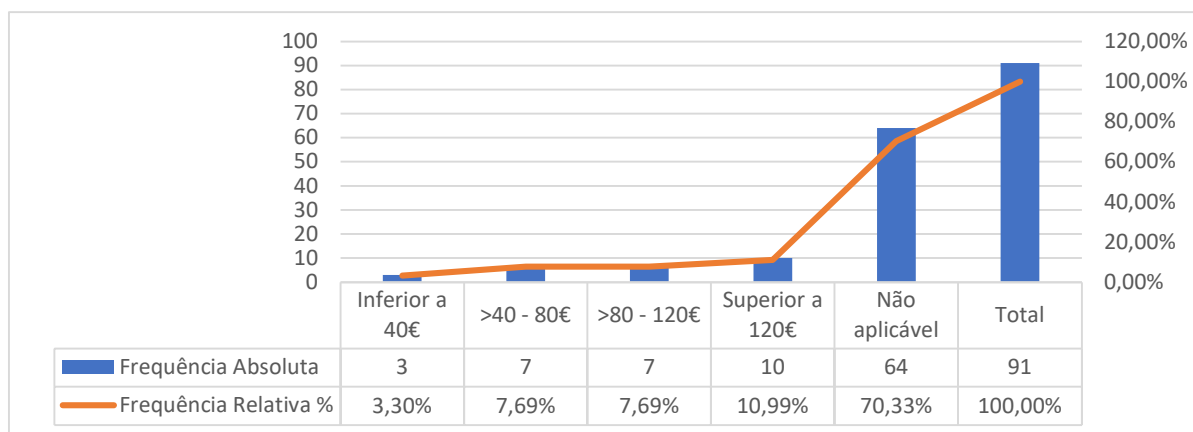


Fig. 29 - Outras despesas em período de aulas não incluídas na renda mensal.

### Transporte Mensal em período de aulas

A deslocação dos estudantes acarreta custos na maioria dos casos, seja através de transportes públicos ou por viatura própria, com exceção daqueles que por residirem na proximidade da IES não utilizam meios de transporte para se deslocarem, porém, o nosso interesse incide sobre os estudantes que utilizam os meios de transporte para se deslocarem para a UMA, com o objetivo de analisarmos esses mesmos custos.

Da análise podemos constatar que a despesa de transporte com maior incidência posta-se nos valores compreendidos superiores a 20€ e até 40€ com uma percentagem de 34,07%, em segundo com 24,18% o valor inferior a 20€, em terceiro com 16,48% os valores superiores a 40€ e até 60€, em quarto lugar com 14,29% indicam uma despesa mensal superior a 80€, em quinto com 6,59% assinalaram o valor superior a 60€ e até 80% e por fim 4,40% indicam que não têm despesas de transporte.

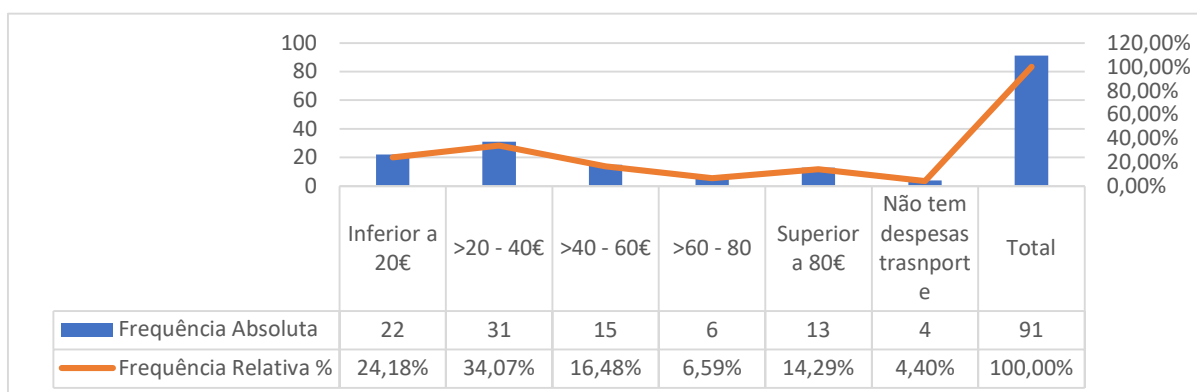


Fig. 30 - Despesa de transporte em período de aulas.

### Alimentação Mensal em tempo de aulas

Durante o período de aulas os estudantes geralmente passam o dia na UMA, seja a assistir às aulas, estudar ou com trabalhos individuais ou de grupo. Este facto constitui um custo com a alimentação, nomeadamente almoço, lanche e jantar, embora alguns inquiridos refiram trazer de casa a sua comida de forma a poupar, porém existe sempre um custo. Neste caso a larga maioria dos estudantes, sendo 55, indicaram uma despesa mensal inferior a 100€, logo depois apresenta-se com 31 inquiridos que assinalaram uma despesa superior a 100€ e até 150€ e por último 5 estudantes referem uma despesa mensal superior a 150€.

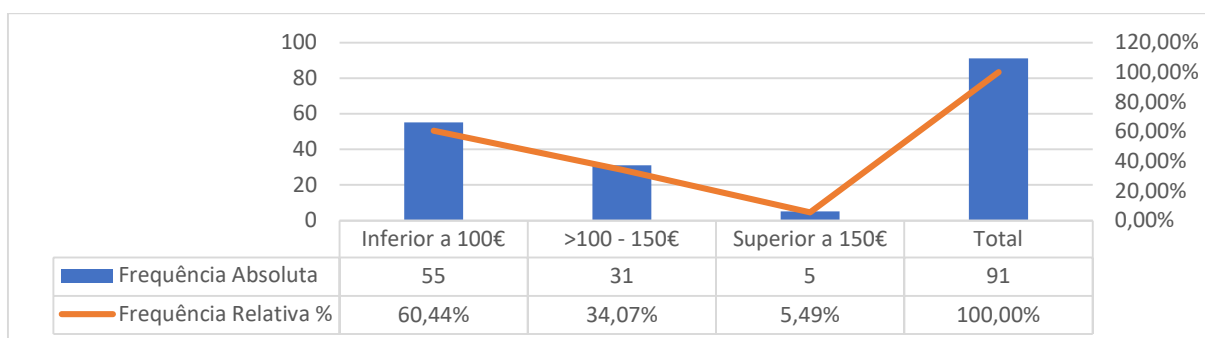


Fig. 31 - Despesa de alimentação em período de aulas.

### Material Didático Mensal

Frequentar o Ensino superior não dispensa a despesa com material didático, sejam fotocópias, livros, material de desgaste rápido, computador, entre outros, e dependendo do curso que frequentam. Assim podemos observar que 39 inquiridos responderam ter

uma despesa inferior a 20€, seguidamente 35 indicaram um valor superior a 20 e até 50€, 7 estudantes responderam que têm uma despesa mensal superior a 75€ e por fim 7 assinalaram uma despesa superior a 50€ até 75€.

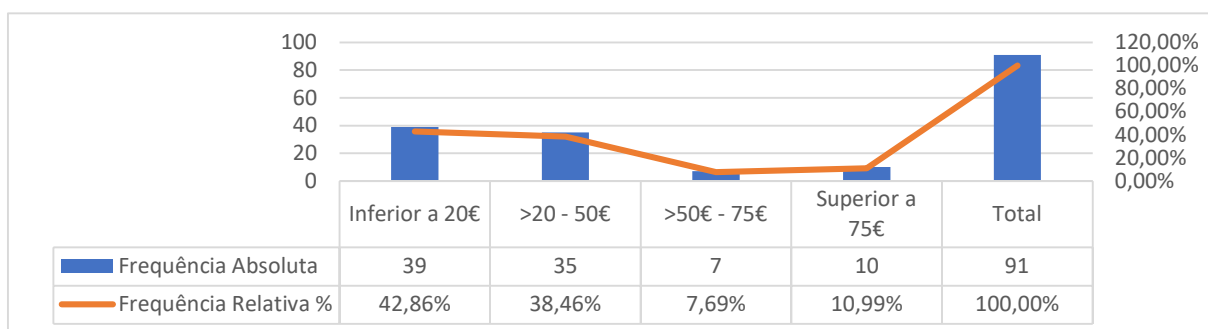


Fig. 32 - Despesa de material didático em período de aulas.

### Outras Despesas Mensais

Nesta questão deixamos ao critério dos inquiridos apontar outras despesas que não tenham sido referidas anteriormente.

No âmbito desta questão com maior incidência verificamos que 35 inquiridos assinalaram um valor inferior a 50€, logo de seguida 25 estudantes referem não ter outras despesas bem como 25 mencionam que têm outras despesas superior a 50€ até 100€, 4 apontam um valor superior a 100€ até 150€ e por fim 2 inquiridos referem um valor superior a 150€.

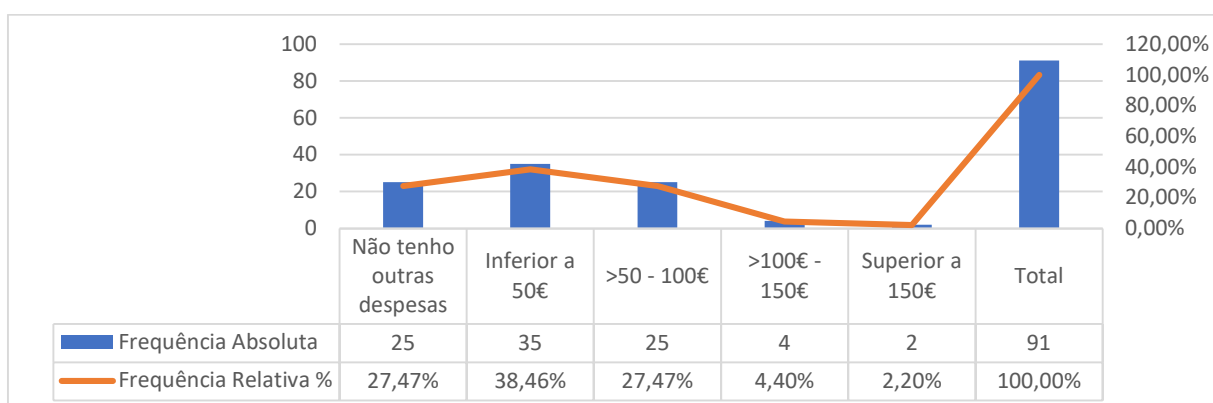


Fig. 33 - Outras Despesas em período de aulas.

### Valor de Bolsa da DGES Anual

O valor de bolsa é atribuída de acordo com os rendimentos do agregado familiar apresentados no ano civil anterior ao ano letivo para o qual se candidatam e tem como

finalidade apoiar os estudantes com carência económica, devidamente comprovada, para o pagamento das propinas a outras despesas inerentes à frequência deste nível de ensino, de acordo com o RABEEES.

Nesta questão os inquiridos indicaram o valor de bolsa anual que lhes foi atribuída no ano letivo 2022-23. Importa referir que o valor de 436€ corresponde apenas ao valor de propina dos estudantes que se encontram inscritos a tempo parcial. Mais se refere que o valor de 5572,20€ corresponde ao valor máximo de bolsa anual que o RABEEES permite conceder.

Constatamos que o maior número de inquiridos, nomeadamente 31, recebem de bolsa anual o valor compreendido entre 436 e até 872€, sendo que esta é paga em 10 mensalidades, de acordo com o RABEEES, entre o mês de setembro a junho. Em ambos os valores é feita uma majoração em 25% ao valor da propina efetivamente paga, arredondando nas unidades acima, sendo 348.5€ para parcial e 697€ para integral. Esta majoração é somente efetuada nestes dois valores em que o RABEEES identifica como bolsa mínima. O estudante paga o valor anual de propina, 348.50€ ou 697€, ficando apenas com o valor de 87,5€ ou 175€ dependendo de ser parcial ou integral, o que mensalmente perfaz um valor acrescido à bolsa de 8,75€ e respetivamente 17,5€.

Em segundo, 18 recebem um valor superior a 2000€ até 3000€, em terceiro encontram-se 18 estudantes com um valor superior a 1000€ até 2000€, em quarto lugar 14 com um valor atribuído superior a 872€ até 1000€, em quinto 4 com um valor de bolsa superior a 3000€ até 4000€ e por fim 1 inquirido com o valor de bolsa superior a 4000€ até 5572,20€.

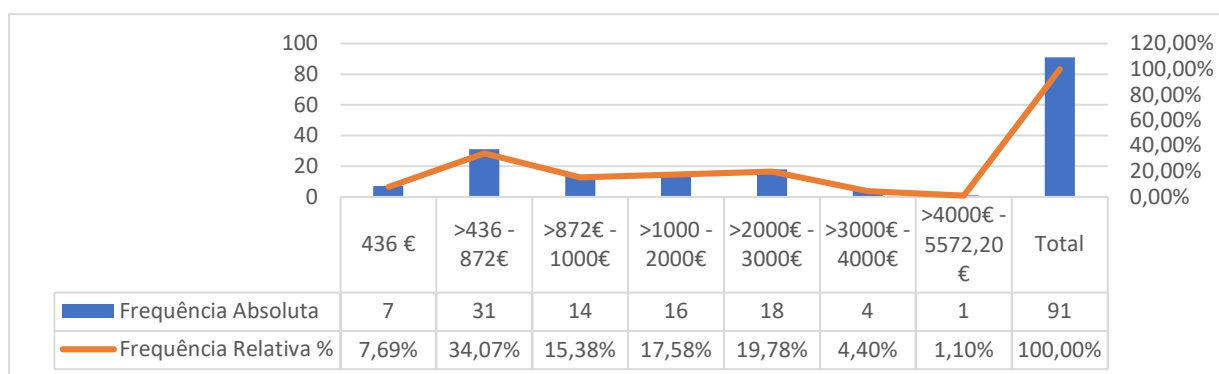


Fig. 34 - Bolsa de estudo anual atribuída em 2022-23.

### Concordância acerca do valor de bolsa atribuída

Nesta questão é nossa intenção saber se os inquiridos concordavam ou não com o valor de bolsa atribuída da DGES sendo que 50 inquiridos, respondeu que sim que concordam com o valor de bolsa concedida, 30 assinalam que não e por último, 11 estudantes apontam que não sabem.

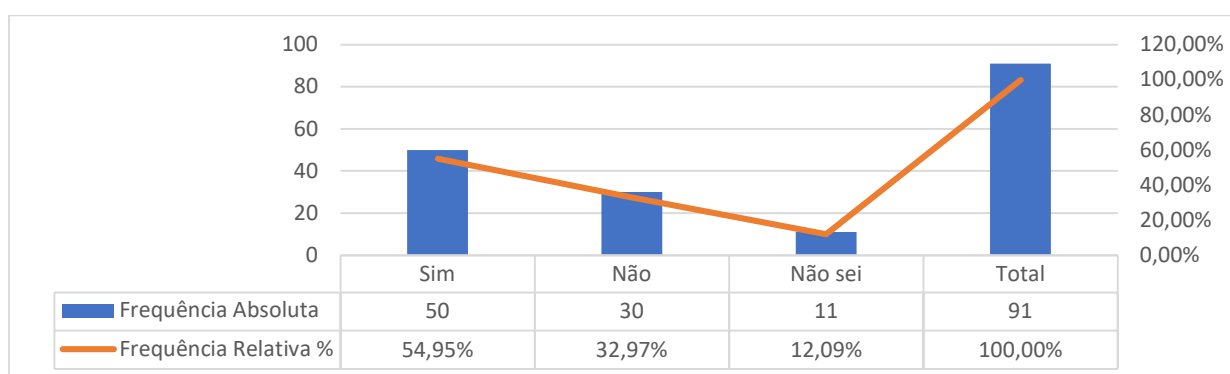


Fig. 35 - Concordância acerca da bolsa de estudo atribuída.

### Opinião acerca do valor de bolsa atribuída

Em relação à opinião dos inquiridos acerca do valor de bolsa concedida, colocamos duas respostas à disposição no sentido de percebermos se o valor de bolsa atribuída apenas correspondia ao pagamento das propinas cabendo as restantes despesas ao agregado familiar suportar ou se o valor atribuído era suficiente para todas as despesas respeitantes à frequência deste nível de ensino.

Em resposta a esta questão 55 inquiridos referem que o valor de bolsa atribuído não é suficiente para fazer face a todas as despesas, apenas recebem o valor para pagar as propinas e as restantes despesas são remetidas ao seu agregado familiar, por outro lado 36 inquiridos mencionam que o valor de bolsa é o bastante para suportar as despesas relativamente à frequência da universidade.

| Opinião acerca da bolsa atribuída  | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|--|---------------------|---------------------|
| Apenas cobre o valor das propinas e as restantes despesas ficam a cargo do agregado familiar | 55                  | 60,44%              |

|  |           |                |
|--|-----------|----------------|
| É suficiente para cobrir as despesas relativas à frequência do Ensino Superior | 36        | 39,56%         |
| <b>Total</b>   | <b>91</b> | <b>100,00%</b> |

Fig. 36 - Opinião acerca da bolsa de estudo atribuída.

### Apoio acrescido à bolsa de estudo

Nesta questão é nossa intenção perceber se para além da bolsa de estudo, os inquiridos, face às despesas, necessitavam de mais um apoio e qual o montante que na sua opinião seria suficiente.

Desta análise podemos constatar dos 91 inquiridos, 38 aludiram necessitar de mais 100€ mensais, em segundo 20 referem não necessitar de mais apoio, em terceiro 18 mencionam que carecem de um apoio até 150€ e 15 apontam que era necessário um apoio à bolsa superior a 150€.

| Mais um apoio à bolsa                                     | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---|---------------------|---------------------|
| Sim, necessitava de mais um apoio até 100€ mensais        | 38                  | 41,76%              |
| Sim, necessitava de mais um apoio até 150€ mensais        | 18                  | 19,78%              |
| Sim, necessitava de mais um apoio superior a 150€ mensais | 15                  | 16,48%              |
| Não   | 20                  | 21,98%              |
| <b>Total</b>  | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

Fig. 37 - Apoio acrescido à bolsa de estudo.

### Complementos à bolsa de estudo

No que se refere aos complementos à bolsa de estudo da DGES, estes podem ser complementos ao alojamento (residência universitária ou particular), transporte aéreo/marítimo e mobilidade, de acordo com o RABEEES. Na presente questão iremos abordar apenas se recebem ou não algum complemento, porém na questão imediatamente a seguir iremos apresentar quais os tipos de complementos que os estudantes recebem.

Quanto aos complementos à bolsa de estudo, 86 inquiridos referem que não recebem e apenas 5 responderam que sim.

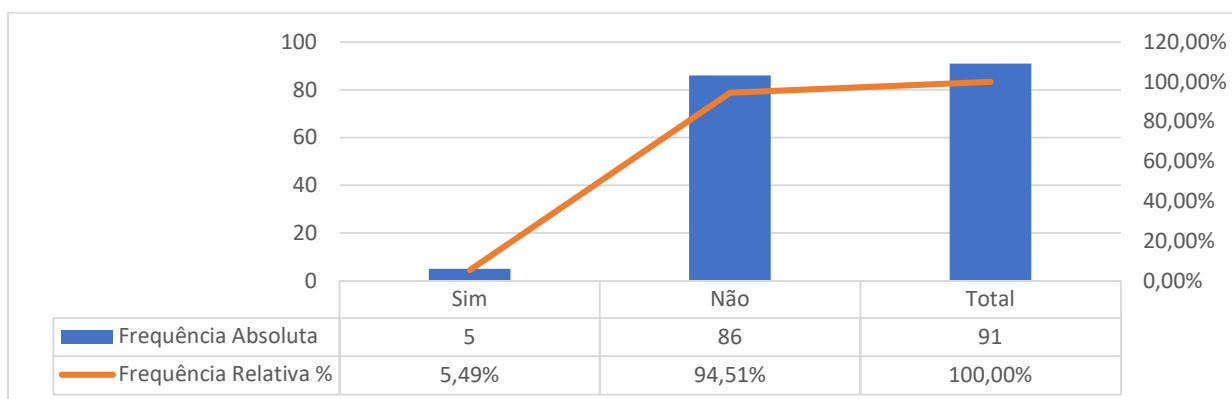


Fig. 38 - Complementos à bolsa de estudo

### Tipos de Complementos atribuídos

Do universo de 91 inquiridos apenas 4 referem auferir um complemento. Dos quais 2 recebem suplemento para pagamento do alojamento na residência universitária, um valor de 77,56€ e outros 2 mencionam receber um complemento de alojamento fora da residência até ao limite de 60% do IAS, ou seja, 265,92€, de acordo com os valores de referência do RABEEES.

| Complementos   | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|--|---------------------|---------------------|
| Não aplicável  | 87                  | 95,60%              |
| Complemento de alojamento na residência                    | 2                   | 2,20%               |
| Complemento de alojamento estudantes duplamente deslocados | 0                   | 0,00%               |
| Complemento de alojamento fora da residência               | 2                   | 2,20%               |
| Benefício anual de transporte (viagem aérea/marítima)      | 0                   | 0,00%               |
| Complemento para estudantes em mobilidade/Erasmus          | 0                   | 0,00%               |
| <b>Total</b>   | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

Fig. 39 - Complementos atribuídos.

### Beneficiários do estatuto NEE

De acordo com o art.º 24 do RABEEES é atribuído uma majoração de 60% ao valor de bolsa dos estudantes que apresentem um grau de incapacidade igual ou superior a 60% desde que devidamente comprovada através de atestado de incapacidade passado por uma junta médica.

Do total dos inquiridos constata-se que apenas 3 beneficiam desta majoração e 88 responderam que não são beneficiários.

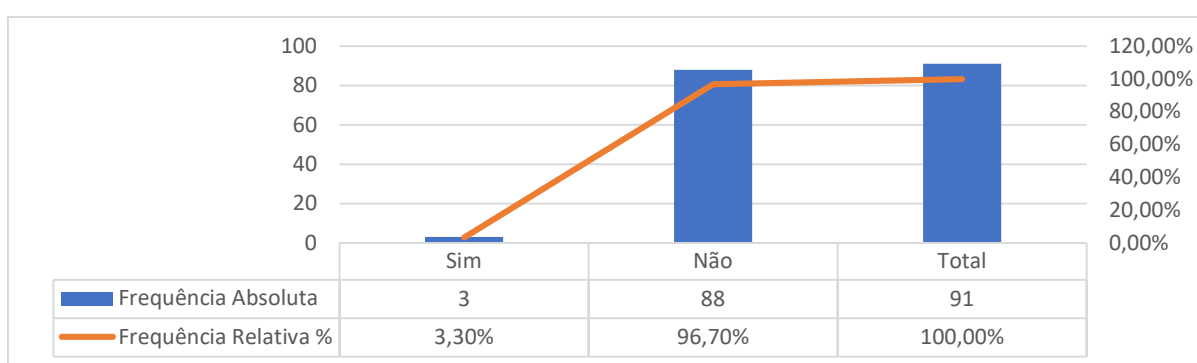


Fig. 40 - Majoração de 60% à bolsa dos estudantes com NEE.

### Auxílio de emergência

Os auxílios de emergência, de acordo o art.º 22 do RABEEES, podem ser atribuídos aos estudantes face a alterações económicas graves que possam ocorrer durante o ano letivo. Neste âmbito podemos observar que dos 91 inquiridos apenas 1 estudante assinalou que foi beneficiário deste apoio excecional.

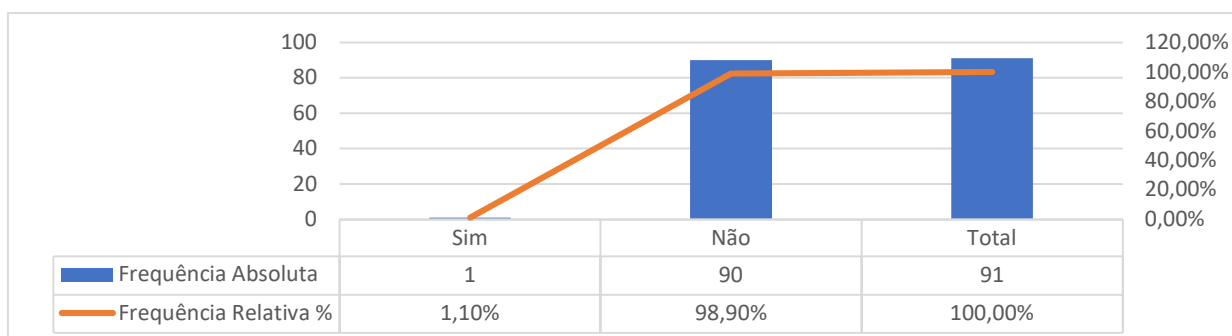


Fig. 41 - Auxílios de Emergência.

## Pedido de Alojamento na Residência Universitária

Em período de aulas os estudantes deslocados, conforme o n.º 1 do art.º 18 do RABEEES, em que face à distância entre a residência do agregado e a IES, necessitem de residir na mesma localidade em que se situa a IES, para frequentar as atividades curriculares, podem solicitar alojamento na residência universitária e auferir um complemento à bolsa de estudo para o respetivo pagamento. Neste caso verificamos que 7 estudantes solicitaram residência universitária e 84 responderam que não.

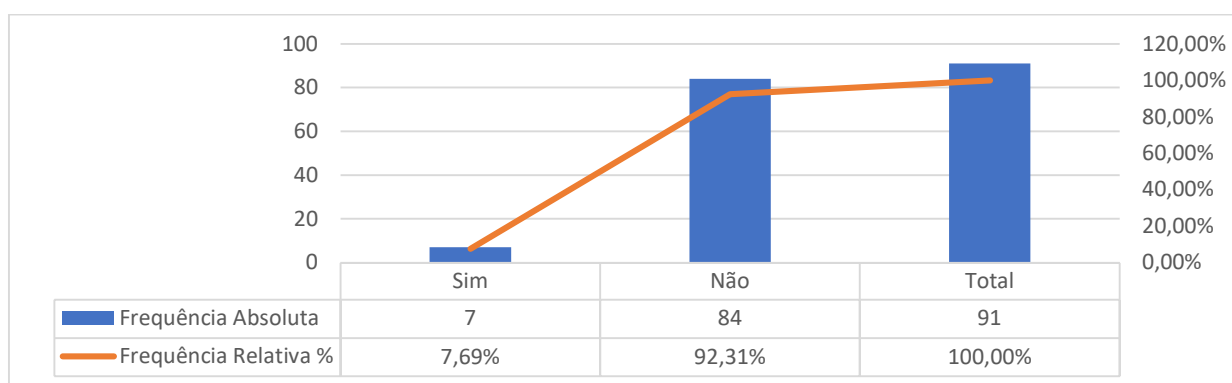


Fig. 42 - Pedido de residência universitária.

## Alojamento em período de aulas

É nosso intento nesta questão perceber em período de aulas onde os estudantes se encontram a residir.

Na nossa análise podemos observar a grande maioria, sendo 74 inquiridos, respondeu que habita na residência do agregado familiar, em segundo 7 assinalaram que residem em casa de familiares, outros 6 referem a residência universitária, 2 mencionam alojamento particular com renda e por fim 2 referem que moram em casa de amigos.

| Alojamento em período de aulas  | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|
| Residência do agregado familiar | 74                  | 81,32%              |
| Residência Universitária        | 6                   | 6,59%               |
| Alojamento particular com renda | 2                   | 2,20%               |
| Casa de familiares              | 7                   | 7,69%               |
| Casa de amigos                  | 2                   | 2,20%               |
| <b>Total</b>                    | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

Fig. 43 - Alojamento em período de aulas.

### Deslocação em tempo de aulas

Relativamente à deslocação do estudante em tempo de aulas verifica-se uma maioria na utilização de transportes públicos com 54 inquiridos, logo depois 34 referem o uso de viatura própria. Nas opções com os pais, deslocação a pé para poupar e deslocação sem recurso a transportes verifica-se apenas 1 inquirido em cada. Não houve respostas na opção da deslocação com amigos.

| Deslocação para a IES                          | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|--|---------------------|---------------------|
| Viatura própria                                | 34                  | 37,36%              |
| Transportes públicos                           | 54                  | 59,34%              |
| Com amigos                                     | 0                   | 0,00%               |
| Com os pais                                    | 1                   | 1,10%               |
| Desloco-me a pé para poupar                    | 1                   | 1,10%               |
| Desloco-me até à UMa sem recurso a transportes | 1                   | 1,10%               |
| <b>Total</b>                                   | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

Fig. 44 - Deslocação para a IES em tempo de aulas.

### Refeições Sociais

No que se refere ao consumo de refeições sociais na cantina e bares do SASUMa, 41 inquiridos referem que normalmente trazem de casa a sua refeição visto que assim gastam menos, 34 assinalam que consomem refeições nos dias em que têm aulas o dia todo, 8 referem que consomem refeições todos os dias, 6 indicam que consomem em estabelecimentos circundantes à instituição e apenas 2 responderam que se deslocam a casa para realizarem as suas refeições.

| Refeições Sociais   | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---|---------------------|---------------------|
| Não, normalmente trago de casa a refeição, considerando que gasto menos | 41                  | 45,05%              |
| Apenas nos dias em que tenho aulas o dia todo                           | 34                  | 37,36%              |

|  |    |         |
|--|----|---------|
| Normalmente desloco-me a casa                          | 2  | 2,20%   |
| Consumo em estabelecimentos circundantes à Instituição | 6  | 6,59%   |
| Todos os dias  | 8  | 8,79%   |
| <b>Total</b>   | 91 | 100,00% |

Fig. 45 - Consumo de refeições sociais.

### Conhecimento acerca da candidatura à bolsa da DGES

Quanto ao conhecimento dos inquiridos acerca da candidatura à bolsa de estudo da DGES verifica-se um empate relativamente ao número de inquiridos, sendo 22, em que referem que tomaram conhecimento relativamente à candidatura à bolsa da DGES durante a frequência no ensino secundário e no site da DGES aquando da candidatura ao ensino superior. Logo depois com 14 respostas, os inquiridos referem ter tido conhecimento através de colegas, 13 apontam os familiares, 7 referem aquando da matrícula na instituição e outros 7 assinalaram a opção outro e 2 referem no site dos SASUMa e igualmente 2 indicam presencialmente nos SASUMa.

| Conhecimento Bolsa DGES                                    | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|--|---------------------|---------------------|
| Durante a frequência no ensino secundário                  | 22                  | 24,18%              |
| No site da DGES, aquando da candidatura ao ensino superior | 22                  | 24,18%              |
| No site dos SASUMa   | 2                   | 2,20%               |
| Presencialmente nos SASUMa                                 | 2                   | 2,20%               |
| Colegas  | 14                  | 15,38%              |
| Docentes   | 2                   | 2,20%               |
| Aquando da matrícula na instituição                        | 7                   | 7,69%               |
| Familiares   | 13                  | 14,29%              |
| Outro  | 7                   | 7,69%               |
| <b>Total</b>   | 91                  | 100,00%             |

Fig. 46 - Conhecimento da candidatura à bolsa da DGES.

## Conhecimento acerca do RABEEES

Nesta questão pretendemos perceber qual o conhecimento dos inquiridos relativamente ao RABEEES, sendo este o Despacho 9619-A/2022, que regula as políticas a executar bem como regula os apoios sociais a aplicar aos estudantes candidatos à bolsa da DGES.

Assim neste sentido apuramos que 47 dos inquiridos tem conhecimento deste despacho, porém 44 referem não ter conhecimento.

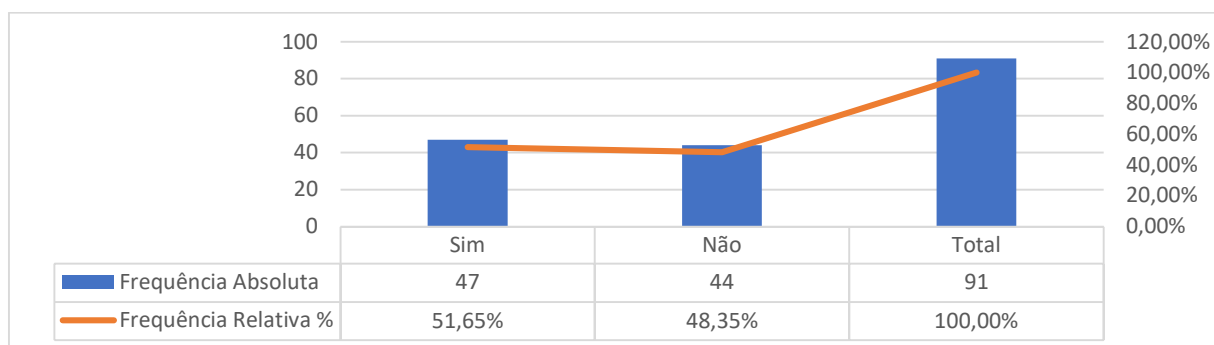


Fig. 47 - Conhecimento do RABEEES.

## Dúvidas e esclarecimentos acerca dos apoios sociais

No quadro abaixo podemos constatar que a maioria dos inquiridos aquando da necessidade de esclarecimentos e dúvidas relativamente a apoios sociais, a maioria, nomeadamente 50, recorre principalmente aos SASUMa, 22 referem a DGES, 7 indicam a UMa bem como 7 também assinalam a opção outro e por fim 5 assinalam as redes sociais.

| Dúvidas e Esclarecimentos                             | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---|---------------------|---------------------|
| Aos SASUMa presencialmente, por email ou por telefone | 50                  | 54,95%              |
| Redes Sociais   | 5                   | 5,49%               |
| DGES  | 22                  | 24,18%              |
| UMa   | 7                   | 7,69%               |
| Outro   | 7                   | 7,69%               |
| <b>Total</b>  | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

Fig. 48 - Dúvidas e esclarecimentos acerca dos apoios sociais.

## Outras bolsas e/ou apoios de outras entidades

São várias as entidades públicas e privadas, nomeadamente Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, entre outras, que promovem o ensino superior atribuindo bolsas de estudo para apoiar os estudantes com mais dificuldades financeiras evitando o abandono escolar e garantindo que estes prosseguem os estudos para a obtenção do sucesso escolar.

Quando questionados acerca do recebimento de outras bolsas e ou apoios de outras entidades para além da bolsa da DGES, 68 inquiridos indicaram que sim e 23 responderam que não.

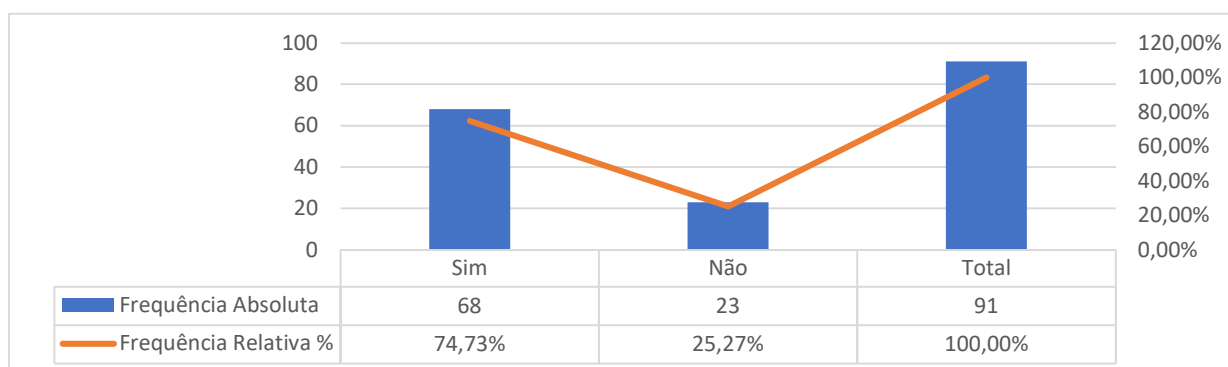


Fig. 49 - Outras bolsas e/ou apoios de outras entidades.

## Apoios no Ensino Secundário

À questão se os estudantes receberam apoios enquanto frequentavam o ensino secundário foi respondido por 58 que não e 33 afirmaram que sim.

Podemos constatar então que a maioria dos estudantes não reuniam condições para serem beneficiários dos apoios sociais enquanto frequentavam o ensino secundário, porém no ensino superior passaram a ser apoiados pela bolsa da DGES, verificando-se assim que os critérios de elegibilidade no ensino superior abrange um maior número de estudantes com direito a apoios.

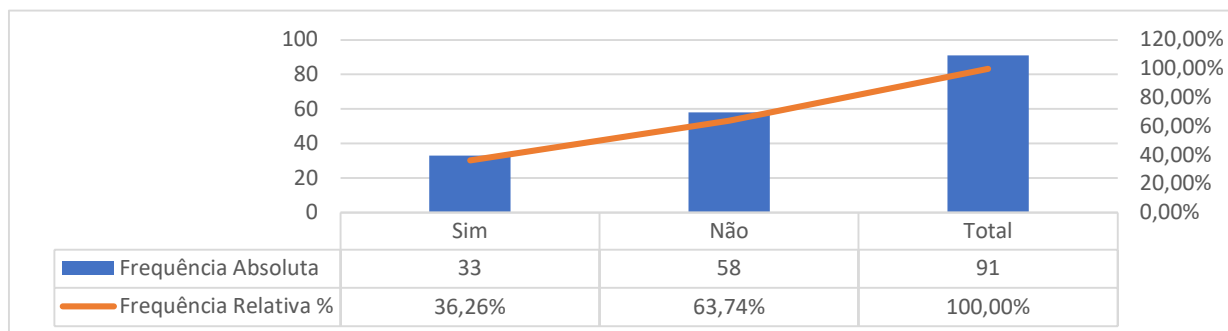


Fig. 50 - Apoios no Ensino Secundário.

## Gratuidade do Ensino Superior

Frequentar o ensino superior é sinónimo de pagamento de propinas por parte dos estudantes. Neste âmbito foi proposto aos estudantes assinalarem qual a sua opinião acerca desta temática.

Do total dos inquiridos, 62,64% concordam que o ensino superior deveria ser gratuito, no entanto mantendo os apoios sociais aos estudantes mais carenciados, 14,29% discorda considerando que há famílias com rendimentos suficientes para pagar as propinas, 13,19% dos inquiridos refere que o sistema atual é o mais adequado e, ainda, 9,89% não sabem.

| Gratuidade do Ensino Superior  | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|--|---------------------|---------------------|
| Discordo, considerando que há famílias com condições financeiras suficientes para pagar o valor das propinas e os custos associados à frequência | 13                  | 14,29%              |
| Concordo que o ensino superior deveria ser gratuito a todos os estudantes porém mantendo os apoios sociais aos estudantes mais carenciados       | 57                  | 62,64%              |
| O sistema atual é o mais adequado  | 12                  | 13,19%              |
| Não sei  | 9                   | 9,89%               |
| <b>Total</b>   | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

Fig. 51 – Gratuidade do Ensino Superior.

## Avaliação da divulgação dos apoios sociais

No presente inquérito colocamos uma questão, de acordo com a escala de Likert, de forma a obter a avaliação dos estudantes bolsheiros acerca da divulgação de informação acerca dos apoios sociais do ensino superior realizada pela DGES, IES e escolas.

Constatamos nesta questão que 34 inquiridos revelam que é suficiente, 26 referem que é insuficiente, 22 indicaram bom, 3 assinalaram muito insuficiente e por fim 3 mencionaram muito bom. Aferimos assim que a divulgação, de acordo com os dados, é satisfatória.

| Avaliação da divulgação da informação | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Muito insuficiente                    | 6                   | 6,59%               |
| Insuficiente                          | 26                  | 28,57%              |
| Suficiente                            | 34                  | 37,36%              |
| Bom                                   | 22                  | 24,18%              |
| Muito Bom                             | 3                   | 3,30%               |
| <b>Total</b>                          | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

Fig. 52 - Avaliação da divulgação da informação pela DGES, IES e escolas.

### Influência do conhecimento da Bolsa da DGES no acesso ao Ensino Superior

Constata-se a importância que o conhecimento da bolsa da DGES teve para os estudantes aquando da decisão de aceder ao ensino superior tanto que se verifica um total de 63 inquiridos que responderam que sim e que de outra forma não reuniam condições financeiras para continuar os seus estudos. Apuramos ainda que 21 referem que mesmo sem apoio teriam continuado os estudos e 7 indicam que não sabem se continuariam ou não os seus estudos no ensino superior.

| Acesso ao ensino superior   | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---|---------------------|---------------------|
| Sim, porque se não tivesse o apoio da Ação Social não teria condições financeiras para ingressar e continuar os estudos | 63                  | 69,23%              |
| Não, porque mesmo sem apoios teria continuado os estudos no ensino superior   | 21                  | 23,08%              |
| Não sei   | 7                   | 7,69%               |
| <b>Total</b>  | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

Fig. 53 - Influência do conhecimento da bolsa de estudo no acesso ao ensino superior.

### Motivo para ingressar no Ensino Superior

Colocadas várias opções verifica-se que a satisfação pessoal e realização profissional foi a escolha com maior incidência com 40 inquiridos, logo depois a formação ao longo da vida e acesso mais fácil ao emprego foi indicado por 19 inquiridos

em cada uma delas, 12 referem a opção da remuneração e 1 inquirido indica que o motivo de frequentar o ensino superior foi pela segurança.

| Motivo para ingressar no ensino superior     | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|--|---------------------|---------------------|
| Formação ao longo da vida                    | 19                  | 20,88%              |
| Acesso mais fácil ao emprego                 | 19                  | 20,88%              |
| Remuneração                                  | 12                  | 13,19%              |
| Satisfação pessoal e realização profissional | 40                  | 43,96%              |
| Segurança                                    | 1                   | 1,10%               |
| <b>Total</b>                                 | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

Fig. 54 - Motivos para ingressar no ensino superior.

### Qual a importância de frequentar o Ensino Superior

Com maioria, 54 inquiridos referem que a relevância de frequentar o ensino superior é oferecer maior possibilidade de empregabilidade, rendimentos superiores proporcionando mais qualidade de vida no futuro, 10 inquiridos optaram por especialização e oportunidade de aprendizagens mais práticas e igualmente 10 inquiridos referem que através do ensino superior adquirem competências técnicas para um mercado de trabalho mais exigente e competitivo. Logo depois 7 indicaram a participação ativa, desenvolvimento do pensamento crítico e cidadania, continuamente com 6 assinalaram a importância deste nível de ensino para desenvolver novas habilidades, aumento da confiança e a autoestima e por último 4 apontaram que o ensino superior promove o empoderamento, igualdade e competências sociais. Importa referir que nesta questão não houve inquiridos que assinalaram duas opções, sendo a promoção da investigação e da tecnologia e educação global com experiências interculturais.

| Importância de frequentar o ensino superior   | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---|---------------------|---------------------|
| Empoderamento, igualdade e competências Sociais   | 4                   | 4,40%               |
| Maior possibilidade de empregabilidade, rendimentos superiores e mais qualidade de vida no futuro | 54                  | 59,34%              |

|   |           |                |
|---|-----------|----------------|
| Especialização e oportunidade de aprendizagens mais práticas                      | 10        | 10,99%         |
| Participação ativa, desenvolvimento do pensamento crítico e cidadania             | 7         | 7,69%          |
| Desenvolver novas habilidades, aumento da confiança e autoestima                  | 6         | 6,59%          |
| Promoção da investigação e da tecnologia  | 0         | 0,00%          |
| Adquirir competências técnicas para um mercado de trabalho cada vez mais exigente | 10        | 10,99%         |
| Educação Global com experiências interculturais                                   | 0         | 0,00%          |
| <b>Total</b>  | <b>91</b> | <b>100,00%</b> |

Fig. 55 - Qual a importância de frequentar o ensino superior.

### Ocupação no caso de não ter continuado os estudos no Ensino Superior

Nesta questão é nossa intenção saber qual a ocupação atualmente, no caso dos inquiridos não tivessem continuado os estudos neste nível de ensino, pelo que 69 inquiridos indicaram que estariam a trabalhar por conta de outrem, em segundo 12 referiram que teriam emigrado, 4 estariam a trabalhar por conta própria tal como 4 também referem que estariam desempregados e 2 apontam a opção de outro.

| Se não tivesse ingressado no ensino superior | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|--|---------------------|---------------------|
| A trabalhar por conta de outrem              | 69                  | 75,82%              |
| A trabalhar por conta própria                | 4                   | 4,40%               |
| Desempregado (a)                             | 4                   | 4,40%               |
| Emigrante                                    | 12                  | 13,19%              |
| Outro  | 2                   | 2,20%               |
| <b>Total</b>                                 | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

Fig. 56 - Ocupação no caso de não ter continuado os estudos no ensino superior.

### Após a conclusão do curso

Após a conclusão do curso foram diversas as respostas obtidas tendo em conta as opções propostas, pelo que 38 inquiridos assinalaram que pretendem continuar os estudos em Portugal. Em segundo 23 indicaram que após a conclusão do curso pretendem trabalhar em Portugal, em terceiro 13 responderam que ainda não sabem, ou seja, estão indecisos acerca do futuro, em quarto mencionam que pretendem realizar intercâmbio com o objetivo de obter novas experiências de natureza pessoal e profissional, em quinto 4 estudantes referem que pretendem emigrar e por fim 3 apontam que têm a intenção de continuar os estudos em outro país.

| Após a conclusão do curso   | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---|---------------------|---------------------|
| Continuar os estudos em Portugal  | 38                  | 41,76%              |
| Continuar os estudos em outro País  | 3                   | 3,30%               |
| Realizar Intercâmbio para a obtenção de novas experiências pessoais e profissionais | 10                  | 10,99%              |
| Trabalhar em Portugal   | 23                  | 25,27%              |
| Emigrar   | 4                   | 4,40%               |
| Não sei   | 13                  | 14,29%              |
| <b>Total</b>  | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

Fig. 57 - Após a conclusão do curso.

### Desistência de frequentar o Ensino Superior

Frequentar o ensino superior leva a que haja uma adaptação a este nível de ensino por parte dos estudantes, tanto a nível académico, financeiro, familiar e pessoal. Esta questão proposta é pertinente no sentido de perceber quais os motivos que levam os estudantes a desistir do curso ou a refletir por tal opção.

Constatamos que 33 inquiridos, sendo a maioria, referem que não pensaram em desistir, em segundo 16 mencionam que sim devido à dificuldade na adaptação a este nível de ensino, 13 indicam que já pensaram em desistir por motivos financeiros e outros 13 por razões pessoais.

A incompatibilidade de horários por serem trabalhadores-estudantes é apontado por 8 inquiridos, 7 referem não terem pensado em desistir, mas já pensaram em mudar de

curso, 1 indica a opção de outro e por fim nenhum dos bolsеiros inquiridos assinalou a opção não, mas pretende mudar de curso.

| Desistência de frequentar o ensino superior                             | Frequência Absoluta | Frequência Relativa |
|---|---------------------|---------------------|
| Sim, por motivos financeiros  | 13                  | 14,29%              |
| Sim, por razões pessoais  | 13                  | 14,29%              |
| Sim, por dificuldade na adaptação a este nível de ensino                | 16                  | 17,58%              |
| Sim, por incompatibilidade de horários, sendo trabalhador (a) estudante | 8                   | 8,79%               |
| Não   | 33                  | 36,26%              |
| Não, mas já pensei em mudar de curso                                    | 7                   | 7,69%               |
| Não, mas pretendo mudar de curso  | 0                   | 0,00%               |
| Outro   | 1                   | 1,10%               |
| <b>Total</b>  | <b>91</b>           | <b>100,00%</b>      |

*Fig. 58 - Desistência de frequentar o ensino superior.*

### **O esforço pessoal e financeiro de frequentar o Ensino Superior no Futuro irá proporcionar mais qualidade de vida.**

Frequentar o ensino superior requer um esforço pessoal e financeiro por parte dos estudantes. A nossa questão pretende saber se os inquiridos concordam ou não, que possuir um curso superior irá proporcionar no futuro mais qualidade de vida a nível pessoal, profissional e social.

Apuramos assim um total de 55 inquiridos que indicaram que sim, que obter um curso superior irá trazer benefícios oferecendo mais qualidade de vida no futuro e que o esforço irá valer a pena. Entretanto 31 referem que talvez, ou seja, ainda não têm a certeza dos benefícios que terão no futuro face ao esforço pessoal e financeiro. Apenas 5 apontam que não, na medida que o esforço realizado agora na obtenção de um curso superior não irá proporcionar mais qualidade de vida.

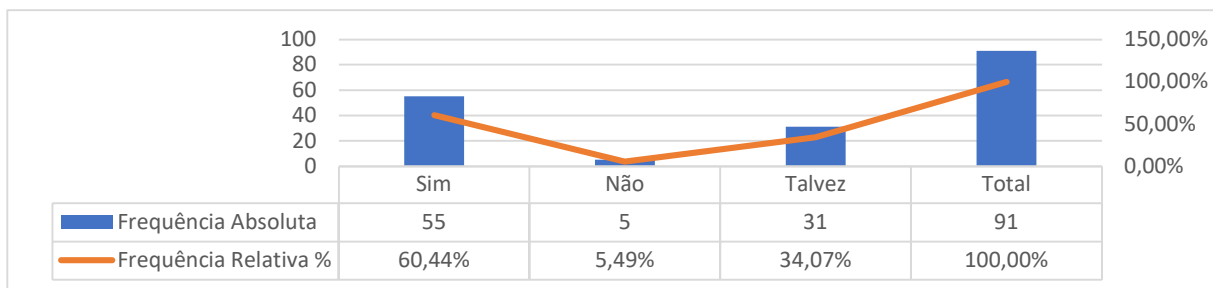


Fig. 59 - O esforço pessoal e financeiro de frequentar o Ensino Superior no Futuro irá proporcionar mais qualidade de vida no futuro.

### A Ação Social promove a igualdade de oportunidades, equidade e justiça social

Esta questão vem fechar o inquérito e através da qual pretendemos saber a opinião dos inquiridos, sendo esta uma questão de reflexão após o preenchimento das questões atrás enunciadas.

Para 45 inquiridos a Ação Social promove a igualdade de oportunidades a equidade e justiça social, tendo respondido que sim, embora 27 indicaram que não e 19 referiram que não sabem.

Concluimos assim que cerca de metade (49,5%) dos inquiridos concorda que a Ação Social promove a igualdade de oportunidades, equidade e justiça social aos estudantes do ensino superior.

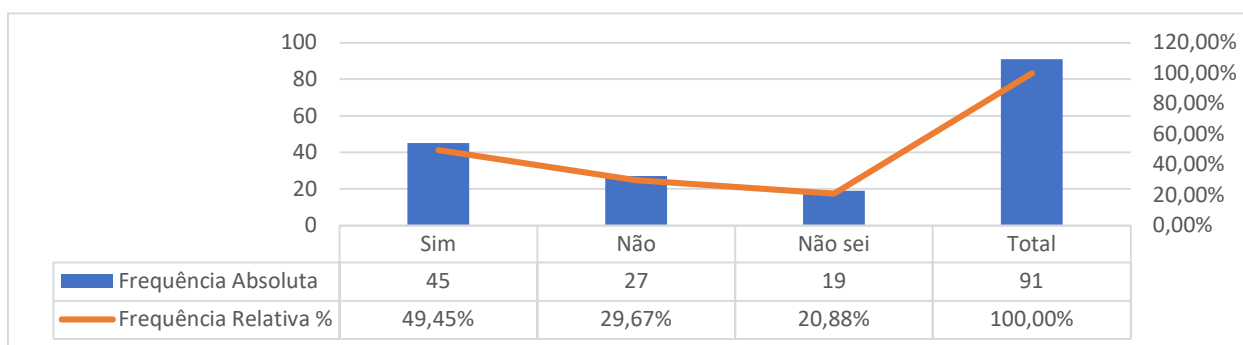


Fig. 60 - A Ação Social promove a igualdade de oportunidades, equidade e justiça social.

### 10.4 Análise e Triangulação dos dados

Realizada a apresentação e análise dos dados recolhidos através dos diversos instrumentos e técnicas de recolha de dados, nomeadamente a entrevista e o inquérito por questionário bem como a revisão literária, procedemos então à análise e triangulação dos

mesmos, considerando a questão do estudo e os objetivos, de forma a obter as respostas que pretendemos.

### **Entrevista aplicada à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa**

Para a nossa investigação foi essencial realizar uma entrevista à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa, desempenhando funções neste cargo há seis anos.

No seu entender o ensino superior desempenha um papel crucial na formação dos indivíduos de uma sociedade para que se tornem responsáveis e produtivos, através do conhecimento científico obtido e de acordo com o relatório *Education at a Glance 2022* nas duas últimas décadas o número de pessoas entre os 25 e os 34 anos com o ensino superior aumentou de 27% para 48%.

De acordo com Cattaneo et al. (2020) a educação primária e secundária podem gerar fatores positivos para a sociedade promovendo junto dos jovens melhores comportamentos e evitando atividades criminosas, consumo de drogas, entre outras, no entanto a educação superior pode promover efeitos colossais para o desenvolvimento de setores de alta tecnologia produzindo um maior crescimento económico bem como referem também os efeitos fundamentais na melhoria da produtividade. Embora mencionem que o ensino superior é uma bênção mista promovendo a igualdade de oportunidades, incentiva à mobilidade ascendente educacional e económica, colabora para a génese do conhecimento tal como para o crescimento económico dos países e que por sua vez contribui para níveis mais elevados relativamente à saúde e à satisfação com a vida pessoal. Porém referem que, em contrapartida o ensino superior pode ser uma ferramenta para a proliferação das elites e dependendo do sistema educacional existente, o ensino superior pode atenuar ou fortalecer as desigualdades sociais, económicas e educacionais.

A Vice-Reitora refere que a Universidade da Madeira tem a responsabilidade de preparar os estudantes para a cidadania ativa e o empreendedorismo. “**O ensino superior** permite **aceder ao conhecimento** existente, mas também à **inovação** e ao **empreendedorismo**, e proporciona ferramentas que incentivam a que o estudante seja atento, autónomo, **saiba viver em sociedade e nela participe.**”

Refere ainda a importância da UMA para a nossa região “A região não se desenvolve só com a universidade, mas a **Universidade da Madeira tem um papel fundamental no desenvolvimento da região.**” Menciona ainda que “Muitas pessoas sem a **Universidade da Madeira** poderiam não ter a sua **formação superior.**”

No que se refere à escolha da IES por parte dos estudantes aponta vários fatores, nomeadamente o contingente local, por questões financeiras e os valores de bolsa atribuídos serem insuficientes face às despesas que os estudantes teriam no caso de frequentarem o ensino fora da sua região de residência. Aponta também “Em alguns casos **os pais ou a família prefere a zona de residência** por serem muito **novinhos.**”

Quanto às estratégias para a promoção e dinamização do ensino superior e dos apoios sociais refere que são diversas. Começa por mencionar que é importante deslocar-se às escolas, promover visitas à UMA para conhecerem o espaço, participar em feiras, divulgar *on-line* e nos diversos portais, a distribuição de *flyers* a nível regional, nacional e internacionais apontando “**A divulgação faz-se nas escolas, na UMA, na página, por email, os próprios Serviços de Ação Social contactam os estudantes por email (...).**”

Na motivação para a continuidade dos estudos a Vice-Reitora apresenta uma abordagem positiva referindo a importância de transmitir aos estudantes as suas capacidades e competências para continuarem os seus estudos, em que refere “**Incentivamos os alunos a estudarem** e tentamos fazer-lhes ver que é uma **mais valia prosseguir os estudos**, que é muito **mais fácil ter um emprego com uma formação superior** do que não a tendo. Expõe ainda “(...) com poucas habilitações em princípio terá um emprego mais precário e menos remunerado.” mas de uma forma realista também menciona as dificuldades que podem surgir, no entanto apela a todos que na necessidade de apoio a UMA dispõe de vários serviços nomeadamente a Comissão de Acompanhamento aos estudantes com NEE, o Serviço de Psicologia, os Serviços de Ação Social, o Gabinete de Apoio ao Estudante tal como bolsas para os estudantes sejam carenciados bem como de mérito, entre outros.

A UMA tem a função de desenvolver competências para uma melhor inserção no mercado de trabalho pelo que a entrevistada destaca a relevância do estudante poder participar nas atividades académicas bem como a interação com os colegas. De acordo com a Vice-Reitora “É importante que o estudante **cultive a socialização (...)** esteja **atento às informações que circulam (...)** eventos que ocorrem, que muitas vezes **são multidisciplinares ou que são transversais e que contribuem para a boa formação**

**integral.**” E dá como exemplos a Associação Académica, o Polo de Emprego, entre outros.

Na opinião da Vice-Reitora, a Ação Social “(...) **é uma ferramenta fundamental para os estudantes, sobretudo permite que os mais carenciados possam ter acesso à sua formação superior.**” bem como “É esse apoio que **vai permitir que esses estudantes possam estar em condições de ter a sua formação superior em igualdade de circunstâncias com os outros estudantes.**” pelo que podemos assim constatar a importância que a Ação Social representa para a continuidade dos estudos dos estudantes com baixos rendimentos. Embora mencione ainda que face às despesas e a conjuntura atual o valor de bolsa atribuído em alguns casos é insuficiente e indica que são os pais que têm de contribuir com as restantes despesas pelo que sugere que o Estado deve refletir nesta questão e apoiar mais os estudantes com subsídios à alimentação e transportes gratuitos. E refere ainda a importância dos apoios atribuídos por entidades públicas e particulares aos estudantes não enquadráveis no RABEEES através do Fundo de Apoio de Emergência.

Refere ainda que a UMa, em termos estatísticos, apresenta a maior percentagem na análise e conclusão de candidaturas e por conseguinte os estudantes recebem mais cedo as bolsas de estudo.

Quanto à bolsa mínima, no caso 872€, menciona que é insuficiente para fazer face às despesas pelo que pode levar ao abandono. De acordo com a entrevistada “Se o aluno tem dificuldades financeiras **este valor é muito pouco para aplicar na alimentação, nos transportes, no vestuário, material didático** pelo que provavelmente esta situação também **conduz a abandonos do ensino superior.**”

Segundo a Vice-Reitora a Ação Social, é muito importante para os estudantes com carências económicas, considerando que estes apoios são para muitos a única forma de frequentar o ensino superior contribuindo para uma sociedade com mais formação e qualificações para o mercado de trabalho. “**Os alunos de famílias muito carenciadas não tinham outra forma de estudar, é a única oportunidade que têm para prosseguir estudos** e temos estudantes que frequentam o ensino superior **porque têm estes apoios.**” Refere ainda que “A Ação Social **tem um papel regulador** e de apoio no sentido de **permitir que todos tenham acesso à educação e à formação** e que deste modo possam ter possibilidades de **contribuir para o desenvolvimento da sociedade como cidadãos de pleno direito.**”

Acerca da gratuidade deste nível de ensino a entrevistada refere que não é suficiente eliminar as propinas para se promover a igualdade de oportunidades e resolver os problemas dos estudantes, na sua opinião a propina deve-se manter, no entanto com valores mais acessíveis. Segundo a entrevistada “Não sei se é bom ou mau. **É errado pensar que a supressão da propina cria igualdade de oportunidades.** Não é verdade porque **não basta tirar as propinas para afirmar que os alunos estão em igualdade de circunstâncias.**”

Relativamente à opinião da Vice-Reitora, na questão se as políticas de Ação Social asseguram o acesso e a continuidade numa perspectiva de igualdade de oportunidades, afirma que face aos valores atribuídos, em alguns casos esses valores não são suficientes, no entanto afirma que no geral a Ação Social permite aos estudantes mais carenciados terem acesso a apoios que são essenciais para a continuidade dos estudos. Segundo a Vice-Reitora “No geral, a **Ação Social assegura um apoio, fundamental e imprescindível para o acesso a muitos estudantes à formação superior.**”

## **Inquérito aplicado aos estudantes bolseiros da DGES inscritos na UMa**

### **Caraterização dos estudantes e agregado familiar**

De acordo com os dados obtidos da aplicação do inquérito aos estudantes bolseiros da DGES, inscritos na UMa em 2022-23 constatou-se que a maioria dos inquiridos se encontram entre os 18 e 21 anos e é maioritariamente do sexo feminino. De acordo com o relatório *Education at a Glance 2022*, e no que diz respeito ao número de pessoas com ensino superior, constata-se que o sexo feminino apresenta uma taxa superior (53%) em relação ao masculino (41%) em 12%.

Verifica-se que o concelho de residência de onde provêm o maior número de inquiridos é o Funchal, verificando-se também que a maioria dos estudantes se encontram inscritos em licenciatura a tempo integral.

De acordo com os dados recolhidos os motivos que levaram o estudante a escolher a IES, foi o facto de esta estar localizada na região da residência do seu agregado familiar evitando assim custos acrescidos com alojamento e transporte e em segundo a condição financeira do agregado familiar, constatando assim que a situação financeira do agregado familiar é um indicador de influência na escolha da instituição.

Relativamente ao agregado familiar dos estudantes inquiridos verifica-se uma maior incidência em agregados familiares nucleares e monoparentais.

Quanto à escolaridade dos pais constatamos que em ambas as situações predomina nível básico e secundário. Nesta abordagem verifica-se que o pai é o elemento que apresenta menores qualificações, sendo até ao 9.º ano. Especificamente, apenas 2% dos pais possuem um diploma de ensino superior, enquanto um número significativamente maior (8,79%) das mães frequentou o ensino superior. Pode-se observar neste cenário que a mãe possui um nível de escolaridade superior ao do pai.

No que diz respeito à atividade profissional dos pais constata-se que a larga maioria se encontra a desempenhar funções no setor terciário. Quanto à taxa de desemprego a mãe ocupa o primeiro lugar, apesar de terem mais qualificações.

No que se refere ao rendimento mensal do agregado familiar, a ponderação mais incidente recai nos valores superiores a 500€ e até 1000€ e em seguida os agregados com rendimentos superiores a 1000€ e até 2000€.

### **Despesas relativas à frequência do ensino superior**

Apresenta-se abaixo tabela com os valores com maior incidência apurados de acordo com os dados recolhidos relativamente às despesas dos estudantes bolseiros. Na nossa análise os valores das despesas são ainda muito significativos considerando os rendimentos no ponto anterior constatando-se assim que a maioria dos estudantes que frequentam o ensino superior o fazem com o apoio financeiro da família.

| <b>Despesas</b>            | <b>Valor mensal</b> | <b>Frequência relativa</b> |
|----------------------------|---------------------|----------------------------|
| Alojamento                 | < 100€              | 4,40%                      |
| Outras despesas Alojamento | >120€               | 10,99%                     |
| Transporte                 | >20 – 40€           | 34,07%                     |
| Alimentação                | < 100€              | 64,44%                     |
| Material didático          | < 20€               | 42,86%                     |
| Outras despesas            | < 50€               | 38,46%                     |

*Fig. 61 - Resumo de despesas com maior incidência.*

### **Bolsa da DGES e Complementos**

Da nossa análise constatamos que o maior número de inquiridos (34,07%) recebe de bolsa anual o valor compreendido entre 436 e até 872€, pelo que observando a tabela

das despesas representada na fig. 60, verifica-se que neste caso os valores de bolsa são insuficientes face às despesas.

Em contraste à questão anterior, 54,95% dos estudantes referem que concordam com o valor de bolsa.

No entanto questionados acerca da necessidade de mais um apoio à bolsa 41,76% dos bolseiros referem necessitar de mais um apoio, que poderá ir até 100€.

Relativamente aos complementos à bolsa, apenas 5,49% referem receber um complemento, relativo ao alojamento na residência e fora da residência.

Os estudantes com NEE, 3,30% referem beneficiar deste valor, bem como 1,10% mencionam ter sido apoiados com o auxílio de emergência face a alterações graves ocorridas durante o ano letivo.

Face à distância entre a residência do agregado e a IES verificou-se que apenas 7,69% dos inquiridos solicitou pedido de alojamento na residência, porém desta percentagem apenas 6,59% encontram-se alojados na residência.

A deslocação dos estudantes para a IES é principalmente realizada através de transportes públicos, segundo 59,34% e seguidamente 37,36% mencionam que se deslocam com viatura própria.

No que se refere às refeições 45,07% dos inquiridos indicam que preferem trazer a sua refeição de casa, tendo em conta os gastos, e 37,36% assinalam que apenas usam os serviços da cantina aquando da necessidade de frequentar as aulas o dia todo.

### **Conhecimento dos estudantes acerca dos apoios sociais**

Na questão acerca do conhecimento dos inquiridos acerca da candidatura da bolsa de estudo para estudantes do ensino superior verificou-se em duas respostas a mesma percentagem de 24,18%, sendo que assinalaram que obtiveram conhecimento durante a frequência do ensino superior e no site da DGES aquando da candidatura ao ensino superior constatando assim, que estas duas instituições se constituem como as principais fontes de transmissão de divulgação acerca da bolsa de estudo para os estudantes do ensino superior.

Questionados acerca do conhecimento acerca dos apoios sociais dos estudantes do ensino superior, através do RABEEES, 51, 65% responderam ter conhecimento deste documento e 48,35% referem desconhecer.

Quando os estudantes bolseiros têm dúvidas recorrem aos SASUMa (54,95%), merecendo assim estes serviços a confiança dos estudantes.

De forma a evitar o abandono e as dificuldades financeiras das famílias, várias instituições atribuem bolsas de estudo/apoios, pelo que 74,73% dos inquiridos referem que recebem apoios e 24,27% mencionam que não.

Quanto aos apoios sociais anteriores, no ensino secundário, constatou-se que 63,47% dos inquiridos não auferiram de apoios sociais e apenas 36,26% obtiveram apoios, verificando-se assim que há um alargamento dos apoios aos estudantes no ensino superior em relação ao ensino obrigatório devendo-se também aos custos inerentes à frequência deste nível de ensino.

Frequentar o ensino superior é sinónimo de pagamento de propinas por parte dos estudantes pelo que obtivemos uma maioria dos inquiridos, 62,64%, que indicam que o ensino superior deveria ser gratuito, porém mantendo os apoios aos estudantes mais carenciados. No relatório *Education at a Glance (2022)* é mencionado que as propinas são valores pagos pelos estudantes às IES de forma a suportar a sua instrução, e que estas são uma fonte de receita essencial da instituição, face às despesas administrativas. Refere ainda que, na maioria dos países, o Estado contribui com a maior parte dos custos embora o valor de propina seja variável de acordo com o país, bem como refere ainda que o Estado propõe limites aos valores de propinas a cobrar a cada estudante e que esta varia conforme o ciclo de estudo em que este se encontra inscrito.

Acerca da divulgação de informação acerca dos apoios sociais do ensino superior realizada pela DGES, IES e escolas, 37,36% dos estudantes avaliaram-na como suficiente.

### **Benefícios de frequentar o ensino superior.**

Na decisão de frequentar o ensino superior 69,23% dos inquiridos referem a importância dos apoios sociais tendo em conta que de outra forma não teriam as condições financeiras para tal.

A satisfação pessoal e realização profissional foi o principal motivo para ingressar no ensino superior de acordo com 43,96% dos inquiridos.

Maior possibilidade de empregabilidade, rendimentos superiores e mais qualidade de vida no futuro foi a opção mais escolhida com 59,34% dos inquiridos.

No caso de não frequentarem o ensino superior, 75,82% dos inquiridos referem que estariam a trabalhar por conta de outrem.

Após a conclusão do curso verificou-se que 41,76% dos estudantes indicam que pretendem continuar os estudos em Portugal.

No sentido de compreender quais os motivos que levam os estudantes a desistir do curso ou a refletir por tal opção, obtivemos 36,26% dos estudantes em que indicam que não pensaram em desistir, porém 17,58% referem que já pensaram em desistir por sentirem dificuldades na adaptação neste nível de ensino.

Frequentar o ensino superior requer um esforço pessoal e financeiro por parte dos estudantes. A nossa questão pretende saber se os inquiridos concordam ou não, que possuir um curso superior irá proporcionar no futuro mais qualidade de vida a nível pessoal, profissional e social pelo que constatamos que 60,44% concordam, contudo nesta matéria 34,07% dos inquiridos mencionam que talvez, deixando em aberto as baixas perspetivas relativamente ao futuro.

Na última questão 49,45% dos inquiridos referem que a Ação Social promove a igualdade de oportunidades, a equidade e a justiça social. De acordo com o *Education at a Glance* (2022) um bom planeamento dos recursos pode ajudar a alcançar as metas propostas pelas políticas educacionais bem como atingir a equidade e inclusão nos sistemas de educação superior.

## **11 Conclusões**

Desde a sua criação a Ação Social apresenta-se como um mecanismo essencial resultante das políticas sociais e educacionais, implementadas pelo Estado, cujo objetivo é fomentar a igualdade de oportunidades, a equidade e a justiça social no âmbito do ensino superior possibilitando o acesso e assegurar a frequência bem como ao sucesso académico dos estudantes provenientes de agregados familiares designados como carenciados e que sem estes apoios seriam excluídos do sistema de ensino superior. Por conseguinte estariam impedidos de concretizar as suas aspirações pessoais e profissionais dado que este nível de ensino oferece aos indivíduos mais oportunidades e benefícios. Proporcionar a igualdade de oportunidades é contribuir para um país com um capital humano mais qualificado e participativo.

De acordo com Cattaneo et al. (2020) o número de estudantes nas últimas duas décadas aumentou significativamente considerando a mudança de políticas sociais mais adequadas criando mais oportunidades e equidade às classes mais desfavorecidas.

A democracia estabeleceu-se em Portugal em 1974 e com esta verificou-se uma abertura de todos os cidadãos ao direito à educação. Nestas circunstâncias foi necessário adequar medidas para que as famílias que se encontram nos grupos com rendimentos mais baixos pudessem ter as mesmas oportunidades de aceder ao ensino pelo que ao longo destas últimas quatro décadas tem-se verificado um esforço por parte do Estado em criar ferramentas de forma a promover a inclusão e equidade. No âmbito do ensino superior primeiramente foram criados os Serviços Sociais e mais tarde os Serviços de Ação Social.

Os Serviços de Ação Social desempenham um papel fundamental para a comunidade académica. Estes serviços têm o propósito de promover a literacia acerca dos apoios sociais junto dos estudantes, bem como contribuir para a sua integração como também o acompanhamento ao longo do seu percurso académico, e procurando diminuir as disparidades económicas no meio académico para permitir ao estudante obter o sucesso académico condignamente para que no futuro este possa se sentir realizado a título pessoal, profissional e social.

Para o presente estudo foram propostos três objetivos específicos, designadamente

- 1.º - Analisar o conhecimento dos candidatos ao ensino superior sobre os apoios sociais disponíveis;
- 2.º- Interpretar a adequação dos apoios atribuídos pela Ação Social face às despesas inerentes à frequência no ensino superior;
- 3.º - Descrever os benefícios dos estudantes sujeitos aos apoios sociais na obtenção de um curso superior.

Assim de acordo com os objetivos referidos no ponto anterior chegamos às seguintes conclusões:

Relativamente ao primeiro objetivo iniciamos com uma abordagem ao perfil do estudante bolseiro inscrito na UMA. Constatamos assim que a maioria dos estudantes bolseiros inquiridos apresentam idades compreendidas entre os 18 e 21 anos, em que se verifica que a nossa universidade apresenta uma população jovem, sendo maioritariamente do sexo feminino e com residência na RAM, com maior incidência no concelho do Funchal. A maior percentagem de inquiridos encontra-se inscrito em licenciatura e em tempo integral.

No que se refere à escolha da instituição constatamos que os estudantes escolhem a IES por estar localizada na região de residência e tendo em conta os rendimentos do agregado familiar e os custos associados aos transportes e ao alojamento que teriam para se deslocarem para outra região.

São oriundos maioritariamente de agregados familiares designado por nuclear, isto é, vivem em comunhão de bens e rendimentos com os pais e eventualmente com irmãos.

Os pais apresentam sobretudo o nível de escolaridade básico e secundário, ainda que se verifique que o pai é o elemento que apresenta o nível de escolaridade mais baixo. No que se refere ao ensino superior a mãe em relação ao pai apresenta uma maior percentagem de frequência ou de conclusão, embora se verifique que apesar da mãe ter maiores níveis de educação a taxa de desemprego no género feminino é superior.

No que diz respeito à situação profissional dos pais constatou-se que a maioria se encontra a realizar a sua atividade no setor terciário, que se refere ao comércio e prestação de serviços.

O rendimento mensal dos agregados familiares encontra-se entre os 500€ e os 1000€. Face a estes rendimentos, torna-se difícil que um agregado familiar possa dispensar parte do seu rendimento para permitir aos seus filhos frequentar o ensino superior sem os apoios da Ação Social.

Em resposta ao nosso primeiro objetivo em que se pretende analisar qual o conhecimento dos estudantes referente aos apoios no âmbito da Ação Social do Ensino Superior, verificámos que adquiriram este saber sobretudo durante a frequência no ensino secundário bem como na fase do preenchimento da candidatura ao ensino superior no site da DGES.

No que se refere à avaliação da dinamização da informação, os estudantes indicaram como suficiente, contudo deve haver uma preocupação das entidades para prosseguir nos mesmos moldes, porém desenvolvendo mais e melhores estratégias para fazer chegar a informação a todos os estudantes com dificuldades financeiras.

Acerca do conhecimento relativamente ao documento que regula a atribuição de apoios, adiante designado de RABEEES, cerca de metade dos estudantes que participaram na investigação referem ter conhecimento, porém a outra metade diz desconhecer, pelo que aquando da dinamização da informação seria importante a apresentação deste documento de forma a que o estudante juntamente com a sua família possam consultar e analisar mais profundamente o tipo de apoios que podem ter direito face à sua situação.

Constatámos ainda que os estudantes aquando da necessidade de esclarecimentos e/ou dúvidas recorrem principalmente aos SASUMa verificando-se assim a importância destes serviços para a literacia no que se refere aos apoios sociais.

Neste ponto sugerimos uma abordagem mais direta com os estudantes de primeiro ano em sala de aula, visto que em alguns casos estes não acedem ao ensino superior pelo regime normal, sobretudo os estudantes que concorreram através do concurso para maiores de 23 anos, pelos CTeSP bem como mestrados e que face às suas condições financeiras poderão ter direito à bolsa e por desconhecimento não apresentam a sua candidatura o que pode levar à desistência.

Relativamente ao segundo objetivo era nossa intenção perceber se os apoios atribuídos pela Ação Social são adequados às despesas.

Primeiramente constatámos que cerca de metade dos estudantes bolseiros inquiridos não receberam apoios durante a frequência do ensino secundário.

No que se refere aos apoios atribuídos pela Ação Social verifica-se que não são suficientes para fazer face às despesas embora, em alguns casos, os estudantes, bem como a Vice-reitora indicam que o valor de bolsa é suficiente para os custos inerentes à frequência do ensino superior.

Verificou-se que a maioria dos estudantes recebem anualmente 872€, sendo este o valor de bolsa mínima, que distribuído por dez meses perfaz 87,20€. Ora este valor permite apenas pagar o valor da propina, no caso 69,70€, ficando apenas 17,50€ que se pressupõe que seja o suficiente para pagar o passe mensal, embora apenas no caso dos estudantes que residem no concelho do Funchal, pelo que os estudantes residentes em outros concelhos têm um valor superior tornando o valor de bolsa mínima insuficiente.

Acerca do valor de bolsa atribuído notamos que a maioria dos estudantes concorda com o valor de bolsa concedida, contudo alguns responderam que não e outros referem que não sabem. Neste seguimento os estudantes que concordam, pressupõe-se que sejam os estudantes que recebem bolsa acima do valor mínimo e conseguem pagar todas as despesas. Relativamente aos que indicam que não, supostamente refere-se aos estudantes que recebem bolsa mínima e torna-se insuficiente para permitir pagar todas as despesas. Aos estudantes que não sabem presumimos que não têm noção dos custos pois são os pais que se responsabilizam pelo pagamento de todas as despesas.

Face ao ponto anterior apuramos que a maioria dos estudantes indica que o valor de bolsa apenas cobre uma parte da despesa e que os pais têm de contribuir nos restantes custos.

Face aos custos constatamos que seria necessário mais um apoio à bolsa até 100€ para apoiar nas despesas.

Considerando que a maioria dos estudantes inquiridos reside no concelho do Funchal foi apurado uma percentagem residual de estudantes que recebem complementos à bolsa, designadamente complemento de alojamento.

Os estudantes com NEE, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, receberam uma majoração de 60% ao valor de bolsa. Esta medida torna-se essencial para o apoio ao estudante nos custos, tendo em conta as suas necessidades, tal como serve de motivação aos estudantes e familiares para a continuação dos estudos no ensino superior e assim adquirirem mais competências, bem como, promover a inclusão e melhor integração no mercado de trabalho e na sociedade.

Face a alterações económicas graves que possam ocorrer durante o ano letivo verificou-se que foi atribuído a um estudante o auxílio de emergência. Estes auxílios têm como objetivo apoiar casos em que tenha ocorrido alguma situação de extrema dificuldade quer para o estudante quer para a sua família, nomeadamente em casos de incêndios, catástrofes ou em caso da necessidade de um apoio para material didático, entre outras situações.

No início do ano letivo verifica-se uma maior procura por alojamento por parte dos estudantes deslocados. No caso dos estudantes que solicitaram alojamento e tenham obtido vaga na residência universitária, estes recebem um complemento para pagar a residência, ficando assim com um custo zero relativamente ao alojamento. Aqueles que não conseguiram vaga recebem um apoio para ajudar no pagamento da renda até ao limite permitido pela Lei em vigor. Neste caso aconselha-se aos estudantes deslocados que efetuem sempre o requerimento de pedido de alojamento na residência pois caso não haja vaga o estudante mediante a entrega de recibo eletrónico recebe um complemento para apoiar no pagamento da renda, de acordo com o art.º 19 do RABEEES.

Tendo em conta os dados referidos no ponto anterior verifica-se que os estudantes têm várias opções relativamente à morada em tempo de aulas, e não exclusivamente a residência universitária, onde se constata que a maioria dos estudantes permanece na sua residência familiar, em casa de familiares, na residência universitária, seguidamente em alojamento particular e em casa de amigos.

No caso dos estudantes que em tempo de aulas residem nas opções indicadas no ponto anterior, com exceção dos estudantes que recebem apoio da Ação Social para pagar o alojamento, têm um custo que vai desde os 100€ e em alguns casos pode ser superior a 300€. Para além da renda apresentam outras despesas, nomeadamente água, eletricidade,

gás, etc., que não se encontram associados no valor da renda, pelo que os valores apurados podem superar os 120€.

No que se refere à deslocação do estudante para a IES notámos que a maioria utiliza principalmente os transportes públicos e seguidamente por viatura própria. Apurámos neste caso que a maioria tem um custo entre os 20€ e os 40€, em alguns casos referiram abaixo dos 20€, contudo em alguns casos é superior a 80€. Deste modo o valor de bolsa mínima atribuída e o custo do valor do passe pago pela maioria é insuficiente para os custos com o transporte.

A alimentação é outra despesa que os estudantes têm de ter em conta durante o período de aulas. Constata-se que para evitar muitos custos, a maioria dos estudantes prefere confeccionar a refeição em casa, ou então apenas consome nos dias em que têm aulas o dia todo. Esta despesa tem um custo mensal inferior a 100€, contudo há casos em que pode ultrapassar os 150€.

Para além das despesas referidas nos pontos anteriores constatou-se ainda as despesas com material didático em que a maioria indica um valor mensal inferior a 20€, porém podem ultrapassar os 75€ em algumas situações. Referente a outras despesas não incluídas nos pontos anteriores verificou-se ainda um custo mensal até 50€.

Face às despesas atrás enunciadas, tal como as dificuldades financeiras dos agregados familiares, existem instituições públicas e privadas que concedem apoios, e no que se refere a estes, notámos que mais de metade dos estudantes recebem outros apoios para além da bolsa de estudo da Ação Social, sendo uma fração fundamental para auxiliar o estudante face aos custos atrás referenciados.

Concluimos ainda que a maioria menciona que o ensino superior deveria ser gratuito a todos os estudantes, contudo, face às dificuldades financeiras do agregado familiar, deve-se manter os apoios tendo em conta as despesas intrínsecas à frequência deste nível de ensino.

Assim podemos concluir que neste objetivo os estudantes que recebem bolsa acima do valor mínimo conseguem assumir a totalidade ou grande parte das despesas, dependendo do valor de bolsa. Porém quem recebe a bolsa mínima, fica muito aquém para pagar as despesas inerentes à frequência do ensino superior. Constatamos ainda a relevância do estudante receber mais um apoio à bolsa de estudo no valor de 100€, sendo este valor mais adequado face às despesas que se constatou no presente estudo. Este apoio teria como objetivo não sobrecarregar financeiramente os agregados familiares tendo em conta a atual crise financeira que está a decorrer no mundo, consequência da Guerra na

Ucrânia. As famílias sentem-se oprimidas financeiramente o que pode levar a que os estudantes possam desistir de frequentar o ensino superior tendo em conta o esforço financeiro.

No que diz respeito ao terceiro e último objetivo, ou seja, analisar os benefícios dos estudantes sujeitos aos apoios sociais na obtenção de um curso superior pudemos constatar que o conhecimento acerca dos apoios sociais no ensino superior influenciou a continuação dos estudos, pois de contrário não seria possível o ingresso neste nível de ensino.

Habitualmente os estudantes bolsiros da DGES são oriundos de agregados familiares com dificuldades financeiras, cujos pais encontram-se afetos a trabalhos temporários e baixos rendimentos, bem como a dificuldade de obter trabalho fixo ou em situação de desemprego.

Tendo em conta a realidade familiar, o principal motivo apontado para ingressarem no ensino superior deve-se à satisfação pessoal e realização profissional, acesso mais fácil ao emprego, formação ao longo da vida e mais remuneração, tal como a especialização e oportunidade de aprendizagens mais práticas, bem como adquirir competências técnicas para um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

No que se refere à importância de frequentar o ensino superior verificamos uma maior possibilidade de empregabilidade, rendimentos superiores e mais qualidade de vida no futuro, ou seja, os estudantes refletem sobre a sua realidade familiar e pretendem melhorar a sua condição de vida no futuro.

No caso em que não tivessem continuado os estudos neste nível de ensino a maioria refere que estariam a trabalhar por conta de outrem, emigrado ou estariam desempregados.

Apostando na formação ao longo da vida, verificou-se que a maioria dos estudantes após a conclusão do curso pretende continuar os estudos em Portugal, outros pretendem iniciar a sua vida profissional no país, ou realizar intercâmbio para a obtenção de novas experiências pessoais e profissionais e em alguns casos não sabem ainda qual a sua pretensão acerca do futuro.

O ensino superior é visto como a chave para desbloquear o acesso a melhores oportunidades de emprego e maiores rendimentos pelo que se constatou que a maioria dos estudantes indica que nunca pensou em desistir.

No entanto, tendo em conta os muitos benefícios do ensino superior, temos conhecimento de estudantes que desistem antes de terminarem o curso. No nosso estudo

obtivemos a indicação que já pensaram em desistir por motivos relacionados com a adaptação a este nível de ensino por não conseguirem acompanhar e alcançar o aproveitamento necessário, por razões financeiras considerando os custos inerentes à sua frequência e os baixos rendimentos do agregado familiar, bem como de natureza pessoal. Cabe assim às instituições envolventes, nomeadamente as IES, os Serviços de Ação Social tal como instituições particulares e/ou públicas, criar estratégias para dar resposta estes desafios.

A obtenção de um curso superior é frequentemente vista como o caminho para o sucesso em que oferece aos indivíduos mais oportunidades de trabalho, progressões de carreira, contribui para o crescimento pessoal bem como para a sociedade de um país. Os benefícios de frequentar o ensino superior são numerosos pelo que vale o esforço pessoal e financeiro. No entanto em alguns casos os estudantes não têm a certeza. Face à atual crise financeira é normal os indivíduos se questionarem acerca dos benefícios em frequentar o ensino superior tendo em conta as despesas, porém os pais têm consciência de que no futuro os seus filhos terão melhores oportunidades valendo a pena os desafios que têm de superar.

A educação superior tem a particularidade de capacitar os indivíduos para tomarem decisões, bem como melhorarem as competências de comunicação e interpessoais e por fim proporciona oportunidades para o desenvolvimento pessoal e profissional que no futuro irá oferecer mais qualidade de vida em geral do indivíduo.

Quanto à questão de a Ação Social promover a igualdade, equidade e justiça social apuramos maioritariamente a concordância. A Ação Social é um elemento positivo e essencial para a maioria dos estudantes com carências económicas que frequenta o ensino superior, sendo que esta permite o acesso, a continuidade e o sucesso escolar. Possibilita ao estudante reunir as condições financeiras para realizar o seu percurso condignamente que de outra forma não seria possível, tendo em conta que vivemos numa sociedade em que as diferenças de rendimentos são desiguais.

Ainda sobre a questão da equidade no nosso estudo verificamos que na elaboração das normas a DGES, que se refere ao RABEEES, coloca estudantes com um nível superior de rendimentos, designadamente 8962,05€ (limite de rendimento *per capita* para poder ser bolsheiro em 2021-22), no mesmo patamar que estudantes com cerca de metade dos rendimentos, sendo 4826,91€, em que ambos recebem bolsa mínima de modo que na nossa opinião, e neste caso, este sistema não promove a equidade entre os estudantes com

uma grande diferença de rendimentos, pelo que estes valores deveriam de ser repensados de forma a serem mais adequados.

Sem estes apoios o ensino superior, além de elitista, seria uma casa pobre em cultura e criatividade pois o acesso a este nível de ensino de todas as classes permite o acesso ao conhecimento, não só científico, mas também em experiências, nas relações pessoais, no crescimento pessoal, intercâmbios, maior participação e envolve uma construção mais completa para a formação integral do individuo que queremos para a nossa sociedade.

Concluimos ainda que a Ação Social desempenha um papel fundamental em proporcionar aos estudantes, com carências económicas, a igualdade de oportunidades em relação aos seus pares, equidade relativamente aos apoios que são atribuídos a cada estudante e tem como objetivo promover a justiça social, embora se constate que cerca de metade dos estudantes bolsiros da UMa não recebem o suficiente para os custos necessários à frequência do ensino superior apelando assim a um esforço financeiros por parte dos seus educandos. Na nossa opinião a bolsa de estudo com o valor mínimo é ainda insuficiente e que seria adequado aumentar este valor face às despesas que apresentamos no nosso estudo. Importa referir que como menciona a Vice-Reitora que a gratuidade deste nível de ensino não resolve o esforço financeiro em que constatou a existência de outros custos associados à frequência do ensino superior.

Importa ainda aludir que durante a nossa revisão da literatura apurámos que no que se refere ao alojamento, desde o estabelecimento da primeira Universidade em Portugal, nos finais do século XIII em Lisboa, já se verificava, como no contexto atual, a falta de alojamento para os estudantes universitários, bem como se constatou os primeiros indícios da Ação Social em que eram concedidos apoios pelo Rei e pela Igreja, permitindo assim que os estudantes com carências financeiras pudessem prosseguir os seus estudos, embora como refere Carvalho (1996) o objetivo não seria promover a igualdade de oportunidades, a equidade e justiça social mas sim eram escolhidos tendo em conta outros fatores nomeadamente parentes, amigos, entre outros, mencionando ainda que este nível de ensino era apenas frequentado por estudantes cujas famílias apresentavam recursos financeiros suficientes para fazer face aos custos.

Refletindo acerca deste último ponto podemos constatar que o problema do alojamento já se arrasta há alguns séculos e o estado ainda não conseguiu dar uma resposta capaz de resolver esta situação, embora se verifique a construção de residências universitárias, a oferta ainda não é suficiente.

Para finalizar contatamos ainda que os valores transferidos anualmente, relativamente a bolsas e complementos, para os estudantes bolseiros, são um contributo positivo para a economia não só da UMa, mas também para a RAM.

### **Limitações**

A principal limitação sentida no decorrer da presente investigação ocorreu aquando da aplicação dos inquéritos. Foi necessário insistir semanalmente enviando email aos estudantes bem como solicitar junto dos professores para a sensibilização dos estudantes para responderem ao inquérito.

Outra limitação que sentimos foi a uma diversidade extensa de conceitos relacionados com a liderança bem como os instrumentos de avaliação do tipo de liderança que seria possível integrar neste estudo e desta forma serem analisadas outras perspetivas de liderança. Contudo conseguimos apurar o tipo de liderança que a nossa entrevistada apresenta e que afeta positivamente a cultura organizacional da UMa.

Por fim verificamos que são poucos os estudos realizados em Portugal acerca da temática da Ação Social do Ensino Superior bem como a inexistência de estudos realizados na UMa acerca desta temática.

### **Investigações futuras**

No nosso entender seria interessante realizar no futuro estudos no âmbito da Ação Social bem como sobre o Ensino Superior na Universidade da Madeira fazendo por incluir todos os estudantes, bolseiros e não bolseiros, bem como aos estudantes que já concluíram os seus estudos no sentido de aprofundar os conhecimentos acerca das suas motivações, necessidades e dificuldades, enquanto estudantes e/ou indivíduos já formados e integrados no mercado de trabalho.

## 11 Referências

- Almeida, L. S. & Vasconcelos, R. (2008). Ensino Superior em Portugal: Décadas de profundas Exigências e Transformações. *Revista Innovación Educativa*, n.º 18, 2008 pp.23-24. <http://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/26572/1/6.3.15.pdf>
- APA. (2020). *Manual para a realização de citações em texto e referências bibliográficas*. (7.ª Edição) Universidade de Aveiro.
- Arroteia, J. C. (1996). *Ensino Superior em Portugal*. Universidade de Aveiro.
- Avólio, B. J. (2004). *Leadership Development in Balance*. Made Borne. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers Mahwah.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Edições 70, Lda.
- Barroso, J. (1995). Para uma Abordagem Teórica da Reforma da Administração Escolar: A Distinção entre “Direção” e “Gestão”. *Revista Portuguesa de Educação*, 8 (I), 33-56. Universidade do Minho. [https://www.researchgate.net/publication/317047899\\_BARROSO\\_Joao\\_1995\\_Para\\_um\\_a\\_abordagem\\_teorica\\_da\\_reforma\\_da\\_administracao\\_escolar\\_a\\_distincao\\_entre\\_direccao\\_e\\_gestao\\_In\\_Revista\\_Portuguesa\\_de\\_Educacao\\_Universidade\\_do\\_Minho\\_8\\_1\\_pp\\_33-56](https://www.researchgate.net/publication/317047899_BARROSO_Joao_1995_Para_um_a_abordagem_teorica_da_reforma_da_administracao_escolar_a_distincao_entre_direccao_e_gestao_In_Revista_Portuguesa_de_Educacao_Universidade_do_Minho_8_1_pp_33-56)
- Bass, B. M. (1985). *Leadership and performance beyond expectations*. The Free Press.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projeto de Investigação*. Gradiva – Publicações, Lda.
- Beneficiário PRR. (2023). Portal de informação sobre vários temas de gestão dos recursos públicos do Estado Português. <https://transparencia.gov.pt/pt/fundos-europeus/prr/beneficiarios-projetos/beneficiario/680041982/>
- Bennis, W. Spreitzer, G.M. & Cummings, T. G. Editores (2007). *As chaves da Liderança. Os pensadores mais brilhantes de hoje escrevem para os diretores de amanhã*. Editora: Planeta DeAgostini, SA.
- Bento, A. V. (2008). Estilos de liderança dos líderes escolares da Região Autónoma da Madeira. In Costa, J., Neto-Mendes, A. & Ventura, A. (Org.). *Atas do V Simpósio sobre Organização e Gestão Escolar - Trabalho Docente e Organizações Educativas*. (145-157). <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/55>
- Bento, A. V. & Ribeiro, M. I. (2013). *A Liderança Escolar a três Dimensões: Diretores, Professores e Alunos*. Coleção Ideias em Prática.
- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto Editora
- Bolívar, A. (2012). *Melhorar os processos e os resultados educativos: O que nos ensina a investigação*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Burns, J.M. (1978). *Leadership*. New York. Harper & Row.

Carapeto, C. & Fonseca, F. (2006). *Administração pública – Modernização, Qualidade e Inovação*. Lisboa: Edições Sílabo.

Carvalho, R. (1996). *A História do Ensino Superior em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Castanheira, P. & Costa, J. A. (2007). Lideranças transformacional, transaccional e “laissez-faire”: Um estudo exploratório sobre os gestores escolares com base no MLQ. In J. M. Sousa & C. N. Fino (Orgs.). *A Escola sob Suspeita* (pp. 141-154). Porto: Edições ASA.

Castro, A. M. D. A., Seixas, A. M., & Neto, A. C. (2010). Políticas educativas em contextos globalizados: a expansão do ensino superior em Portugal e no Brasil. *Revista Portuguesa De Pedagogia*, (44-1), p. 37-61. [https://doi.org/10.14195/1647-8614\\_44-1\\_2](https://doi.org/10.14195/1647-8614_44-1_2).

Cattaneo, M., Civera, A., Meoli, M. & Paleari, S. (2020), “Analisando políticas para aumentar a população de graduados: as propinas são importantes?”, *European Journal of Higher Education*, Vol. 10/1, pp. 10-27, <https://doi.org/10.1080/21568235.2019.1694422>.

Cerdeira, M. L. M. (2008). *Financiamento do Ensino Superior Português: A partilha de custos*. [Tese de Doutoramento]. Universidade de Lisboa. [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/973/1/17269\\_TeseLuisaCerdeira2Abril2009.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/973/1/17269_TeseLuisaCerdeira2Abril2009.pdf)

Chiavenato, I. (2000). *Administração nos novos tempos*. (6ª Edição) Editora Campus Ltda.

Chiavenato, I. (2003). *Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7.ª Edição. Elsevier

Chiavenato, I. (2005). *Gerenciando com as Pessoas: Transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas*. Elsevier.

Costa, J. A. (1996). *Imagens Organizacionais da Escola*. Edições ASA.

Constituição da República Portuguesa, 10 de abril de 1976. Diário da República n.º 86/1976, Série I. <https://data.dre.pt/eli/decapconst/1976/p/cons/20050812/pt/html>. Acedido a 24-05-2022.

Cunha, M. P. E., Rego, A., Cunha, R., & Cabral-Cardoso, C. (2007). *Manual de comportamento organizacional e gestão*. (6.ª ed.) Editora RH.

Declaração de Retificação n.º 696/2021. do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 13 de outubro de 2021. Diário da República n.º 199/2021, Série II <https://dre.pt/dre/detalhe/declaracao-retificacao/696-2021-172737884>.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em <https://dre.pt/dre/geral/legislacao-relevante/declaracao-universal-direitos-humanos>.

Decreto-Lei n.º 18717, Ministério da Instrução Pública - Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1930). Aprova o Estatuto da Instrução Universitária, 2 de agosto de 1930. Diário da República n.º 178 Série I. <https://dre.pt/dre/detalhe/diario-republica/178-1930-24745>

Decreto-Lei 64/2006 Ministério da Educação e Ciência. 21 de março de 2006. Regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos. Diário da República n.º 57/2006, Série I-A. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/64/2006/p/cons/20160913/pt/html>

Decreto-Lei n.º 74/2006 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 24 de março de 2006). Aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto nos artigos 13.º a 15.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto (estabelece as bases do financiamento do ensino superior) Diário da República n.º 60/2006, Série I-A. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/74/2006/03/24/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 129/93 do Ministério da Educação. 22 de abril de 1993. Estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior. Diário da República n.º 94/1993, Série I-A. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/129/1993/04/22/p/dre/pt/html>.

Decreto Lei n.º 204/2009 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 31 de agosto de 2009. Procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril, que estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior Diário da República n.º 168/2009, Série I. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/204/2009/08/31/p/dre/pt/html>.

Decreto Lei n.º 319-A/88 do Ministério da Educação. 13 de setembro de 1988. Cria a Universidade da Madeira. Diário da República n.º 212/1988, 1.º Suplemento, Série I. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/319-a-1988-507642>

Decreto Lei n.º 664/76 do Ministério da Educação e Investigação Científica - Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica. 4 de agosto de 1976. Cria o Instituto Universitário da Madeira. Diário da República n.º 181/1976, Série I. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/664-1976-429788>.

Decreto Regulamentar n.º 20/2012 do Ministério da Educação e Ciência. 7 de fevereiro de 2012. Aprova a orgânica da Direção-Geral do Ensino Superior. Diário da República n.º 27, Série I, <https://data.dre.pt/eli/decregul/20/2012/02/07/p/dre/pt/html>.

Decreto-Lei n.º 29-B/2021 da Presidência do Conselho de Ministros. 4 de maio de 2021. Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência. Diário da República n.º 86/2021, Série I. <https://files.dre.pt/1s/2021/05/08601/0000200008.pdf>

DGES. (2022). *O Ensino Superior em Números*. <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/ensino-superior-em-numeros?plid=371>.

DGES. (2022). *Informação Estatística - Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior*. <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/informacao-estatistica-bolsas-de-estudo-para-estudantes-do-ensino-superior?plid=373>.

Denzin, N.K., Lincoln, Y.S., (1994). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks (CA). Sage Publications.

Despacho n.º 9619-A/2022 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (4 de agosto de 2022). Altera o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior. Diário da República n.º 150/2022, 1.º Suplemento, Série II. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/9276-a-2021-171672330>

Despacho n.º 14161/2022 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 9 de dezembro de 2022. Determina o procedimento de atribuição de apoios sociais no ensino superior aos estudantes beneficiários de proteção temporária. Diário da República n.º 236/2022, Série II. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/14161-2022-204502006>

Despacho n.º 14162/2022 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 9 de dezembro de 2022. Determina o reforço extraordinário das bolsas de ação social, e respetivos complementos, atribuídas aos estudantes de ensino superior. Diário da República n.º 236/2022, Série II. [https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/14162-2022-204502007?\\_ts=1672847888881](https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/14162-2022-204502007?_ts=1672847888881)

Despacho n.º 3163/2023 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. 9 de março de 2023. Define o processo de atribuição do apoio extraordinário ao alojamento a estudantes do ensino superior que sejam beneficiários de abono de família até ao 3.º escalão. Diário da República n.º 49, Série II. <https://files.dre.pt/2s/2023/03/049000000/0008200084.pdf>

Dias, M. I. C. (1994). O Inquérito por Questionário: Problemas Teóricos e Metodológicos Gerais. Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/104265/2/193141.pdf>

Dias, O., Sardinha, B. & Pereira, R. (2014). *Ação Social no Ensino Superior: um caso de estudo no Instituto Politécnico de Setúbal*. 4ª Conferência Forges. Luanda. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/10262?mode=full>

Dooley, L. M. (2002). Case Study Research and Theory Building. *Advances in Developing Human Resources* (4), 335-354. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1523422302043007>

Drucker, P. F. (2008). *O Essencial de Drucker: Uma seleção das melhores teorias do pai da Gestão*. Atual Editora.

Education at a Glance (2021). *A Equidade na Educação na Edição 2021 de “Education at a Glance” da OCDE*. <https://www.poch.portugal2020.pt/pt-pt/Noticias/Paginas/noticia.aspx?nid=876>.

Education at a Glance (2022). *Spotlight on Tertiary Education Findings from Education at a Glance 2022*. <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>

Esteves, M. (2006). *A análise de conteúdo*. Porto Editora.

European Commission (s. d.). *Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS)*. <https://education.ec.europa.eu/pt-pt/sistema-europeu-de-transferencia-e-acumulacao-de-creditos-ects>

Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Morata

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3.<sup>a</sup> Edição. Artmed.

Ferreira, J. B., Machado, M. L. & Magalhães, A. (2009) *A Importância e a Satisfação no Ensino Superior: A Perspetiva dos Estudantes*. X Congresso. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Instituto Politécnico de Bragança. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54249/2/86337.pdf>

Fraga, N. (2014) As Lideranças e os Processos Participativos: Uma Reflexão em torno da cidadania democrática. *Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación (REICE)*, 12 (5), 151-171. <https://revistas.uam.es/index.php/reice/article/view/2833/3050>

Fragoso, A. (2004). El estudio de casos en la investigación de educación de personas adultas. In Lucio-Villegas, E. (ed.), *Investigación y Práctica en la Educación de Personas Adultas (pp. 41-60)*. Valencia: Nau Libres.

Jardim, J. & Rodrigues, E.V. (2022) *Educação Empreendedora e Cidadania: Construindo Pontes, Criando Futuro – Livro de Resumos*. Theya Editora. <http://hdl.handle.net/10400.2/12114>.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5.<sup>a</sup> Edição. Editora São Paulo.

Gomes, J. F., Fernandes, R. & Grácio, R. (1988). *História da Educação em Portugal*. Livros Horizonte.

INE (2022). *Censos 2021*. [https://www.ine.pt/scripts/db\\_censos\\_2021.html](https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html)

Jerónimo, M. J. T. G. (2010). *O papel da Acção Social na igualdade de oportunidades de acesso e frequência de estudantes do Ensino Superior: Politécnico Público português*. [Tese de Doutoramento]. Universidade de Extremadura. <http://hdl.handle.net/10400.8/353>

Jesuino, J. C. (2014). Ser Professor não é Fácil. *Revista Educação em Questão*. Vol. 49, num.35 mayo-agosto, 2014, pp. 29-48. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. Brasil.

Lei n.º 37/2003 da Assembleia da República. 22 de agosto de 2003. Estabelece as bases do financiamento do ensino superior. Diário da República n.º 193/2003, Série I-A. <https://data.dre.pt/eli/lei/37/2003/08/22/p/dre/pt/html>

Lei n.º 46/86 da Assembleia da República. 14 de outubro de 1986. Regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior. Diário da República n.º 237/1986, Série I. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975>.

Lei n.º 62/2007 da Assembleia da República. 10 de setembro de 2007. Regime jurídico das instituições de ensino superior. Diário da República n.º 174/2007, Série I. <https://data.dre.pt/eli/lei/62/2007/09/10/p/dre/pt/html>

Lei n.º 75-B/2020 da Assembleia da República. 31 de dezembro de 2020. Orçamento do Estado para 2021. Diário da República n.º 253/2020, 1.º Suplemento, Série I de 2020-12-31. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/2020-152803680>

República Portuguesa. (2021). 06 de junho de 2021. *Livro Verde: Sobre o Futuro do Trabalho*. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNLQwMQMAqSscTAUAAAA%3d>

Maxwell, J. C. (2008). *O Livro de Ouro da Liderança*. Thomas Nelson Brasil.

McNeil, A. & Clemmer, J. (1988). *Como Liderar, Fator Crítico de sucesso na Gestão da Empresa*. Edições 70, Lda.

Moraes, L. F.R., Filho A. D. M. & Dias, V. D. (2003). O Paradigma Weberiano: Um Ensaio sobre a Compreensão do Sentido, a Criação de Tipos Ideais e suas Aplicações na Teoria Organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*. RAC, v. 7, n. 2, abr./jun. 57-71. <https://www.scielo.br/j/rac/a/NfWKmnLVByZ4tpfwdLwzRMn/?lang=pt>

Pedro. R. M. C. (2008). *O Estado Novo e a Ação Social no Ensino Superior*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.

Pereira, R. F. (2009). *Ação Social no Ensino Superior Português: Práticas, Estratégias e impactos Socioeconómicos*. [Tese de Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento]. Repositório Aberto. Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/7929>.

Regulamento n.º 371/2011 da Universidade da Madeira. (2011). Regulamento Interno dos Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira. Diário da República n.º 109/2011, Série II. <https://dre.pt/dre/detalhe/regulamento/371-2011-2998747>.

Regulamento Orgânico n.º 819/2021. (2021). Regulamento Orgânico da Universidade da Madeira. Diário da República n.º 170/2021, Série II. <https://dre.pt/dre/detalhe/regulamento/819-2021-170582786>

Reis, P. D. F. (2015). *O papel da administração e liderança do Gabinete do Ensino Superior da Região Autónoma da Madeira na valorização do Ensino Superior*. [Relatório de Estágio em Mestrado de Ciências da Educação – Administração Educacional] <http://hdl.handle.net/10400.13/1070>

SASUMa. (2022). Relatório de Atividades e Contas de 2021. <https://bit.ly/3GIXYoh>

SASUMa. (2022). <https://www.uma.pt/sobre/servico-apoio-estudantes/accao-social/>.

Shaffer, D. W. & Serlin, R. C. (2004). What good are statistics that don't generalize? *Educational Researcher*. vol. 33, n.º 9, pp. 14-25. [https://www.researchgate.net/publication/242547346\\_What\\_Good\\_are\\_Statistics\\_that\\_Don't\\_Generalize](https://www.researchgate.net/publication/242547346_What_Good_are_Statistics_that_Don't_Generalize)

Singer, M. G. (1990). *Human Resource Management*. Kent Publ. Company.

Sousa, A. (2005). *Investigação em educação*. Livros Horizonte.

Sousa, M. & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. Editora: PACTOR

Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Morata.

Stake, R. E. (2012). *A arte da Investigação com Estudos de Caso*. (3.ª Edição) Fundação Calouste Gulbenkian.

Yin, R. K. (2009). *Case study research: design and methods*. Thousand Oaks: Sage, 4th Edition.

Yin, R. (1993). *Applications of case study research*. CA: Sage Publishing.

Yin, R. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Bookman.

Taylor, S. J. & Bogdan, R. (1998). *Introduction to Qualitative Research Methods. A Guidebook and Resource*. Third Edition. Published by John Wiley & Sons, Inc. Canada.

Teixeira, S. (1998). *Gestão das organizações*. Editora McGraw-Hill. Lisboa.

Tuckman, B. W. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Edição Fundação Calouste Gulbenkian.

Tuckman, B. W. (2012). *Manual de Investigação em Educação* (4.ª Edição) Edição Fundação Calouste Gulbenkian.

Universidade da Madeira. (2022). *Sessão Solene Comemorativa do Dia da Universidade da Madeira 2022*. <https://www.uma.pt/noticias/sessao-solene-comemorativa-do-dia-da-universidade-da-madeira-2022/>.

Vaz, A. L. (2009). *Ação Social Escolar na Universidade de Coimbra*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Zung, A. Z. K. (1984). A Teoria da Administração Educacional: Ciência e Ideologia. *Cad. Pesq.*, São Paulo (48): 39-46, fev.84. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1411>.

## **11 Lista de Apêndices**

Apêndice 1 – Pedido de autorização para realização de investigação científica na UMa

Apêndice 2 – Declaração de Compromisso de Honra

Apêndice 3 – Consentimento Informado, Esclarecido e Livre para Participação em Estudos de Investigação

Apêndice 4 – Declaração de Consentimento do Participante

Apêndice 5 – Guião da Entrevista – Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa

Apêndice 6 – Transcrição da Entrevista

Apêndice 7 – Inquérito por Questionário Aplicado aos Alunos Bolseiros da UMa

## **Apêndice 1 – Pedido de autorização para realização de investigação científica na UMa**

Magnifico Reitor da Universidade da Madeira  
Exmo. Sr. Professor Doutor José Sílvio Moreira Fernandes  
Edifício da Reitoria – Colégio dos Jesuítas  
Rua dos Ferreiros  
9000-082 Funchal

### **Assunto: Pedido de autorização para realização de investigação científica na UMa.**

Eu, Celina Manuela de Sena Aguiar Patrício, residente na Praça das Madalenas I, Avenida da Madalena n.º 99, 9020-330 do concelho do Funchal, Técnica Superior afeta ao Gabinete de Apoio Social dos Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira SASUMa, encontra-se a realizar, no momento, o segundo ano de Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional, na Universidade da Madeira (UMa), sob a orientação do Sr. Professor Doutor Fernando Luís de Sousa Correia. Assim e no âmbito da sua dissertação de mestrado com o título **“Ação Social – Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior”** a investigadora pretende realizar um estudo de caso na UMa, com o propósito de compreender como as políticas de Ação Social asseguram o acesso e continuidade do estudante no Ensino Superior numa perspetiva de igualdade de oportunidades. Para tal, a nossa investigação envolve o recurso a entrevistas semiestruturadas baseadas num guião e ainda a aplicação de inquéritos por questionário.

Numa primeira fase pretende-se conhecer a visão da UMa relativamente à importância do Ensino Superior e do impacto da Ação Social do Ensino Superior realizando uma entrevista à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da vida da UMa. Quanto à segunda fase é nosso intento aplicar um inquérito por questionário aos alunos bolseiros da Direção Geral do Ensino Superior inscritos na UMa no presente ano letivo.

Portanto, face ao exposto, solicito a V. Exa se digne a autorizar a realização da entrevista e inquéritos, acima referidos, sendo que tais elementos são essenciais ao estudo e sem os quais não será possível a sua realização.

Com os melhores cumprimentos,

Funchal, de março de 2023

---

Manuela Patrício

## Apêndice 2 – Declaração de Compromisso de Honra



### Compromisso de honra

Eu, Celina Manuela de Sena Aguiar Patrício n.º de aluno 2003418, inscrita no segundo ano de Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional, na Universidade da Madeira (UMa), sob a orientação do Sr. Professor Doutor Fernando Luís de Sousa Correia, na qualidade de *investigadora e Orientador* do projeto **“Ação Social – Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior”**, declaramos por nossa honra que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras. Mais declaramos que, durante o estudo, serão respeitadas as recomendações constantes das normas da Comunidade Europeia, do Regulamento Geral de Proteção de Dados, das Declarações de Helsínquia, da Organização Mundial de Saúde (quando aplicável) e restante legislação em vigor no que se refere a trabalhos e/ou estudos que envolvam seres humanos e/ou dados pessoais.

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

O Orientador:

---

(Assinatura legível e manuscrita)

A Investigadora:

---

(Assinatura legível e manuscrita)

## **Apêndice 3 – Consentimento Informado, Esclarecido e Livre para Participação em Estudos de Investigação**

### **Consentimento Informado, Esclarecido e Livre para Participação em estudos de Investigação**



**Identificação do Investigador:** Celina Manuela de Sena Aguiar Patrício

**Título do estudo:** Ação Social – Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior

**Enquadramento:** O estudo enquadra-se no âmbito da Dissertação do Mestrado em Ciências da Educação - Administração Educacional, da Universidade da Madeira, Faculdade de Ciências Sociais do Departamento de Ciências da Educação

**Explicação do estudo:** O estudo tem como objetivo compreender as políticas da Ação Social na promoção do acesso e continuidade do Estudante no Ensino Superior na UMA. Analisar o conhecimento dos candidatos ao ensino superior sobre os apoios sociais disponíveis. Interpretar a adequação dos apoios atribuídos pela Ação Social face às despesas inerentes à frequência no ensino superior. Descrever os benefícios dos estudantes sujeitos aos apoios sociais na obtenção de um curso superior. Para tal, a nossa investigação envolve o recurso a entrevista semiestruturada baseada num guião e ainda a aplicação de inquéritos por questionário aos estudantes bolseiros da UMA.

Numa primeira fase pretende-se conhecer a visão da UMA relativamente à importância do Ensino Superior e do impacto da Ação Social do Ensino Superior realizando uma entrevista à Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da vida da UMA. A entrevista será agendada em local e hora de acordo com a disponibilidade da Vice-Reitora. Esta será gravada e entregue declaração de consentimento do Participante bem como o Guião de Entrevista semiestruturada, que envio em anexo. Os dados recolhidos serão destruídos após apresentação e defesa da Dissertação.

Quanto à segunda fase é nosso intento aplicar um inquérito por questionário aos alunos bolseiros da Direção Geral do Ensino Superior inscritos na UMA no presente ano letivo. A aplicação do inquérito requer o pedido à Proteção de Dados para a obtenção do email institucional, de forma que a investigadora não tenha acesso a dados pessoais sem interesse ao estudo. Importa referir que no inquérito será esclarecido que a participação é voluntária, o objetivo do estudo, o anonimato e confidencialidade das respostas e dados recolhidos. Envia-se em anexo o inquérito. Este será aplicado assim que obtivermos o parecer positivo do presente pedido.

**Condições e financiamento:** O presente estudo não tem custos.

**Anonimato e confidencialidade:** Como já referido anteriormente é garantido a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos e tem como objetivo a investigação científica.

Assinatura de quem pede consentimento: \_\_\_\_\_

Funchal, de março de 2023

## Apêndice 4 – Declaração de Consentimento do Participante



### Declaração de Consentimento do Participante

Eu,

, declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas decorram e com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Assinatura legível e manuscrita: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

## **Apêndice 5 – Guião da Entrevista – Vice-Reitora para a Área Académica e Formação ao longo da Vida da UMa**



### **Guião de Entrevista**

#### **Ação Social – Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior**

Esta entrevista é realizada no âmbito da Dissertação do Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional da Universidade da Madeira e tem como objetivo compreender como as políticas de Ação Social asseguram o acesso e continuidade do estudante no Ensino Superior numa perspetiva de igualdade de oportunidades.

Data de Entrevista: 29 03 -2023

Local: Edifício da Reitoria -Colégio dos Jesuítas

#### **Caracterização do entrevistado**

Nome: (opcional)

Habilitações Literárias:

Antiguidade no Instituto:

Unidade orgânica:

Cargo dirigente:

Antiguidade no Cargo:

1. Na sua opinião qual a importância do Ensino Superior?
2. Que importância tem a Universidade da Madeira (UMa) para a Região Autónoma

da Madeira?

3. Considera que os estudantes quando se candidatam ao Ensino Superior têm preferência pela Universidade da sua área de residência? Se sim, quais são para si os motivos que determinam essa escolha?

3.1 São desenvolvidas estratégias com o objetivo de atrair mais estudantes a frequentar o Ensino Superior, nomeadamente nacionais e internacionais? Quais?

3.2 Qual o papel que a UMa desempenha, segundo o seu ponto de vista, na motivação e continuidade de estudos dos jovens?

3.3 Qual a função que a instituição/UMa desempenha no desenvolvimento de competências profissionais, sociais e pessoais e se considera que essa função corresponde às expectativas do mercado de trabalho?

4. Qual o papel que a Ação Social desempenha junto dos estudantes do Ensino Superior? Qual é o seu público-alvo?

5. O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior tem vindo a sofrer alterações nos últimos anos, na sua opinião, estas têm se revelado adequadas à realidade socioeconómica de Portugal ou são insuficientes?

6. Na sua opinião que outros apoios poderiam ser atribuídos ou que outras medidas poderiam ser aplicadas no âmbito da ação social?

7. Os apoios atribuídos pela ação social são adequados às despesas relativas à frequência do ensino superior?

7.1 Qual tem sido a sua experiência no que diz respeito a este assunto nos últimos anos?

8. Atualmente o valor de bolsa mínima anual são 872,00€, na sua opinião este valor é suficiente e justo face às despesas que envolve frequentar o ensino superior?

9. No seu entender qual a importância da ação social do ensino superior para os

estudantes oriundos de famílias carenciadas?

10. Como podemos definir a ação social tendo em conta o nível socioeconómico das famílias e a função social do Estado?

11. O que pensa sobre a gratuitidade do ensino superior?

12. A informação dinamizada acerca dos apoios sociais do ensino superior junto dos estudantes é suficiente?

12.1 Como é que a UMa promove esta informação?

13. Para finalizar, considera que as políticas de Ação Social asseguram o acesso e continuidade do estudante no Ensino Superior numa perspetiva de igualdade de oportunidades?

14. Pretende acrescentar alguma sugestão?

Muito obrigada pela sua colaboração!

## **Apêndice 6 – Transcrição da Entrevista à Vice-Reitora para a Área Acadêmica e Formação ao longo da Vida da UMa**

**Apresentação e agradecimentos:** Olá, boa tarde. Sou estudante do segundo ano de Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional.

Antes de mais gostaria de agradecer a disponibilidade para a realização da presente entrevista sendo que irá servir como fonte de recolha de dados fundamentais para o nosso estudo.

**R:** Da nossa parte agradecemos o convite para participar no estudo.

**P: Nome**

**R:** O meu nome é Custódia Mercês Drumond

**P: Habilitações Literárias**

**R:** Doutoramento

**P: Antiguidade no Instituto**

**R:** Há 34 anos

**P: Unidade orgânica**

**R:** Faculdade Ciências Exatas e da Engenharia

**P: Cargo dirigente**

**R:** Vice-Reitora para a área Acadêmica e Formação ao longo da Vida da UMa

**P: Antiguidade no Cargo**

**R:** 6 anos

**P: Na sua opinião qual a importância do Ensino Superior?**

**R:** O ensino superior permite aceder ao conhecimento existente, mas também à inovação e ao empreendedorismo, e proporciona ferramentas que incentivam a que o estudante seja atento, autónomo, saiba viver em sociedade e nela participe. No ensino superior não se adquire apenas formação científica mas sobretudo uma formação integral, por que a formação superior não é só aquela que está associada aos conteúdos curriculares de um curso, mas envolve toda a participação do estudante no curso e noutras múltiplas funções, nomeadamente a participação em órgãos, discussões, palestras, bem como na participação da vida académica oferecendo uma formação ao indivíduo que é complementar à sua outra atividade fora da academia e que faz com que se forme cidadão consciente, interventivo e atuante. A sua formação integral, que comporta todos os saberes e vivências

acumulados e a abertura para a aprendizagem ao longo da vida permitir-lhe-á desempenhar um papel ativo e muitas vezes determinante na sociedade em que está inserido. Uma universidade ao formar muitas pessoas contribui para fortes alterações na sociedade local, mas também pode influenciar ao nível nacional e internacional. A Universidade da Madeira apesar de ser ainda jovem, e em breve completar os seus 35 anos de existência, tem múltiplos exemplos de diplomados com percursos de mérito profissional na RAM e no país, mas também a nível internacional.

**P: Que importância tem a Universidade da Madeira (UMa) para a Região Autónoma da Madeira?**

**R:** A região não se desenvolve só com a universidade, mas a Universidade da Madeira tem um papel fundamental no desenvolvimento da região. É importante em geral que as pessoas tenham consciência disso, quer o cidadão comum quer o governo da região porque a Universidade da Madeira permite uma interação e dinamização de atividades no âmbito da formação, que desenvolve o conhecimento, a economia, divulga a região e atrai diversos tipos de visitantes que incrementam o turismo. Muitas pessoas sem a Universidade da Madeira poderiam não ter a sua formação superior. Por outro lado, a instituição também interage com o exterior ao nível de outras instituições e, portanto, também tem um papel de trazer visitantes à região, do ponto de vista cultural, científico e isso também traz desenvolvimento e visibilidade à região. O facto de termos aqui estudantes e eventos de natureza cultural e científica desenvolve também a economia da cidade. Já formamos mais de 14 mil diplomados.

**P: Considera que os estudantes quando se candidatam ao Ensino Superior têm preferência pela Universidade da sua área da residência? Se sim, quais são para si os motivos que determinam essa escolha?**

**R:** Eu creio que a área de residência é fundamental e não só para a Universidade da Madeira, mas para todas as instituições de ensino superior (IES). Há um contingente local que é, creio, para todas as IES, de cinquenta por cento das vagas para os estudantes locais. Pretende-se com essa medida dar uma oportunidade aos jovens que vivem naquela região para prosseguirem os estudos. Se essas vagas não forem ocupadas reverterem para o todo nacional. Por vezes este aspeto pode conduzir a que os jovens optem por cursos que não vão ao encontro das suas realizações pessoais e podem pretender mudar para outro curso no ano seguinte. Nesta situação podemos ter o problema dos apoios financeiros para

aqueles que sejam bolsheiros, pois se o aluno não tiver aproveitamento suficiente perde a bolsa e provavelmente perde a possibilidade de continuar a estudar. Este é um aspeto que me preocupa enquanto vice-reitora para a área académica. Temos de apoiar os estudantes do primeiro ano, melhorar a sua integração para que atinjam pelo menos o mínimo de aproveitamento, inculcar-lhes autoestima e incentivá-los a procurar os seus professores para o esclarecimento de dúvidas. Preocupa-me bastante os abandonos porque podem converter-se em jovens sem objetivos, com problemas de saúde mental que poderão ter um futuro condicionado e contribuir para o empobrecimento da sociedade.

Claro que também para os professores não é fácil ter estudantes que não estão interessados, mas é importante ver a parte humana e adotar estratégias, metodologias de ensino que vão ao encontro dos perfis dos estudantes, de modo a captar-lhes a atenção e fazê-los participar no processo de ensino aprendizagem e fornecer-lhes ferramentas de recuperação nos casos em que apresentem falhas de formação de base. O professor precisa descobrir estratégias para motivar os estudantes, desenvolver-lhes a curiosidade, a resiliência e a persistência.

Mas voltando à questão, eu penso que eles se candidatam para a sua área de residência muitos deles por questões financeiras e à conta disso concorrem para cursos que não são de primeira escolha (onde acabam por ficar colocados), até porque os valores das bolsas em muitas situações não são suficientes para apoiar um aluno carenciado que se desloque para outra cidade para estudar. Atualmente um estudante do ensino secundário da RAM pode deslocar-se aos Serviços de Ação Social da UMa ou ao Gabinete de Acesso ao Ensino Superior e informar-se dos apoios financeiros possíveis e decidir em função das informações recebidas, mas há que contar com o tempo entre a inscrição e o recebimento da primeira prestação da bolsa.

No caso da Universidade da Madeira, há alguns alunos não conseguem ficar colocados aqui, apesar de ter aqui o seu curso de preferência e vão para fora. Em alguns casos os pais ou a família prefere a zona de residência por serem muito novinhos. Há uma percentagem bastante significativa de estudantes que entram ainda menores e, portanto, há também esse fator que também é preciso ter em atenção. E quando os alunos não têm maturidade suficiente o melhor é mesmo ficarem numa zona próxima da residência familiar e então mais tarde, prosseguirem os estudos fora, por exemplo por ocasião do mestrado.

**P: São desenvolvidas estratégias com o objetivo de atrair mais estudantes a**

### **frequentar o Ensino Superior, nomeadamente nacionais e internacionais? Quais?**

**R:** Sim, nós temos diversas iniciativas. Recebemos vários grupos de escolas, turmas ou mesmo organizamos visitas na universidade aos espaços e laboratórios, planificadas pelo Gabinete de Controlo de Qualidade que interage com as Unidades Orgânicas, as Faculdades, Escolas Superiores, Diretores de Curso e às vezes Coordenadores e Responsáveis por laboratórios.

Numa primeira fase há uma pequena apresentação da Universidade pelos Presidentes dos Conselhos Pedagógicos Universitário e Politécnico, de acordo com o interesse manifestado. Os pedidos podem ser de qualquer escola da região (já tivemos visita de uma turma de Portugal Continental e de uma turma da Região Autónoma dos Açores), independentemente dos níveis, normalmente recebemos os alunos de 9.º ano, 10.º, 11.º e 12.º, mas sobretudo são de 9.º e de 12.º ano. Também vamos às escolas e a todos os sítios que nos convidam que tenham interesse em se informarem sobre os cursos, sejam técnicos superiores profissionais e licenciaturas. Falamos sobre os concursos, quais os tipos de acesso ao ensino superior, os maiores de 23, concursos especiais, a possibilidade de se inscreverem em disciplinas singulares, quando um estudante não consegue entrar num curso seja cá ou no continente e quer manter-se a estudar (e assim ter já uma experiência do ensino superior que será creditada se efetuar posteriormente matrícula no curso).

Abordamos os apoios atribuídos pelos Serviços de Ação Social, o Fundo de Apoio de Emergência e outros apoios.

A possibilidade de fazerem mobilidade na Europa e não só, também a nível do país e as várias vantagens de estudarem na Universidade da Madeira porque temos várias áreas no mesmo espaço e, portanto, os estudantes podem interagir com estudantes de outras áreas e com os docentes, pois os grupos são pequenos e a ligação com os docentes é mais próxima.

Também fazemos divulgações *on-line*, participamos em feiras e neste caso nem sempre presencialmente. Nos casos em que participamos em divulgação fora da região informa-se que os estudantes ao frequentar a Universidade da Madeira usufruem do subsídio de mobilidade aérea em que a passagem de ida e volta acaba por custar sessenta e cinco euros ou oitenta e nove euros conforme o estudante tenha residência em Portugal continental ou na Região Autónoma dos Açores. Temos também informação da Universidade da Madeira em alguns sites, o *Inspiring Future*, mandamos informação através de *flyers* para escolas no continente e também na forma digital.

As nossas Presidentes dos Conselhos Pedagógicos Universitário e Politécnico

participaram na Futurália e falaram com diversos jovens que manifestaram interesse em estudar na UMa por conhecerem amigos de lá que já cá estudam. Esta feira decorreu durante quatro dias e estivemos presentes todos os dias. Temos também a divulgação nos diversos portais, na nossa página institucional publicamos diversas informações que vamos atualizando, nas redes sociais, através de notas de imprensa e respondemos a questões colocadas pela imprensa.

Temos o Gabinete de Apoio ao Estudante e os Serviços de Ação Social que prestam esclarecimentos durante todo o ano. Esclarecem não só os alunos que pretendem vir para a Universidade da Madeira, mas os estudantes em geral e isso é feito quer seja por correio eletrónico, quer seja por telefone ou presencialmente.

Relativamente aos estudantes internacionais, foram feitas divulgações no Eduportugal.eu bem como são enviadas informações para as Embaixadas na tentativa de recrutar alunos internacionais. O trabalho desenvolvido tem apresentado resultados positivos tendo em conta o aumento significativo do número de estudantes internacionais.

**P: Qual o papel que a UMa desempenha, segundo o seu ponto de vista, na motivação e continuidade de estudos dos jovens?**

**R:** As sessões de divulgação que nós fazemos em qualquer sítio, seja na universidade ou nas instituições de ensino secundário têm também esse objetivo. Incentivamos os alunos a estudarem e tentamos fazer-lhes ver que é uma mais valia prosseguir os estudos, que é muito mais fácil ter um emprego com uma formação superior do que não a tendo. Um trabalhador com poucas habilitações em princípio terá um emprego mais precário e menos remunerado. É importante que os jovens percebam que são jovens e que têm tempo para se formarem, têm toda uma vida pela frente e devem lutar por melhores condições de vida, para si próprios e para os que futuramente venham a depender deles.

Desmistificamos também o “bicho papão” que é o ensino superior, porque o ensino superior é feito para eles próprios, para irem aprendendo à medida que se vão desenvolvendo. Informa-se que existem apoios financeiros para quem tem dificuldades.

Nas minhas sessões digo sempre que venham, o ensino está feito para vocês aprenderem, mas é também para se dedicarem e aproveitar para falar na questão das bolsas, consciencializá-los que num primeiro ano às vezes é mais difícil a adaptação, mas que ainda assim eles são capazes e que se devem esforçar porque virão as recompensas. Se precisam de bolsa necessitam ter aproveitamento, mesmo que venham a decidir mudar de curso, que nesse primeiro ano é importante a dedicação da parte deles.

Eu acho que eles precisam ser informados de todas estas situações para estarem conscientes das obrigações e das exigências, ou seja, da realidade. Sensibilizar, mas também ao mesmo tempo inculcar autoestima para os alunos acreditarem que são importantes e que têm capacidades para o fazer.

Também nestas sessões sinto que também é importante falar na autoestima e é relevante também dizer que como seres humanos temos altos e baixos, é importante sabermos que as coisas nem sempre vão estar bem, mas as coisas não vão estar sempre mal. E quando não estão bem é importante que se peça ajuda quando se precisa. E no caso da Universidade da Madeira nós temos de facto um serviço de apoio que está ao alcance dos nossos estudantes e que lhes presta apoio gratuito.

No caso de irem para outras universidades vejam se esses apoios lá existem, podendo os mesmos serem importantes para o prosseguimento de estudos de alguns estudantes. É importante o aluno perceber que as coisas não são fáceis quando se integra o ensino superior, mas que são capazes desde que trabalhem para isso e que sejam perseverantes e que nunca se devem sentir sozinhos, devem procurar ajuda, se se sentirem angustiados, excessivamente cansados ou preocupados. Outra coisa importante é o apoio para o esclarecimento de dúvidas, fora das aulas de contacto em sala de aula, que as instituições são obrigadas, por lei, a facultar. É importante que os alunos do ensino superior tenham essa consciência.

A Universidade da Madeira proporciona o pagamento das propinas em dez prestações, de acordo com a lei.

Temos também um Fundo de Apoio de Emergência que é importante que os alunos tenham conhecimento e que tem ajudado os estudantes mais carenciados. Em alguns anos letivos mais de 80 estudantes usufruem deste apoio.

Para apoio aos estudantes com Necessidades Especiais, nós temos a Comissão de Acompanhamento, em cada curso, que tem na sua constituição o Diretor de Curso, o Assistente Social e um Psicólogo. A Assistente Social integra todas as comissões e é a Gestora de todos os processos e ao final de cada ano letivo elabora um relatório sucinto, em números sobre as várias situações.

Temos o Gabinete de Apoio ao Estudante, o Serviço de Psicologia que também organiza *workshops* de desenvolvimento de competências pessoais e outro tipo de apoio e consultas de apoio psicológico gratuitas aos estudantes. E ainda os Serviços de Ação Social que dão esclarecimentos e prestam igualmente apoio aos estudantes, o Diretor de Curso que pode receber o estudante e dar-lhe algumas orientações.

A existência das bolsas de estudos, das bolsas de mérito da Direção-Geral do Ensino Superior, de prémios de mérito dados por empresas nalgumas áreas, são também ferramentas de motivação para o prosseguimento de estudos.

**P: Qual a função que a instituição/UMa desempenha no desenvolvimento de competências profissionais, sociais e pessoais e se considera que essa função corresponde às expectativas do mercado de trabalho?**

**R:** Um estudante do ensino superior deve estar atento e participar na vida académica, para além de participar no seu curso, de ir às aulas, de estudar, de interagir com os seus colegas e professores e de interagir com colegas de outras áreas. As características da nossa instituição propiciam, por si, uma facilidade nessas relações pois facilmente as pessoas se cruzam no dia a dia.

É importante que o estudante cultive a socialização e que para além da socialização com esses grupos também esteja atento às informações que circulam, por exemplo os eventos que ocorrem, que muitas vezes são multidisciplinares ou que são transversais e que contribuem para a boa formação integral. Recentemente tivemos a “Corrida do Estudante” que serve como prática de desporto. Devem participar, juntar-se aos colegas, treinar, formar uma pequena equipa, que ajuda no desenvolvimento de competências, participar nos eventos organizados por alguns grupos, nomeadamente *Wellbeing*, o grupo coral, de teatro, de zumba, o grupo da leitura, o grupo das artes, o grupo de desporto, todos eles abertos, e de forma gratuita, aos estudantes. Inclusivamente os estudantes podem-se inscrever como embaixadores de saúde mental deste projeto e propor atividades. Sei que no projeto *Wellbeing* do Serviço de Psicologia tem mais de 40 embaixadores e com diversas atividades. Também temos as Tunas que divulgam e que estão sempre a receber novos membros.

A Associação de Estudantes também tem muitas atividades enriquecedoras que ajudam o estudante a se desenvolver e a se organizar. A Pastoral do ensino superior também desenvolve voluntariado e recebe a qualquer momento novos elementos. O estudante ao entrar nestes grupos interage com pessoas mais maduras e experientes, inclusivamente com professores e estudantes.

Com o objetivo de ajudar os estudantes na inserção no mercado de trabalho, refiro também o Polo de Emprego que mesmo antes do estudante terminar o curso recebe-o, dá indicações de como se elabora um currículo, ajuda a preparar para uma entrevista, para além de facultar informações sobre ofertas de emprego. Organiza várias sessões na

universidade convidando várias empresas para se apresentar e isso acontece várias vezes no ano. Tem o Observatório de Emprego que organiza a semana da empregabilidade e que produz um relatório anual com informações sobre a empregabilidade dos nossos graduados.

Em outubro recebemos quatro empresas da “Associação *Grace*, Empresas responsáveis” que são empresas que atuam nas áreas da Responsabilidade Social e Sustentabilidade e que apresentaram algumas das suas boas práticas, experiências de voluntariado, o perfil que pretendem para os seus colaboradores, as competências que procuram, mencionaram a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, os ESG e que não estão preocupados apenas com a governança mas também com a parte social e com a parte voluntária e com o ambiente. Estas formações, para os estudantes que aderem, são eventos importantes e complementares à sua formação académica, são importantes para a sua formação integral e que os prepara e sensibiliza para aspetos fundamentais.

Duas dessas empresas convidaram os estudantes da Universidade da Madeira a fazer uma ação de voluntariado no Porto Santo e que consistiu na limpeza da praia. Foram entre trinta a quarenta alunos com o valor de viagem igual ao valor do subsídio de mobilidade. Com apoios dados pelas duas empresas ao nível da alimentação com convívio e um certificado de participação na ação de voluntariado, para adicionarem ao seu currículo. Nesta atividade aprenderam muito, porque interagiram e viram de que maneira se pode ajudar e contribuir para a preservação do ambiente para além de passarem um dia agradável.

**P: Qual o papel que a Ação Social desempenha juntos dos estudantes do Ensino Superior? Qual é o seu público-alvo?**

**R:** A Ação Social no meu entender presta um apoio e uma informação sobre as bolsas de estudo, outros apoios, inclusivamente o alojamento, a mobilidade, motivos para prosseguir estudos atendendo à valorização pessoal e financeira decorrente da formação. Na minha opinião o papel da Ação Social junto dos alunos é uma ferramenta fundamental para os estudantes, sobretudo permite que os carenciados possam ter acesso à sua formação superior. É esse apoio que vai permitir que esses estudantes possam estar em condições de ter a sua formação superior em igualdade de circunstâncias com os outros estudantes. Ter acesso à informação e poder se formar.

A Ação Social promove o acesso, mas os apoios podem não chegar a todos os que dele necessitam. Temos conhecimento de estudantes que, mesmo estudando na sua área de

residência, não conseguem estudar porque ficam fora dos apoios do Estado e, por isso, a Universidade da Madeira criou o Fundo de Apoio de Emergência. Este fundo por ano consegue ajudar mais que oitenta estudantes, mas infelizmente no ano anterior não foi possível ajudar todos os estudantes que precisaram deste apoio.

As medidas que o governo tem tomado não são suficientes para cobrir todos os estudantes que precisam de ajuda e para além disso o valor das bolsas têm diminuído porque a propina também. O valor da bolsa cobre pouco mais que o valor da propina, ficando muito pouco para o resto das despesas no caso dos bolseiros com bolsa mínima que recebem apenas oitenta e sete euros e vinte cêntimos mensal e após o pagamento da propina ficam, mensalmente, apenas com dezassete euros e cinquenta cêntimos.

Um estudante que paga mil e setenta euros de propina só recebe anualmente esse valor, pelo que na minha opinião não é justo, estes estudantes também deveriam receber mensalmente um valor acima da prestação da propina do seu curso, tal como aplicado no primeiro ciclo. Seria assim uma medida mais equitativa. Muitos dos estudantes que entram na segunda ou na terceira fases, dificilmente têm bom aproveitamento no 1º semestre e em alguns casos essa má formação compromete o rendimento no 2º semestre. Ao perderem a bolsa de estudos deixam de poder prosseguir estudos por falta de meios financeiros.

No próximo ano irão ser antecipadas as saídas dos resultados das colocações nas várias fases do concurso nacional de acesso e, consideramos esta uma medida muito positiva que deve contribuir para a redução dos abandonos no ensino superior.

Infelizmente as medidas constantes na legislação em vigor, não são suficientes para que todos os estudantes possam estudar.

**P: O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior tem vindo a sofrer alterações nos últimos anos, na sua opinião, estas têm se revelado adequadas à realidade socioeconómica de Portugal ou são insuficientes?**

**R:** O regulamento tem sido adaptado, o número de estudantes e de bolsas tem aumentado, mas o valor unitário de bolsa atribuído tem reduzido. Recentemente o governo aprovou medidas de apoio que são sempre bem-vindas, mas, é importante ter presente que aumentaram os alojamentos, o preço dos bens consumíveis, a alimentação em geral e também nos bares e cantinas universitários.

O valor das bolsas tem diminuído e depois de pagar a prestação da propina, a maioria dos estudantes bolseiros fica com apenas 17,5€ mensais para fazer face a todas as restantes

despesas. Um aluno que está a ficar bastante longe de casa tem de saber se organizar em termos de alimentação e dos cuidados de higiene. Isso obriga a ter alguma margem financeira para além da verba que lhe é facultada pela bolsa de estudos.

Cerca de cinquenta por cento dos alunos da nossa instituição tem a bolsa mínima. Estamos a falar de oitocentos e setenta e dois euros quando a propina é seiscentos e noventa e sete euros, quer dizer que estamos a falar num valor de cento e setenta e cinco euros ano, quer dizer que são dezassete euros e cinquenta cêntimos por mês. Este valor não cobre o transporte. Quando o estudante vive fora do centro já não dá para pagar o passe e assim os pais têm de ter possibilidades para ajudar no passe, cobrir a alimentação, o vestuário e ajudar na compra de material. Um estudante do ensino superior também precisa adquirir alguns materiais, que dependem do tipo de curso, mas todos devem necessitar de um computador.

A situação financeira de muitas famílias agravou-se com a pandemia e com a guerra. Toda esta conjuntura que se está a viver e que tem incrementado muito o custo de vida pode originar a que em algumas famílias os jovens sejam convidados a contribuir com rendimentos para o sustento familiar e não sejam incentivados pela família a estudar. É preciso combatermos isso pois é mau para o país, para a sociedade onde as famílias estão integradas e para esses jovens.

**P: Na sua opinião que outros apoios poderiam ser atribuídos ou que outras medidas poderiam ser aplicadas no âmbito da ação social?**

**R:** Na minha opinião todos os estudantes deveriam ter acesso gratuito aos transportes públicos até ao final do 1º ciclo do ensino superior. A meu ver poderia ser visto como um investimento na educação e um incentivo ao prosseguimento de estudos.

A bolsa de estudo devia prever mais um apoio para os alunos mais carenciados nomeadamente para a alimentação. Porque uma pessoa que não se alimente minimamente pode acabar por acarretar mau rendimento a nível intelectual, falta de saúde física ou mental, pois passa muitas carências.

Apoiar o estudante nesta fase é melhor do que depois investir na saúde quando a pessoa já está com muitos problemas de saúde. O número de estudantes com dificuldades tem aumentado e acho que isso é preciso ser analisado porque há muito insucesso.

Por que não sensibilizar os estudantes no secundário, antes da entrada para o ensino superior, de que nem sempre conseguimos à primeira, aquilo por que nós lutamos. É muito importante que o estudante tenha consciência que na vida há conquistas e vitórias,

mas, que também faz parte da natureza humana viver momentos de derrota que normalmente são ultrapassáveis e que devem ser aproveitados para aprender e nos fortalecer.

É importante que um jovem perceba que é preciso lutar para se atingir objetivos e que quando não se consegue à primeira isso não é defeito, pois nem tudo se consegue à primeira tentativa. No ensino secundário é mais fácil conseguir reunir os estudantes num espaço e falar sobre esta temática. No ensino superior, são poucos os estudantes que por sua livre iniciativa decidem participar em *workshops* de desenvolvimento de competências. A Universidade da Madeira, através do Serviço de Psicologia proporciona sessões desta natureza, mas a percentagem de estudantes que adere é reduzida. Quando um aluno está habituado a ter sempre sucesso é difícil enfrentar sozinho o insucesso do ensino superior, onde é obrigado a ganhar autonomia muito rapidamente. Recordemo-nos que a inserção no ensino superior para uma percentagem muito significativa de estudantes é acompanhada de novas exigências que incluem responsabilizar-se pela sua alimentação, a sua higiene e do seu quarto, da sua roupa, organizar os seus estudos e as suas horas de lazer e de repouso, etc., ou seja, organizar o seu dia-a-dia, num tempo que passa muito depressa e que tem múltiplas exigências, sobretudo para aqueles que deixam o lar familiar muitas vezes.

**P: Os apoios atribuídos pela ação social são adequados às despesas relativas à frequência do ensino superior?**

**R:** Não sei responder com determinação, mas parece-me que não nalgumas situações. As vendas nos bares e nas cantinas estão muito abaixo do período pré-pandémico, embora o número de estudantes atualmente seja superior ao dessa altura. As famílias estão cada vez com mais dificuldades e o governo está consciente disso, daí os apoios que o mesmo tem concedido.

Seria bom passar um questionário aos estudantes que recebem estes apoios, e que se aferisse de facto se este apoio é suficiente. Não sei se tem previsto, mas os estudantes que efetuaram candidatura e ficaram de fora da atribuição da Bolsa da DGES também poderiam testemunhar as suas dificuldades. Desta forma seriam os próprios estudantes a exporem as dificuldades que enfrentam no dia a dia.

A UMa tem quase 50% de estudantes bolseiros e ouvi-los sobre as suas dificuldades seria muito bom para a compreensão da situação e para se procurar medidas de apoio. Existem algumas instituições públicas e privadas que atribuem bolsas de estudos ou que

transferem verba para o Fundo de Apoio de Emergência da UMa, ao abrigo do mecenato e cada ano procuramos ampliar este número de parceiros, tarefa que não é simples.

**P: Qual tem sido a sua experiência no que diz respeito a este assunto nos últimos anos?**

**R:** Tenho acompanhado a seriação das candidaturas em termos estatísticos na Universidade da Madeira e é com imenso prazer e reconhecimento pelos nossos serviços da Ação Social e pelos excelentes profissionais que nós temos, que tenho constatado que a Universidade da Madeira tem tido a maior percentagem de análise e conclusão de candidaturas comparativamente às restantes IES do país, o que conduz a que a grande maioria dos nossos estudantes consiga começar a receber a bolsa num relativo curto espaço de tempo.

Recebo também diversos pedidos de audiência, quer sejam de estudantes ou de pais com testemunhos de algumas dificuldades que enfrentam, situações de pobreza, mas também por razões de saúde do próprio ou de familiares e que por vezes são limitativas para os estudantes continuarem os estudos e aí também a importância de termos o Fundo de Apoio de Emergência, que tem ajudado alguns estudantes a poderem manter os seus estudos.

Os estudantes com doença e com necessidades especiais podem ainda manter a bolsa de estudos em situações excecionais de comprovada situação. Devem dirigir-se aos Serviços de Ação Social. Também temos a bolsa de alimentação que foi criada pela Associação de Estudantes e que a Reitoria apoia financeiramente. A Pastoral do Ensino Superior também tem ajudado em situações em que já não é possível recorrer à DGES nem ao Fundo de Apoio de Emergência pelo facto do estudante não cumprir com as exigências dos regulamentos. A AMI e a Delegação Regional da Liga Contra o Cancro também têm apoiado alguns estudantes.

Também acompanho estatisticamente as Comissões de Acompanhamento dos estudantes com Necessidades Especiais. Alunos com necessidades especiais que tenham pelo menos sessenta por cento de incapacidade têm acesso a bolsa pelo menos igual à bolsa mínima, mas podem ter uma majoração ajustada à sua situação, sendo esta uma medida importante do governo. Mas há situações em que os apoios são insuficientes, por exemplo no caso do estudante surdo-mudo, pois o complemento de bolsa (é necessário que o estudante esteja inserido numa família considerada com dificuldades financeiras) não é suficiente para assegurar o apoio de um tradutor de língua gestual portuguesa.

A universidade não tem capacidade, não tem recursos para dar esse tipo de apoio. O estudante tem que gerir o complemento da bolsa de estudos para contratar o técnico de língua gestual de modo que este o acompanhe nalgumas aulas e em alguns momentos de avaliação uma vez que é insuficiente o valor atribuído. Os estudantes com necessidades especiais respondem a um questionário da DGEEC e têm a oportunidade de manifestar as suas preocupações e expor as suas dificuldades.

**P: Atualmente o valor de bolsa mínima anual são 872,00€, na sua opinião este valor é suficiente e justo face às despesas que envolve frequentar o ensino superior?**

**R:** Eu creio que não é suficiente. Porque estamos a falar de um estudante que recebe oitocentos e setenta e dois euros no ano. Este estudante deve estar numa licenciatura ou num mestrado que habilite para a profissão e, portanto, sobram dezassete euros e cinquenta cêntimos por mês. Se o aluno tem dificuldades financeiras este valor é muito pouco para aplicar na alimentação, nos transportes, no vestuário, material didático pelo que provavelmente esta situação também conduz a abandonos do ensino superior. Mas o ideal é um questionário aos alunos para se perceber as dificuldades que eles próprios enfrentam.

**P: No seu entender qual a importância da ação social do ensino superior para os estudantes oriundos de famílias carenciadas?**

**R:** Os alunos de famílias muito carenciadas não tinham outra forma de estudar, é a única oportunidade que têm para prosseguir estudos e temos estudantes que frequentam o ensino superior porque têm estes apoios. E são estudantes que poderão vir a ser posteriormente os decisores no futuro. As pessoas que passaram dificuldades, enquanto decisores poderão reconhecer valor especial às coisas, desenvolverem empatia pelos mais fracos, não deixando de ser exigentes e de pensar em toda a sociedade.

Portanto ajudar estes estudantes pode ser estar a dar um rumo a algumas áreas do país. A Ação Social para muitas famílias é dar-lhes a oportunidade da educação e de formação, é ajudar a sociedade a ter menos pessoas no desemprego e situações precárias, de situações de vícios e comportamentos desviantes. A educação é um alicerce poderoso, com a educação vem o saber estar em sociedade, o bem-estar, a saúde, o conhecimento, a consciencialização, a economia e mais informação. É imprescindível o acesso à formação e à equidade. A Ação Social dá a oportunidade aos estudantes de famílias carenciadas, de estarem em pé de igualdade com os demais ao acesso ao saber, à cultura e à informação.

**P: Como podemos definir a ação social tendo em conta o nível socioeconómico das famílias e a função social do Estado?**

**R:** A Ação Social tem um papel regulador e de apoio no sentido de permitir que todos tenham acesso à educação e à formação e que deste modo possam ter possibilidades de contribuir para o desenvolvimento da sociedade como cidadãos de pleno direito.

**P: O que pensa sobre a gratuidade do Ensino Superior?**

**R:** Aí está uma questão que é problemática, mas confesso que não tenho opinião formada sobre o assunto. Não sei se é bom ou mau. É errado pensar que a supressão da propina cria igualdade de oportunidades. Não é verdade porque não basta tirar as propinas para afirmar que os alunos estão em igualdade de circunstâncias. Na mesma seria preciso conceder apoios financeiros aos estudantes. E como ficariam as instituições de ensino superior? O Estado compensaria essas receitas das Instituições? Quando e em que montantes? Não estou contra o facto de existir uma propina, o valor de propina atual é razoável e há famílias que podem pagá-la. Há de facto estudantes que não conseguem pagar a propina e que mesmo que não tivessem de pagar propinas não teriam condições mínimas de bem-estar suficientes para poder fazer um curso superior.

É preciso avaliar o tipo de apoio que as famílias precisam e apoiar os jovens para que não passem privações ao nível da alimentação e tenham garantidas as acessibilidades.

Não é só conseguir aceder ao ensino superior, mas estar na instituição, aceitar-se bem, saber que à hora do almoço se tem direito a um almoço.

O ensino ser gratuito não resolve os problemas, mas defendo que a propina não deve ser muito alta, a propina deve ser de certo modo simbólica, não se vai exigir ao estudante o custo real de estar no ensino superior, o que já não é praticado e ainda bem. O valor não deve ser muito elevado porque há famílias que não sendo excessivamente carenciadas, não deixam de ser carenciadas. Há uma fronteira para o Estado atribuir as bolsas de estudo. Esses alunos que estão na fronteira habitualmente enfrentam bastantes dificuldades, e os nossos serviços sabem disso.

**P: A informação dinamizada acerca dos apoios sociais do ensino superior junto dos estudantes é suficiente?**

**R:** Eu penso que os alunos da Universidade da Madeira estão informados porque fazemos essa divulgação de diversas formas. Quando se fazia as matrículas de forma presencial

tínhamos os Serviços de Ação Social presentes. Agora é *online* e quando os alunos fazem a sua inscrição *online* é criada uma caixa de correio eletrónica do estudante e para essa caixa é colocada informação sobre vários serviços incluindo os Serviços de Ação Social. Nos primeiros dias do início do ano letivo estes serviços também estão acessíveis aos estudantes no Campus onde funcionam as aulas. Na página eletrónica oficial é divulgada a informação e nas redes sociais da instituição também tem informação e igualmente por ocasião da divulgação da oferta formativa aos estudantes do 12º ano. Grande parte dos estudantes de primeiro ano respondem ao questionário e referem que tomaram conhecimento na nossa página e que também consultam os Serviços de Ação Social. Continuamos a investir na divulgação da informação.

Iremos colocar, brevemente, um ecrã grande na receção do Campus da Penteada onde serão passadas à academia informações importantes e onde a renovação das bolsas de estudos e informações relativas aos apoios sociais nomeadamente prazos de candidatura e outras serão incluídos. Desta forma reduziremos de forma muito significativa o envio de mensagens eletrónicas à academia.

**P: Como é que a UMA promove esta informação?**

**R:** A divulgação faz-se nas escolas, na UMA, na página, por email, os próprios Serviços de Ação Social contactam os estudantes por email, por exemplo quando recebemos informação sobre uma bolsa especial. As informações sobre bolsas de estudos também são enviadas para os emails dos estudantes. Mas presencialmente também, por telefone, por email, no Gabinete de Apoio ao Estudante e nos Serviços de Ação Social.

**P: Para finalizar, considera que as políticas de Ação Social asseguram o acesso e continuidade do estudante no Ensino Superior numa perspetiva de igualdade de oportunidades?**

**R:** Sinceramente acho que não, em muitas situações. Em alguns casos o apoio poderá ser suficiente, mas talvez para a maioria não seja, como já atrás referi. Obviamente que se trata de uma ajuda fundamental concedida aos estudantes.

Muitos deixaram de comprar a sua senha de almoço e improvisam ou trazem uma pequena refeição de casa. Para aqueles que têm muitas dificuldades financeiras e que precisam de comprar um passe a bolsa mínima é insuficiente.

Para aqueles estudantes que fazem a sua inscrição tarde por ficarem colocados na segunda fase e, pior ainda, na terceira fase, uma bolsa de estudos muitas vezes é uma oportunidade

que é perdida no ano seguinte. Um estudante que chega ao ensino superior em meados, fins de outubro ou mesmo em novembro é um estudante que precisará de muito trabalho para recuperar as aulas a que não teve acesso. A integração pode ser mais difícil e podem já ter ocorrido as primeiras avaliações. Ora mesmo efetuando-as em calendário específico o tempo de preparação será sempre muito mais curto e o sucesso mais difícil. Estes estudantes podem ver o seu primeiro semestre comprometido e, a meu ver, exigir a esse estudante (para ter o direito à renovação da bolsa de estudos) que tenha aproveitamento igual ao aluno que frequentou as aulas desde o primeiro dia de aulas, é injusto.

A meu ver não deveria ser exigida a mesma percentagem de aproveitamento para os estudantes que entram na 3.<sup>a</sup> fases do concurso nacional de acesso. Um aluno que se inscreve tão tarde, tem dificuldade em ter aproveitamento no 1º semestre e a má preparação do primeiro semestre pode conduzir ao insucesso em unidades curriculares do 2º semestre que exijam determinados conhecimentos do 1º semestre.

Mesmo com estas mudanças que irão ser introduzidas no acesso ao ensino superior, para o próximo ano letivo, o aluno que entrar na 3.<sup>a</sup> fase ainda irá perder algumas semanas de aulas.

No geral, a Ação Social assegura um apoio, fundamental e imprescindível para o acesso a muitos estudantes à formação superior. Mas há casos excecionais que no meu ponto de vista deviam merecer tratamento diferenciado, os estudantes que ficam colocados apenas numa 3ª fase e não conseguem o aproveitamento mínimo para renovar a bolsa no ano seguinte. O abandono no ensino superior, pode conduzir a situações de precaridade e à delinquência.

Outra situação que ocorre em número muito significativo está ligada à insatisfação com a frequência de um curso. Muitos jovens fazem a escolha do curso de forma imatura ou mesmo por influência da família e no primeiro ano descobrem que aquele curso não foi a escolha certa. Será que ao Estado, a longo prazo, investir nestes estudantes, concedendo-lhes mais uma oportunidade, permitindo-lhes o acesso novamente à bolsa de estudo não seria compensador?

**P: Pretende acrescentar alguma sugestão?**

R: Depois da aprovação na defesa pública, apresentar os resultados da sua dissertação numa sessão pública especialmente dirigida à academia, nomeadamente os relativos às respostas dos estudantes aos questionários. Considero que a sua dissertação tem muito interesse para a Universidade da Madeira, para os nossos estudantes, mas também para o

sistema de ensino em geral. Essa divulgação à comunidade serviria para sensibilizar os docentes, os diretores de curso e toda a comunidade para as dificuldades que os estudantes enfrentam e contribuir para dar a conhecer melhor a realidade.

## Apêndice 7 – Inquérito por Questionário Aplicado aos Alunos Bolseiros da UMa



### Inquérito Por Questionário

#### Ação Social – Promoção para a Igualdade de Oportunidades, da Equidade e Justiça Social dos Estudantes no Ensino Superior

O presente inquérito insere-se no âmbito da Dissertação do Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional do Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira e tem como objetivo compreender o impacto das políticas de Ação Social no Ensino Superior e identificar as motivações dos estudantes em prosseguir os seus estudos após o nível de escolarização obrigatório.

As informações recolhidas e respetivo tratamento de dados são confidenciais, anónimas e restritos aos fins académicos.

Agradecemos o tempo disponibilizado no preenchimento do inquérito considerando que os resultados obtidos são fundamentais para compreender e conhecer a opinião do estudante nesta matéria.

**O Orientador:**

Fernando Luís de Sousa Correia

**A Mestranda:**

Celina Manuela de Sena Aguiar Patrício

### I – Dados pessoais

#### 1. Idade do Estudante

- 18 até 21
- 22 até 29
- 30 até 39
- 40 até 49

- 50 até 59
- Superior a 60

2. **Sexo: Feminino**  **Masculino**

3. **Concelho de Residência do Agregado Familiar do Estudante**

- Calheta
- Câmara de Lobos
- Funchal
- Machico
- Ponta do Sol
- Porto Moniz
- Porto Santo
- Ribeira Brava
- Santa Cruz
- Santana
- São Vicente
- Açores
- Portugal Continental

## **II – Dados Académicos**

1. **Qual o ciclo de estudos que frequenta?**

- CTeSP  Licenciatura  Mestrado

2. **Encontra-se inscrito a:**

- Tempo Integral
- Tempo Parcial

3. **Na escolha da Instituição de Ensino Superior (IES) que frequenta, teve em conta:**

(Indique uma das opções)

- A condição financeira do agregado familiar
- A opinião de familiares ou amigos
- A IES estar localizada na região da residência do agregado familiar evitando assim custos acrescidos com alojamento e transporte
- O curso que pretendia é lecionado na IES
- Não foi a minha primeira escolha

### **III- Dados do Agregado Familiar**

#### **1. Tipologia do Agregado Familiar do Estudante**

- Unifamiliar
- Monoparental
- Nuclear
- Família Alargada
- Família Reconstruída
- Outra

#### **2. Habilitações do pai**

- Ensino básico
- Ensino Secundário
- Ensino Superior

#### **3. Habilitações da mãe**

- Ensino básico
- Ensino Secundário
- Ensino Superior

#### **4. Atividade profissional do Pai**

Indique o Setor de Atividade:

- Primário (diz respeito à agricultura, à pecuária e à extração)
- Secundário (corresponde à Indústria e ramos produtivos diversos)
- Terciário (comércio e serviços prestados)
- Desempregado
- Pensionista
- Falecido

#### **5 Atividade profissional da Mãe**

Indique o Setor de Atividade:

- Primário (diz respeito à agricultura, à pecuária e à extração)
- Secundário (corresponde à Indústria e ramos produtivos diversos)
- Terciário (comércio e serviços prestados)
- Pensionista
- Falecido

## **6. Qual o rendimento mensal do agregado familiar?**

- Inferior a 500€
- > 500€ - 1000€
- > 1000€ - 2000€
- Superior a 2000€

## **IV – Despesas Mensais relativas à frequência do Ensino Superior do Estudante**

### **1. Alojamento (no caso do (a) estudante estar deslocado (a) da residência do agregado familiar em período de aulas)**

Indique uma das opções:

- Não tenho despesas de alojamento em período de aulas
- inferior a 100€
- >100€ - 150€
- > 150€ - 200€
- > 200€ - 300€
- Superior a 300€

#### **1.1 No pagamento da renda já estão incluídas todas as despesas? (ex.: água, eletricidade, gás, Internet, etc.**

Indique uma das opções:

- Sim
- Não
- Não aplicável

#### **1.2 No caso de não estarem incluídas as despesas na renda mensal, referidas no ponto**

##### **1.1, indique o montante da despesa mensal:**

- inferior a 40€
- > 40€ - 80€
- > 80€ - 120€
- Superior a 120€
- Não aplicável

### **2. Transportes Mensais (Públicos e viatura particular)**

Indique uma das opções:

- Não tenho despesas de transporte em período de aulas

- Inferior a 20€
- > 20€ - 40€
- > 40€ - 60€
- >60€ - 80€
- Superior a 80€

### **3. Alimentação Mensal**

Indique uma das opções:

- Inferior a 100€
- > 100€ - 150€
- Superior a 150€

### **4. Material Didático Mensal**

Indique uma das opções:

- Inferior a 20€
- > 20€ - 50€
- > 50€ - 75€
- Superior a 75€

### **5. Outras despesas Mensais**

Indique uma das opções:

- Não tenho outras despesas
- Inferior a 50€
- > 50€ - 100€
- > 100 - 150€
- Superior a 150€

## **V – Bolsa de Estudo da DGES e Complementos**

**1. Indique a opção que corresponde ao valor de bolsa anual da DGES que lhe foi atribuída em 2022-23**

- 436€
- > 436€ - 872€
- > 872 - 1000€
- > 1000€ - 2000€
- > 2000€ - 3000€
- > 3000€ - 4000€
- > 4000€ - 5572,20€

**1.1 Concorda com o valor de bolsa que lhe foi atribuído?**

- Sim
- Não
- Não sei

**1.2 Qual a sua opinião acerca do valor de bolsa que lhe foi atribuído.**

Indique uma das opções:

- Apenas cobre o valor das propinas e as restantes despesas ficam a cargo do agregado familiar
- Suficiente para cobrir as despesas relativas à frequência do Ensino Superior

**1.3 No seu entender deveria ser acrescido de um apoio à bolsa de estudo? (este apoio teria como objetivo o pagamento de transporte, alimentação, vestuário e material didático)**

Indique uma das opções:

- Sim, necessitava de mais um apoio até 100€ mensais
- Sim, necessitava de mais um apoio até 150€ mensais
- Sim, necessitava de mais um apoio superior a 150€ mensais
- Não

**2. Para além da bolsa de estudo é beneficiário de complementos previstos no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (RABEEES)?**

Sim  Não

**2.1 Indique qual**

- Não Aplicável
- Complemento alojamento na residência
- Complemento de alojamento/estudantes duplamente deslocados
- Complemento de alojamento fora da residência
- Benefício anual de transporte (viagem marítima/aérea)
- Complemento para Estudantes em mobilidade/Erasmus

**3. É beneficiário do Estatuto Especial para Estudantes com Necessidades Educativas Especiais – Art.º 24º do RABEEES, com um grau igual ou superior a**

**60% devidamente comprovado através de atestado de incapacidade de junta médica?**

Sim  Não

**4. Beneficiou de Auxílio de Emergência ao abrigo do art.º 22 do RABEEES?**

Sim  Não

**5. Efetuou pedido de alojamento na Residência Universitária?**

Sim  Não

**6. Em período de aulas onde se encontra alojado?**

Residência do Agregado Familiar

Residência Universitária

Alojamento particular com renda

Casa de familiares

Casa de amigos

**6. Em tempo de aulas como se desloca para a Instituição de Ensino Superior?**

Viatura própria

Transportes Públicos

Com amigos

Com os pais

Desloco-me até à UMa sem recurso a transportes

**7. Habitualmente consome Refeições Sociais na Cantina e Bares da UMa?**

Não, normalmente trago de casa a refeição, considerando que gasto menos

Apenas nos dias em que tenho aulas o dia todo

Normalmente desloco-me a casa

Consumo em estabelecimentos circundantes à Instituição

Todos os dias

**VI – Análise do Conhecimento dos Estudantes acerca dos Apoios Sociais disponíveis para a frequência no Ensino Superior.**

**1. Como obteve conhecimento de que poderia se candidatar a uma bolsa de estudo no âmbito do Sistema de Ação Social do Ensino Superior?**

(Indique apenas uma opção)

Durante a frequência no ensino secundário

No site da DGES, aquando da candidatura ao ensino superior

- No site dos Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira (SASUMa)
- Presencialmente nos Serviços de Ação Social
- Colegas
- Docentes
- Aquando da Matrícula na Instituição
- Familiares
- Outro

**2. Tem conhecimento acerca do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (Despacho 9619-A/2022, de 4 de agosto) que regula os apoios a aplicar aos estudantes com carências económicas?**

Sim  Não

**3. Quando o estudante tem dúvidas acerca dos apoios sociais ou pretende esclarecimentos normalmente recorre:**

- Aos Serviços de Ação Social da UMa presencialmente, email ou telefone
- Redes Sociais
- DGES
- UMa
- Outro

**4. Além da bolsa da DGES é beneficiário de bolsa/apoio de outra entidade?**

Sim  Não

**5. Durante a frequência no ensino secundário obteve apoios?**

Indique uma das opções:

Sim  Não

**6. Na sua opinião o Ensino Superior deveria ser gratuito?**

Indique uma das opções:

- Discordo, considerando que há famílias com condições financeiras suficientes para pagar o valor das propinas e os custos associados à frequência
- Concordo que o ensino superior deveria ser gratuito a todos os estudantes, porém mantendo os apoios sociais aos estudantes mais carenciados
- O sistema atual é o mais adequado
- Não sei

**7. Avalie no geral a divulgação da informação, acerca dos apoios sociais atribuídos aos estudantes do Ensino Superior, dinamizado pela DGES, Instituições de Ensino Superior e Escolas.**

Assinale:

- Muito Insuficiente
- Insuficiente
- Suficiente
- Bom
- Muito Bom

## **VII – Benefícios de frequentar o Ensino Superior**

**1. Ter conhecimento relativamente à Bolsa de Estudo da DGES influenciou a sua decisão no acesso ao ensino superior?**

- Sim, porque se não tivesse o apoio da Ação Social não teria condições financeiras para ingressar e continuar os estudos
- Não, porque mesmo sem apoios teria continuado os estudos no ensino superior
- Não sei

**2. Qual a principal razão que teve em conta para ingressar no Ensino Superior?**

Indique uma opção:

- Formação ao longo da vida
- Acesso mais fácil ao emprego
- Remuneração
- Satisfação Pessoal e Realização Profissional
- Segurança

**3. Na sua opinião, qual a importância de frequentar o Ensino Superior?**

Indique uma opção:

- Empoderamento, Igualdade e Competências sociais
- Maior possibilidade de empregabilidade, rendimentos superiores e mais qualidade de vida no futuro
- Especialização e oportunidade de aprendizagens mais práticas
- Participação ativa, desenvolvimento do pensamento crítico e cidadania
- Desenvolver novas habilidades, aumento da confiança e autoestima
- Promoção da investigação e da tecnologia

- Adquirir competências técnicas para um mercado de trabalho cada vez mais exigente
- Educação Global com experiências interculturais

**4. Se não tivesse ingressado no Ensino Superior, na sua opinião, qual seria a sua ocupação atualmente?**

Indique uma das opções:

- A trabalhar por conta de outrem
- A trabalhar por conta própria
- Desempregado (a)
- Emigrante
- Outro

**5. Após a conclusão do curso pretende:**

Indique uma das opções:

- Continuar os estudos em Portugal
- Continuar os estudos em outro País
- Realizar Intercâmbio para a obtenção de novas experiências pessoais e profissionais
- Trabalhar em Portugal
- Emigrar
- Não sei

**6. Já pensou em desistir de frequentar o Ensino Superior?**

Indique uma das opções:

- Não
- Sim, por motivos financeiros
- Sim, por razões pessoais
- Sim, por dificuldade na adaptação a este nível de ensino
- Sim, por incompatibilidade de horários, sendo trabalhador (a) estudante
- Não
- Não, mas já pensei em mudar de curso
- Não, mas pretendo mudar de curso
- Outro

**7. Tendo em conta os custos, com a frequência no ensino superior atualmente, considera que este esforço pessoal e financeiro no futuro irá proporcionar mais qualidade de vida no âmbito pessoal, profissional e social?**

Sim  Não  Talvez

**8. Para finalizar, na sua opinião a Ação Social promove a igualdade de oportunidades, equidade e justiça social dos estudantes que frequentam o Ensino Superior?**

Sim  Não  Não sei

Agradecemos a Vossa Colaboração.

Declaro que a minha participação no presente inquérito é voluntária e tem como objetivo a investigação científica através de um estudo de caso na UMa. Tomo conhecimento de que é garantido o anonimato e confidencialidade das respostas e que os dados recolhidos serão unicamente para efeitos de investigação académica. Em qualquer momento posso interromper a minha participação no estudo.

Li e aceito as condições do presente estudo.